

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

A SOCIEDADE ABERTA E SEUS AMIGOS:

**O CONCEITO DE SOCIEDADE ABERTA NO PENSAMENTO POLÍTICO DE POPPER, SCHUMPETER,
HAYEK E VON MISES**

Luiz Gustavo Martins Serpa

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, do Departamento de Ciência Política da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo, para obtenção do título de Doutor em Ciência Política.**

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Vouga

São Paulo

2007

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Resumo

Este trabalho discute a concepção sobre democracia presente na obra de Karl Popper, Joseph Schumpeter, Friedrich Hayek e Ludwig Von Mises. A idéia principal da argumentação é que todos os autores realizam a defesa do que Popper nomeou como sociedade aberta, apesar das diferenças de abordagem teórica e de posição política existentes entre eles. No primeiro capítulo será apresentada a concepção de Popper sobre democracia destacando-se o conceito de sociedade aberta que foi cunhado pelo autor e as suas implicações nos temas que são considerados fundamentais pelo autor: a relação entre sociedade aberta e socialismo, as mudanças sociais na sociedade aberta, tradição versus revolução, burocracia e sociedade aberta. No segundo capítulo será apresentada a concepção de Schumpeter sobre democracia e será discutido quanto ela pode ser aproximada do conceito de sociedade aberta cunhado por Popper comparando-se as implicações das idéias de Schumpeter para os mesmos temas fundamentais discutidos no capítulo sobre Popper. No terceiro capítulo será seguida a mesma estrutura do segundo, só que agora em relação a Hayek e no quarto capítulo em relação a Mises. Na conclusão será avaliado o conceito de sociedade aberta agora sob a amplitude de ser um modo de reunir autores que, apesar de suas diferenças e certamente sem terem realizado qualquer orquestração maior de suas idéias políticas, podem ser tratados como formando quase que uma 'escola austríaca' de defesa de uma certa interpretação da democracia.

PALAVRAS-CHAVE: DEMOCRACIA, LIBERALISMO, SOCIALISMO, BUROCRACIA, RACIONALISMO.

Summary

This thesis discusses the conception of democracy as presented in works by Karl Popper, Joseph Schumpeter, Friedrich Hayek and Ludwig Von Mises.

The main point of argumentation is based on the hypothesis that, despite the differences in both theoretical approaches and political preferences, all the authors support the concept of open society coined by Popper.

In the first chapter, it will be introduced the Popper's conception of democracy focusing on his concept of open society as well as its implications for what he considers to be fundamental themes: the relation between open society and socialism, social changes in open society, tradition versus revolution, bureaucracy and open society.

In the second chapter, the conception of democracy as discussed by Schumpeter will be introduced and it will be discussed how near it becomes to Popper's concept of open society when we compare the implications of the ideas of Schumpeter and Popper for the same fundamental themes discussed in the previous chapter.

In the third and fourth chapters, it will be followed the same structure of the second one for presenting the other two authors: Hayek and von Mises.

In the conclusion, it will be evaluated the concept of open society taken in a wide sense as a mode of putting together authors that, in spite of their differences and considering that they did not promote any orchestration of their political ideas, can be treated as though they were part of an 'Austrian school' of defense of a certain interpretation of democracy.

Key-Words: Democracy, Liberalism, Socialism, Bureaucracy, Rationalism.

INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO I – POPPER	9
A LÓGICA DA PESQUISA CIENTÍFICA.....	10
A EVOLUÇÃO DO CONHECIMENTO E SUA OBJETIVIDADE	17
A CARACTERIZAÇÃO DA SOCIEDADE ABERTA	21
<i>Uma resposta aos inimigos da sociedade aberta.....</i>	<i>21</i>
<i>As origens da sociedade aberta</i>	<i>28</i>
AS CRÍTICAS DE POPPER AO SOCIALISMO E AO PENSAMENTO DE MARX	35
POPPER E A ADMINISTRAÇÃO BUROCRÁTICA DA SOCIEDADE ABERTA	44
CAPÍTULO II – SCHUMPETER.....	47
A SOCIEDADE ABERTA EM SCHUMPETER	50
SOCIALISMO, ADMINISTRAÇÃO BUROCRÁTICA E MARX NAS REFLEXÕES DE SCHUMPETER	75
CAPÍTULO III – HAYEK.....	95
A SOCIEDADE ABERTA EM HAYEK	97
SOCIALISMO E MARX NAS REFLEXÕES DE HAYEK	110
CAPÍTULO IV – MISES	119
A SOCIEDADE ABERTA EM MISES	121
SOCIALISMO E MARX NAS REFLEXÕES DE MISES.....	131
MISES E A BUROCRACIA.....	140
CONCLUSÃO	143
SOBRE A DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE SOCIEDADE ABERTA	143
A CRÍTICA AO SOCIALISMO	145
A CRÍTICA MAIS ESPECÍFICA A MARX	147
A DEFESA EM MAIOR OU MENOR GRAU DA ECONOMIA DE MERCADO	148
A APROXIMAÇÃO EM MAIOR OU MENOR GRAU A POSIÇÕES LIBERAIS NO CAMPO POLÍTICO.....	149
A DISCUSSÃO SOBRE O PAPEL E, PRINCIPALMENTE, O FUNCIONAMENTO DA BUROCRACIA NO MUNDO ATUAL ..	150
BIBLIOGRAFIA	153

Introdução

O seguinte trabalho pretende estudar quatro intelectuais que ao longo do século XX realizaram análises e combateram intelectualmente de modo muito próximo sobre questões políticas a respeito de democracia, socialismo, liberalismo, burocracia e filosofia da história, para citar apenas alguns dos grandes temas que procuraram abordar. Os autores são: Friedrich Hayek, Ludwig Von Mises, Karl Popper e Joseph Schumpeter.

Mais do que a proximidade de abordagem nos temas citados os quatro pensadores são austríacos, estão concentrados temporalmente em duas gerações muito próximas¹, todos escreveram obras sobre questões políticas que não estariam no centro de suas especialidades², estas obras parecem ser em defesa do que Popper nomeou como sociedade aberta – argumento que procurarei desenvolver durante a exposição do trabalho – sendo que todos atribuem o início de suas reflexões mais centradas sobre os temas políticos ao período imediatamente posterior à Primeira Guerra Mundial e, com exceção de Mises, publicaram suas obras políticas mais famosas em datas próximas ao início da Segunda Guerra Mundial. Apesar de não ser o tema deste trabalho³ poder-se-ia também afirmar que aparentemente os quatro autores não sistematizaram essa intervenção intelectual pública na reflexão política ainda que claramente tivessem contatos e conhecimento mútuos sobre si em maior ou menor grau⁴.

¹ Mises e Schumpeter nasceram na década de 1880, Hayek e Popper nasceram na década de 1900.

² Hayek, Mises e Schumpeter consideravam-se e são considerados economistas; já Popper considerava-se e é considerado filósofo especializado em filosofia da ciência.

³ O trabalho não realizará uma análise partindo de concepções e métodos de história das idéias a respeito dos quatro autores nem procurará adotar uma abordagem do tipo sociologia do conhecimento na qual se procure motivos externos aos apresentados nas obras dos autores que estudaremos para analisá-los ou criticá-los. Claramente ficaremos no âmbito do que poderia ser nomeado como uma análise interna de seus trabalhos.

⁴ Mises foi professor de Hayek em Viena sendo que este participou do seminário mantido pelo primeiro antes de se exilar. Schumpeter e Mises tiveram como figura destaca e influente em suas formações como economistas em Viena o professor Bohn-Bawerk e ambos chegaram a conhecer

A tese a ser defendida é que os quatro autores se posicionaram politicamente a favor de uma concepção política de sociedade que Popper nomeou como sociedade aberta e para realizar tal defesa todos eles passaram pela análise de temas comuns além de defenderem opiniões muito próximas sobre estes temas. Dada a vastidão de temas e questões comuns que se encontra no estudo da reflexão dos quatro autores sobre política em conjunto, restringirei a análise feita no trabalho aos seguintes temas:

- I. A definição do conceito de sociedade aberta e como ele aparece recorrentemente nos quatro autores;
- II. A crítica ao socialismo;
- III. A crítica mais específica a Marx enquanto o mais influente pensador socialista ou colaborador para a defesa política do que Popper nomeou de sociedade fechada;
- IV. A defesa em maior ou menor grau da economia de mercado;
- V. A aproximação em maior ou menor grau a posições liberais no campo político;
- VI. A discussão sobre o papel e, principalmente, o funcionamento da burocracia no mundo atual.

Pela vastidão de cada um desses itens o trabalho claramente não procurará esgotá-los, mas sim construir um quadro sobre cada autor que permita avaliar até que ponto cada um deles pode ser encarado como um defensor da sociedade aberta e de que maneira faz a defesa dela.

Procurarei realizar a tarefa proposta do seguinte modo: no primeiro capítulo será estudado Karl Popper. Evidentemente partirei da análise da defesa de suas idéias políticas que são apresentadas no livro *A sociedade*

Carl Menger, já então aposentado. Popper e Hayek freqüentaram o grupo do Círculo Positivista de Viena e foram construindo um forte relacionamento quando partiram para o exílio que culminou com o convite feito por Hayek para Popper ser professor na London School of Economics a partir de 1946; só para destacar alguns entre os vários pontos de encontro pessoal e intelectual entre os autores.

aberta e seus inimigos. Para fazer tal análise recorrerei inicialmente a uma apreciação sucinta do papel de suas concepções enquanto filósofo da ciência dado que praticamente todos seus críticos e o próprio Popper atribuem papel destacado a elas para a compreensão de suas idéias políticas. Também será amplamente utilizado seu livro *A miséria do historicismo* já que ele possui caráter complementar à discussão sobre a Sociedade Aberta e foram redigidos quase que em conjunto. Dado o caráter polemista do autor em alguns momentos utilizarei outros textos e réplicas a textos críticos que Popper escreveu sobre os temas em análise. Desse material procurarei então destacar como aparecem os seis pontos indicados acima dentro da argumentação do autor.

No segundo capítulo será estudado Hayek. Partirei do livro *O caminho da servidão*, que é contemporâneo ao *A sociedade aberta e seus inimigos*, e também utilizarei com grande destaque o livro *The constitution of liberty* que pode ser considerado um complemento e aprimoramento às reflexões iniciadas com *O caminho da servidão*. Em virtude da vasta obra sobre que aborda alguns dos temas escolhidos para análise também recorrerei a outros textos do autor ainda que em menor grau para complementar a análise. Novamente o objetivo principal do capítulo será extrair elementos da obra do autor que permitam destacar como aparecem os mesmos seis pontos indicados acima dentro da argumentação de Hayek.

No terceiro capítulo será estudado Schumpeter. Partirei do livro *Capitalismo, socialismo e democracia* – novamente uma obra contemporânea às obras *A sociedade aberta e seus inimigos* e *O caminho da servidão* – podendo concentrar a análise das idéias políticas de Schumpeter neste livro já que as discussões mais relevantes levadas pelo autor sobre os temas de interesse aqui estão lá concentradas, sem esquecer que para alguns argumentos será necessário recorrer a outros textos do autor. Mais uma vez o objetivo principal do capítulo será extrair elementos da obra de Schumpeter que permitam destacar como aparecem os mesmos seis pontos indicados acima dentro de sua argumentação.

No quarto capítulo será estudado Mises. Finalmente quebrando a monótona simetria, mas que vinha a calhar com a tese a ser defendida, no autor não é possível partir de um livro com importância destacada para o tema e que tenha sido editado em período próximo aos principais livros dos outros autores estudados. Mises possui praticamente um livro para cada tema indicado acima⁵ e estes livros foram editados ao longo de toda sua vida iniciando as publicações na década de 1910 e se estendendo até os anos sessenta. Tendo esse fato em vista procurarei destacar argumentos que permitam realizar novamente uma discussão similar a feita sobre os outros autores que englobe os seis itens indicados acima, mas sem tentar realizar uma análise mais acurada ou sistemática de qualquer uma das obras de Mises que utilizar frente a forma como serão tratados os livros indicados como principais na defesa da tese escritos por Hayek, Popper e Schumpeter.

No quinto capítulo procurarei realizar uma comparação entre os quatro autores com base em tudo o que foi analisado procurando destacar e avaliar o quanto convergem ou divergem sobre os temas escolhidos e discutindo assim, de um ponto de vista interno de análise, se é possível defender a idéia de uma “escola austríaca” de pensamento político a partir dos defensores da sociedade aberta.

⁵ São suas as seguintes obras: *Liberalism, Socialism, Bureaucracy, Theory and History*, entre outros que diretamente estão relacionados ao tema desenvolvido na tese.

Capítulo I – Popper

Karl Popper nasceu em Viena em 1902. Sua família era de classe média sendo seu pai advogado e sua mãe proveniente de uma família de músicos. Toda sua primeira formação foi marcada pelo caráter intelectual e artístico presente em sua família. Muito jovem trabalho na clínica de terapia infantil de Alfred Adler e, mais tarde, viria a utilizar esta experiência para elaborar críticas à psicanálise. Aos dezessete anos Popper participa do movimento socialista vienense, mas após presenciar uma manifestação na qual vários jovens socialistas e comunistas morrem acaba por se afastar desses movimentos por discordar de seu métodos.

Popper estudou de forma um pouco irregular filosofia, matemática física. Iniciou sua carreira profissional como professor secundário de matemática e física, mas sempre demonstrou um grau muito alto de inquietude intelectual. Participou da Sociedade de Concertos Privados fundada por Schoenberg e tomou contato com os participantes do Círculo de Viena. Como desenvolveu idéias afastadas das defendidas pelos eminentes participantes do Círculo de Viena, mas que estavam no centro das discussões promovidas por eles, sofreu de forte isolamento intelectual pois não era bem aceito dentro daquele grupo e, ao mesmo tempo, era acusado de fazer parte do Círculo de Viena pelos filósofos que se opunham às idéias do círculo.

A situação confusa em que a Áustria foi mergulhando após o final da primeira guerra e a ascensão do nazismo fez com que Popper desenvolva-se sua carreira de forma um pouco errática até sair em exílio em 1937. Esta mesma situação precária associada a seu relativo isolamento intelectual levou a que seu primeiro livro, *Logik der Forschung* (1934) fosse uma versão reduzida do livro que preparará com suas idéias sobre metodologia da ciência, os manuscritos do livro eram duas vezes maior do que a versão publicada, que se encontravam em oposição as idéias do Círculo de Viena.

Após 1937 Popper foi viver na Nova Zelândia, onde seguiu a carreira de professor universitário, e permaneceu por lá até 1946. Foi nesse período que escreveu os dois livros que começaram a fazê-lo conhecido fora do desaparecido ambiente vienense. Em 1945, após muitas negociações, finalmente conseguiu publicar *A sociedade aberta e seus inimigos* na Inglaterra e em inglês. O livro lhe trouxe certa projeção no mundo de língua inglesa e com apoio de Hayek, que era professor da London School of Economics, foi integrado aquela universidade como professor de lógica e metodologia da ciência. Permaneceu toda sua carreira acadêmica até a aposentadoria na London School e foi lá que publicou em 1957 *A pobreza do historicismo* e em 1959 o livro que lhe trouxe notoriedade, *A lógica da pesquisa científica*.

O primeiro dos dois livros havia sido escrito em conjunto com *A sociedade aberta e seus inimigos* e pode ser entendido como um adendo ao tema de a sociedade aberta. Já *A lógica da pesquisa científica* foi uma reelaboração do livro *Logik der Forschung* e a apresentação definitiva de suas idéias sobre ciência para a comunidade inglesa representando também a consolidação da notoriedade de Popper. Além de vários artigos e de toda a atividade acadêmica normal, Popper ainda publicou com destaque os livros *Conjecturas e refutações* (1963), *Conhecimento objetivo* (1972), uma autobiografia intelectual em 1974, *O eu e seu cérebro* (1977) em conjunto com John Eccles – prêmio Nobel da biologia – e outras obras que complementam seu percurso intelectual.

Popper morreu em 1994 na Inglaterra.

A lógica da pesquisa científica

A concepção política de Karl Popper é apresentada pelo próprio autor como sendo conseqüente com suas idéias a respeito do que é ciência e o método científico⁶. Assim, para entendermos parte da argumentação de

⁶ Vide Autobiografia intelectual, várias passagens.

Popper sobre a sociedade aberta é conveniente acompanhar as principais linhas desenvolvidas pelo autor sobre ciência e método de pesquisa.

Para apresentar a concepção popperiana sobre o método científico no que ela tem de inovador faz-se necessário contrastá-la com o que seria a concepção tradicional sobre o método científico, segundo o próprio Popper⁷.

A partida dessa discussão se encontra no empirismo. O modelo de descrição do procedimento científico pode ser destacado da obra de Francis Bacon⁸ que já na passagem do século XVI para o XVII teria apresentado o modo como os cientistas devem buscar adquirir conhecimento através da procura pelas leis da natureza que são explicitadas pela realização de experimentos metodicamente repetidos e observados. Afastando todos os preconceitos e pré-noções e utilizando-se de rigoroso controle dos resultados experimentais o acúmulo de dados a respeito do problema em questão permitiria aos cientistas dedicados ao estudo de um caso formular hipóteses gerais sobre o problema que seriam paulatinamente depuradas e reforçadas através de um número cada vez maior de experimentos realizados e orientados a luz dos dados acumulados. Dessa forma, o conhecimento aumentaria e o processo se repetiria indefinidamente, expandindo sempre o conhecimento humano. A todo esse processo atribui-se o nome de método indutivo ou indução e ele estaria na base da ciência moderna sendo seu traço distintivo perante as outras formas de produção de conhecimento. O conhecimento científico seria o mais seguro já que não se alicerça em qualquer forma de preconceito, tradição, emoção ou revelação; mas somente nos fatos certos e claros inferidos dos experimentos repetidos que foram observados sem qualquer expectativa prévia.

A indução sofreu um forte ataque enquanto explicação do método científico quando no século XVIII David Hume colocou em dúvida os mecanismos de seu processo. O ponto central da crítica humeana ao processo indutivo está no fato de que ele se fundamenta em um mecanismo

⁷ A lógica da pesquisa científica, pág. XX e seguintes.

⁸ Bacon, Francis. A nova Atlântida em coleção Os Pensadores.

psicológico ao invés de ser um mecanismo fundamentado na lógica. A indução partiria da observação de uma seqüência de eventos sem qualquer expectativa anteriormente concebida sobre o funcionamento desses eventos na qual se verificaria que todas as vezes que se percebeu o evento X o evento distinto Y o acompanhou. Isso acontecendo de modo regular e registrado diversas vezes levaria a que, por indução, afirme-se que toda vez que o evento X ocorre Y acontecerá na seqüência. O problema estaria no fato de que essa afirmação não está fundamentada em nenhuma decorrência lógica. Não é porque Y sucedeu a X nas últimas mil vezes em que ambos os fenômenos foram observados que se poderá afirmar que na próxima vez em que X ocorrer Y também ocorrerá. Essa expectativa é forte em nossa psicologia, mas não possui fundamentação lógica (não é porque o Sol surgiu no horizonte a leste pela manhã todas as vezes que o observei que posso afirmar que surgirá também amanhã pela manhã). Em virtude dessa argumentação as leis gerais da ciência como as leis físicas podem sofrer dois tipos de objeções: primeiro, o funcionamento das leis no passado não acarreta em garantia lógica de qualquer tipo que elas continuarão funcionando no futuro; segundo, as leis são enunciados gerais que não decorrem de qualquer quantidade de observações a seu favor do ponto de vista lógico por mais numerosas que as observações favoráveis sejam. O pressuposto científico de que na natureza o futuro será semelhante ao passado não tem como ser legitimado logicamente. Desse modo, a ciência funciona e é justificável do ponto de vista psicológico por apresentar resultados práticos e seu caráter racional não está perdido apesar dela ultrapassar tanto os limites da justificação lógica quanto da inferência experimental, o que faz com que a ciência não possua garantias do caráter que lhe atribuímos de produzir conhecimento geral sem restrições. A certeza não existe na ciência, ela apenas seria cada vez mais confirmada de modo probabilístico pelo número crescente de eventos que a corroboram nos laboratórios científicos e por seus resultados de caráter prático quando a utilizamos para intervir na realidade, mas sempre sem qualquer tipo de

certeza que amanhã pela manhã as leis físicas, por exemplo, não ganharão outro tipo de regularidade diferente da observada até então.

Popper trouxe contribuição notável para a discussão do problema da indução. A primeira importante contribuição para melhor compreensão da questão foi a distinção que realizou entre verificação e falseamento. A idéia é que não existe número de observações favoráveis ao enunciado Z que permita generalizar uma lei universal sobre o mesmo, mas um único caso contrário ao evento permite generalizar sobre a falsidade do enunciado Z. O exemplo oferecido pelo próprio Popper é clássico: por maior que seja o número de cisnes brancos que se encontre por aí jamais será aceitável logicamente afirmar que todo cisne é branco, porém, ao se encontrar um único cisne negro é possível generalizar que nem todos os cisnes são brancos. Nesse sentido lógico as generalizações empíricas são falseáveis por um único contra exemplo apesar de não serem verificáveis, pois qualquer que seja o número de eventos favoráveis encontrados até então não se pode garantir que não será encontrado um contra exemplo. Desse modo, as leis podem ser testadas e falseadas mesmo que não possam ser confirmadas.

A solução clara e definitiva do ponto de vista lógico não se traduz, metodologicamente, em solução também conclusiva. Isso ocorre porque sempre é possível duvidar-se de uma observação empírica do ponto de vista prático. No exemplo acima, poder-se-ia classificar o cisne negro como outra espécie de pássaro, ou negar-se que ele seja realmente negro – sua cor poderia ser classificada como um novo tipo de tonalidade de branco – ou seria ainda possível utilizar uma enormidade de subterfúgios que negassem o resultado falseador da hipótese de que todos os cisnes são brancos. Tendo esses problemas práticos em mente é que Popper defende que não se deve exigir falseamento de forma conclusiva ou realizar reinterpretações para salvar a teoria perante as observações realizadas que as contradizem. Vários mecanismos para atingir tal fim são propostos e todos eles implicam em que as teorias sejam formuladas da maneira menos ambígua possível para que possam estar sujeitas a refutação. Dessa forma, do ponto de vista lógico,

Popper aceita refutações das teorias sem grandes exigências, mas do ponto de vista metodológico ele adota uma posição bem mais crítica já que diante das dificuldades de se avaliar os testes que levem ao falseamento de uma teoria em sua validade é exigido que a refutação de uma teoria apresente solidez em seu teste para que se a abandone.

Para o processo proposto auxiliar no aumento do conhecimento científico o sentido das proposições sobre a realidade deve ser de crescente conteúdo empírico para que elas possam ser mais facilmente testadas e gerem resultados claros quanto ao falseamento ou não. Procedendo-se assim cada aumento do conteúdo empírico das proposições sobre a realidade permite que ao falseá-la aumentemos o conhecimento sobre a realidade aperfeiçoando as teorias científicas, ou seja, a cada falseamento de uma teoria deve-se formular novas hipóteses que busquem com afirmações de caráter mais abrangente explicar tanto os casos onde a teoria anterior era válida quanto os novos casos em que ela se mostrou sem capacidade explicativa ou com problemas de explicação. Evidentemente a nova teoria apesar de explicar de modo mais geral e abrangente o mundo também seria refutada por experimentos que a falseiem o que levaria a produção de uma terceira hipótese, mais geral ainda ao englobar em sua explicação tudo o que a segunda teoria explicava mais os eventos que a falsearam e assim sucessivamente sempre em busca de uma teoria mais satisfatória do ponto de vista do conhecimento gerado, mas que necessariamente continua sendo provisória e parcial estando a espera de ser falseada por novas experimentações e substituída por teorias mais explicativas ainda. Levando em consideração todo esse contexto deve ficar claro que são os contra-exemplos refutadores que proporcionam a possibilidade de aumento do conhecimento e não a confirmação do que já se sabe, dado que a confirmação nunca pode ser alcançada por mais que se repitam os experimento que tendem a confirmar a teoria. Porém, para tal avanço ocorrer será necessário propor hipóteses cada vez mais ousadas e imaginativas que consigam ser, por sua vez, cada vez mais gerais, explicando um número

maior de eventos que aparentemente são contraditórios entre si. A dificuldade reside no fato de que as novas hipóteses claramente terão maiores chances de serem falsas e os testes a que serão submetidas serão cada vez mais rigorosos.

É assim que nosso conhecimento sobre o mundo jamais pode ser entendido como verdadeiro. Ele será constantemente melhorado, mas é impossível ter-se certeza sobre o grau de verdade de qualquer teoria, pois mesmo que ela fosse a teoria verdadeira (no sentido de estar cem por cento certa) não seria possível testá-la de modo a confirmar esse grau de certeza. Outra característica a se destacar é o caráter provisório do conhecimento científico, pois tudo o que se julga como mais próximo da verdade hoje pode ser abandonado ao se descobrir exemplos que falseiem as teorias vigentes e levem a novas hipóteses ou teorias, fato já ocorrido várias vezes no passado ao longo da história da construção do conhecimento dito científico. Nada disso, no entanto impede a ação com base na ciência já que do ponto de vista prático, ao nos orientarmos pelo conhecimento científico atual, estamos trabalhando com as melhores probabilidades de acerto e segurança disponíveis sobre as conseqüências de nossas ações. Dentro desse quadro as teorias devem ser encaradas como produtos do intelecto humano e não como manifestações das leis da natureza que foram descobertas. Essa situação se torna mais surpreendente ainda considerando-se que apesar de submetidos aos padrões científicos de experimentação os cientistas que produzem teorias científicas se aproximam dos grandes artistas em suas manifestações de gênio pois não há nenhuma garantia de que avanços no conhecimento serão obtidos já que não existe nenhum método para fornecer hipóteses aos cientistas além do bom uso de seus conhecimentos e criatividade na abordagem dos problemas que enfrenta. Não obstante essas características vale a pena ressaltar que a explicação popperiana da ciência em avanço e o papel dos cientistas possui caráter lógico e não se traduz em uma explicação psicológica da ação de pesquisa e descoberta dos cientistas. Nessa linha de raciocínio Popper destaca que o modo pelo qual os cientistas constroem suas

teorias não é importante e não tem status lógico ou científico, o que realmente importa são suas hipóteses e teorias. Também é destacado que as observações e experimentos ligados a uma teoria não a originam, mas sim são planejados para testá-la sendo em grande parte consequência da teoria; com isso a indução já não está mais presente na produção do conhecimento científico. Portanto, segundo o autor, o que começou como o grande problema do conhecimento científico, a indução, deixa de sê-lo, pois não existem testes e catalogação de dados e resultados sem que uma teoria já anteriormente concebida, ao menos na mente do pesquisador mesmo que não tenha sido explicitada, esteja orientando tal esforço. Ainda que um processo dito indutivo esteja na raiz da formulação de alguma teoria essa afirmação só tem importância do ponto de vista psicológico, ou seja, do modo como um cientista em especial chegou a construir uma hipótese específica e para a ciência, enquanto corpo de teorias fundamentadas em um método aceito universalmente por todos que buscam desenvolver o conhecimento dito científico do mundo, tanto faz se o caminho foi esse ou qualquer outro, pois qualquer que fosse o adotado não possuiria caráter científico.

O conhecimento científico dentro da concepção metodológica tradicional se distingue das outras formas de conhecimento por ser de natureza indutiva. Contudo, estando Popper certo, a indução não existe e nunca poderia ser o critério que separa o conhecimento científico das outras formas de conhecimento. Dentro do modo de compreender a ciência pelo autor as teorias são científicas quando podem ser refutadas e as teorias bem elaboradas são aquelas que mais afirmam sobre a realidade de tal modo que suas afirmações possam ser testadas e falseadas, ou seja, a marca do conhecimento científico é a possibilidade de refutação através da crítica e dos testes que procuram refutar as teorias estabelecidas. Cabe notar que muitas idéias importantes ou instigantes para a compreensão do mundo, seja através do conhecimento científico ou não, não são refutáveis e a única implicação que o tema popperiano nos permite afirmar é de que não são

conhecimento científico, mas outra forma de conhecimento com algum caráter metafísico.

Descrevemos aqui o que julgamos mais importante na análise da metodologia da ciência por Popper. Sua compreensão das características do método científico, a possibilidade de refutação de teorias através de testes e análises críticas e as conseqüências indicadas até aqui terão importância na abordagem de sua concepção política presente no conceito de sociedade aberta e o papel da democracia. Passemos então as discussões feitas pelo autor sobre a evolução do conhecimento científico que acrescentarão mais elementos importantes para nossa argumentação.

A evolução do conhecimento e sua objetividade

Bryan Magee apresenta a seguinte comparação entre as concepções tradicional e popperiana do método científico⁹:

Caminhos para construção do conhecimento científico

Concepção Tradicional	Concepção de Popper
I.Observação e experimentação	I.Problema (devido a expectativas ou ao funcionamento das teorias existente)
II. Generalização indutiva	II.Solução proposta-nova teoria
III.Hipótese	III.Dedução das conseqüências no formato de possíveis testes
IV.Tentativa de verificação da hipótese	IV.Testes – tentativas de refutação
V.Prova ou contra-prova	V.Escolha entre teorias rivais
VI.Conhecimento	VI.Reinício do processo

⁹ Magee, Bryan. As idéias de Popper, p.57 e seguintes.

A discussão sobre a evolução do conhecimento em Popper parte do seguinte problema: de onde vem às teorias ou expectativas que levam a insatisfação com o conhecimento científico atual e a busca por aperfeiçoá-lo? A resposta mais óbvia nos diz que elas são resultado de uma anterior 'ciclo popperiano' que gerou as atuais teorias científicas. Porém, essa situação gera uma regressão que deve chegar à seguinte questão: de onde vem as primeiras teorias ou expectativas sobre a realidade? Novamente Popper nos oferece uma resposta: todos os homens e animais teriam certas expectativas inatas que não se confundem com as idéias inatas, tema tão controverso na filosofia e psicologia, mas seriam sim certas reações ou respostas que os organismos desenvolveriam como respostas adaptadas aos acontecimentos iminentes em seu desenvolvimento. Não é necessário imaginar que essas respostas sejam conscientes e, como existe grande proximidade entre expectativas e conhecimento, pode-se, por analogia, falar em 'conhecimento inato'. O 'conhecimento inato' não pode ser compreendido como conhecimento válido a priori já que as expectativas que ele gera podem ser frustradas no mundo real. Esse tipo de conhecimento pode ser entendido como uma forma de conhecimento que é dado psicologicamente ou geneticamente a priori sem validade garantida, ou seja, ele é anterior a qualquer experiência empírica daquele ser em questão.

Todo ser vivo está empenhado em contínua solução de problemas que garantam sua sobrevivência. A solução dos problemas da sobrevivência se dá através de novas reações ou expectativas de comportamento. Essas soluções quando bem sucedidas acabam por se incorporar a própria anatomia do organismo. As soluções errôneas levam ao processo de seleção natural em que organismos mal adaptados perecem, seja por incapacidade de adaptação, seja por transformação não funcional do organismo ou ainda quando são desenvolvidos mecanismos de controle das modificações ou soluções não funcionais.

Dentro da discussão popperiana um certo tipo de processo tem importância fundamental: o desenvolvimento da linguagem. À linguagem

Popper atribui quatro funções: expressiva, sinalizante, descritiva e argumentativa. As duas últimas funções aparecem praticamente de forma exclusiva na linguagem humana enquanto as duas primeiras estariam existentes nas mais variadas espécies. É com a linguagem e a possibilidade de se realizar descrições do mundo que conceitos como o de verdade e falsidade surgem tornando possível o desenvolvimento da razão, sendo a linguagem parte integrante da razão e permitindo que os homens ascendam do reino animal. Assim é a linguagem, ao desenvolver-se a ponto de realizar as quatro funções citadas, que nos torna humanos enquanto espécie e enquanto indivíduos permitindo a emergência da consciência completa; a consciência de si.

Para Popper a função descritiva em seu início seria marcada por abstrações caracterizadas nos elementos mágicos relacionados a elas. Essas abstrações descritivas teriam papel importante na coesão dos grupos humanos e questioná-las poderia ser visto como ameaça sendo, portanto, reprimidas e passando a dominar os indivíduos dado que as descrições foram criadas de modo coletivo tornam-se externas aos participantes da coletividade. As formas sociais surgidas dessas abstrações escapam a decisão do indivíduo e se colocam como realidade objetiva para os mesmos determinando suas vidas e humanizando-os. O processo claramente não foi planejado ou teve intenção por trás de seu desenvolvimento nas formas em que acabou acontecendo e muito provavelmente também não foi fruto de qualquer necessidade anterior ao seu desenvolvimento que seja identificável com clareza no estado atual dessas formas sociais. Contudo, após iniciado tal processo, geram-se novas necessidades e novos objetivos que não estavam dados mas que foram sendo construídos e assim surgem novas instituições sociais alimentadas pela situação social anterior que agora funcionam como respostas a resultados também anteriores buscados ou não em seu início. Abre-se um universo novo de possibilidades a partir daí que possui certo grau de autonomia.

A compreensão do processo de constituição da humanidade e da civilização é melhor explicada por Popper com a apresentação de sua noção de existência de três mundos com os quais os indivíduos interagem. O mundo 1 é constituído pelas coisas materiais, o mundo 2 está presente na subjetividade dos indivíduos e o mundo 3 é produto da ação dos indivíduos que através da razão criam estruturas de pensamento que se tornam objetivas tendo existência independente dos indivíduos e acabam, muitas vezes, por obterem ou responderem a resultados não intencionais. É pela interação entre os eventos que se desenvolvem nos três mundos que os homens alteram o mundo 1, mas também o mundo 2 e 3; e são não só agentes mas também pacientes dos resultados dessas modificações. As estruturas do mundo 3, quando materializadas de forma permanente no mundo 1, tornam-se objetivas e independentes de qualquer indivíduo gerando resultados e problemas também objetivos e não intencionados por seus criadores.

O modo como Popper nos apresenta o mundo 3 possibilita ricas e inovadoras abordagens para discutir as instituições humanas e a mudança social ou ainda a questão da objetividade ou subjetividade dos padrões morais e estéticos. É também o papel da crítica algo fundamentalmente ligado a forma como Popper compreende o mundo 3 e suas consequências. Durante muito tempo as abstrações do mundo 3 tiveram caráter dogmático e qualquer mudança era compreendida como ameaça. Quando as mudanças ocorriam eram reinterpretadas como um processo de continuidade com o passado dogmático, mas com o surgimento e aceitação do pensamento crítico o mundo 3 ganhou um caráter muito mais dinâmico no qual o erro e a mudança deixam de ser percebidos como ameaça ao dogma e passam a ser aceitos e incorporados às instituições e teorias para seu aperfeiçoamento. Com isso as teorias e instituições ganharam um relevante papel evolutivo pois os homens já não seriam mais eliminados ou destruídos em decorrência das teorias errôneas em que se fundamentam, mas sim suas teorias e instituições podem perecer em seu lugar para que eles permaneçam vivos

acelerando em muito o processo de mudança social que é característico do ocidente com sua racionalidade crítica.

A caracterização da sociedade aberta

A obra *A sociedade aberta e seus inimigos* é o objeto principal de nossa análise nesse capítulo. Como em todas as obras de Popper seu desenvolvimento se faz através de duras críticas a teorias e hipótese que o autor considera equivocados e, ao longo do processo de crítica, é que vão surgindo as contribuições objetivas do autor. Essa forma de discutir os mais variados assuntos provocou na vida intelectual de Popper um enorme número de mal entendidos. Como era de se esperar, dado que na obra ele discute temas políticos, os mal entendidos são potencializados. Assim, antes de discutir o conceito de sociedade aberta e o papel que o mesmo tem em sua concepção de democracia, vale a pena entendermos as razões pelas quais Popper investe intelectualmente contra alguns autores políticos importantíssimos na história do ocidente como Platão, Hegel e Marx e quais os objetivos que ele procura alcançar com sua argumentação.

Uma resposta aos inimigos da sociedade aberta

Como já foi dito, *A sociedade aberta e seus inimigos* é o objeto principal de nossa análise nesse capítulo. Ela foi escrita dentro de um contexto muito especial que exige algum tipo de consideração antes que se passe a tratar diretamente de seu conteúdo. Redigida durante a Segunda Guerra Mundial e publicada em 1944, possui caráter de resposta política de Popper a preocupações que ele trazia de sua experiência política pessoal desde a primeira grande guerra e as conseqüências que trouxeram esses fatos para a sociedade onde nasceu e vivia – o Império Austro-Húngaro e mais especificamente sua intelectualmente efervescente capital, Viena – e para o mundo como ele o entendia. A sociedade vienense tinha na passagem do século uma das comunidades intelectuais mais interessantes que se

possa imaginar naquele período e em vários outros da história. As mais diversificadas áreas de interesse da humanidade estavam lá representadas. A revolução pela qual a física teórica passou naquele período teve forte influência de pensadores formados naquela sociedade, assim como toda a ebulição causada pelas teorias psicanalíticas ou pelas várias controvérsias sobre metodologia nas ciências sociais que afetaram tanto o desenvolvimento posterior da sociologia quanto da economia. Matemática, filosofia, lingüística, poucas áreas do conhecimento humano estavam adormecidas naquele momento.

Porém, essa mesma sociedade tão rica intelectualmente, uma das maiores herdeiras dos avanços do século XIX foi quase que destruída devido as conseqüências das duas guerras mundiais. Pobreza, caos político e econômico, perda de seu dinamismo intelectual causada pelas adversidades sociais; tudo isso Popper viu desenrolar-se na sua cidade natal e na sociedade que a sustentava.

Todo esse processo provavelmente foi intrigante para o autor de *A sociedade aberta e seus inimigos* já que estes efeitos foram causados, segundo Popper, em grande parte pelo apego a idéias que, segundo suas palavras, fazem com que os indivíduos ajam sob a ‘tensão da civilização¹⁰’. Este conceito é de filiação freudiana, como deixa claro Popper, e a concepção que fundamenta o mesmo é que a maior parte dos indivíduos na sociedade não suporta o peso da liberdade e passa a desejar viver em situações nas quais não tenham que enfrentar as responsabilidades de serem livres e assumirem as conseqüências das decisões que tomam no exercício de sua liberdade. Desse modo, existe uma enorme pressão para que situações do tipo paternalista sejam construídas socialmente levando os indivíduos a abrirem mão da liberdade em troca da ausência da responsabilidade. Essa situação pode ser alcançada de vários modos, seja seguindo alguém que é considerado superior a maioria das pessoas e, portanto, capaz de decidir

¹⁰ Popper, Karl. *A sociedade aberta e seus inimigos*, vol , p. 186, 191-2, 204-5 ou vol 2; p. 72, 235-6; entre outras.

com maior acerto por todos, seja seguindo alguma coleção de idéias e interpretações a respeito da sociedade que simplifiquem o processo de decisão libertando os indivíduos de parte ou de quase a totalidade de suas responsabilidades pelas escolhas feitas seguindo a doutrina X ou Y.

Esse tipo de necessidade foi claramente suprida na maior parte da história da humanidade por aquilo que Popper chama de sociedade tribal. Essas sociedades se caracterizam por serem sociedades nas quais o desenvolvimento do processo de crítica ainda não ocorreu ou é muito incipiente. Desse modo, nessas sociedades o apelo às instituições de caráter dogmático no mundo ³ é recorrente o que faz com que nelas esteja presente todo o tempo mecanismos sociais de caráter autoritário nos quais sejam valorizadas todas as formas de desenvolvimento e manutenção de hierarquias rígidas, que a sociedade adote padrões ritualísticos imutáveis em seu funcionamento, que tabus os mais variados tenham poder enorme de coação sobre todos os indivíduos daquela sociedade e assim por diante.

Esse quadro começa a ser rompido a partir do momento que nessas sociedades de cunho tribal o papel da crítica começa a aumentar e elas passam a enfrentar mudanças sociais. A dinamização da sociedade causada por essas críticas faz com que o grau de exigências sobre os indivíduos crescesse e situações novas e tensas surgissem. A crítica à autoridade, o questionamento de várias situações que eram anteriormente percebidas como imutáveis na sociedade e a necessidade de responsabilização individual pelos resultados do processo de pensamento crítico foram surgindo rapidamente naquelas sociedades. Tudo isso traz o perigo de ruptura dentro da sociedade que provoca enorme tensão sobre os indivíduos. A reação a esse tipo de mudança foi clara e forte desde seu início e partiu tanto de indivíduos isolados como de partes da sociedade. Popper apresenta essa situação tensa como uma situação de escolha entre segurança e liberdade na qual para se conseguir mais de uma necessariamente deve-se abrir mão da outra. Ao mesmo tempo em que a liberdade nova que surgia era fascinante, também era amedrontadora e já na Grécia clássica as duas

formas de reação ao processo surgem de forma definida. A mesma Atenas que era amante da filosofia especulativa e na qual a vida irrefletida não valia a pena ser vivida é a sociedade que condena um de seus mais ilustres pensadores críticos a morte. A morte de Sócrates, por mais controversa que seja, claramente está no centro desse contexto tenso.

A reação ao desenvolvimento do pensamento crítico dentro da sociedade levou ao desenvolvimentismo que está presente na sociedade ocidental até hoje. Concomitantemente a esse processo também se desenvolve uma tradição de reação contra as tensões que o desenvolvimento social traz sendo que essa linha de reação às mudanças mais do que um processo paralelo pode se quase entendido como um processo interno ao próprio desenvolvimento do pensamento crítico dentro da sociedade e suas conseqüências. Normalmente essa forma de reagir a mudança social procura um entre dois caminhos possíveis: ou procuram voltar a uma sociedade onde a mudança não ocorra levando a que essas propostas procurem defender meios de se voltar ao tribalismo que bloqueava a sociedade crítica; ou procuram construir utopias nas quais se garante que numa sociedade futura será possível termos acesso a todas as benesses do desenvolvimento sem termos de enfrentarmos a tensão social causado pelo mesmo ainda que para atingir tal sociedade seja necessário uma forte reação que leve a sociedade atual fundamentada na crítica a operar de modo radicalmente diferente do que fez até então. Curiosamente, para que seja possível atingir os objetivos de qualquer um dos dois grupos, além da necessária destruição da sociedade atual que está fundamentada na crítica e nas mudanças que esta provoca também será necessário construir uma sociedade da qual a mudança está excluída, pois para os defensores da volta a sociedade pré-crítica ou para os defensores da sociedade utópica a perfeição terá sido atingida e nada mais deve mudar dentro da sociedade. Desse modo, ambos os tipos de reação à sociedade crítica envolvem algum tipo de ação política totalitária para que se possa realizar o controle da mudança social.

Cabe destacar que dentro da visão maior de Popper a respeito de todo processo crítico, e portanto a respeito da crítica feita às formas de ação política dentro da sociedade, claramente as posições reacionárias e utópicas que buscam romper com a tensão da sociedade fundamentada na crítica e na mudança são obrigadas a tomarem atitudes políticas que envolvem enorme risco aos indivíduos por procurarem alterar e moldar a sociedade e indivíduos de forma totalmente nova. É nesse sentido que o totalitarismo passa a ser necessário dentro dessas sociedades. Porém, além dessa constatação o mais importante é que Popper acredita ser necessário deixar claro com sua crítica a sociedade fechada é que não é possível defender que esses ideais políticos são, enquanto ideais, desejáveis, mas que quando colocados em prática apresentam problemas graves como já se constatou ao longo das experiências históricas de sociedades totalitárias. Se para uma teoria ou hipótese científica a sua aceitação deve se basear da capacidade de sobreviver ao falseamento, ou seja, ela deve funcionar na prática, é inadmissível que um ideal político de organização de toda a sociedade não precise mostrar-se capaz de também funcionar na prática. Isto posto deve ficar claro que para o autor o próprio ideal político deve ser descartado ao não funcionar, pois esta é a marca de uma teoria falha que merece ser abandonada ou trocada por outra teoria que se mostre melhor ao se confrontada com o desafio de funcionar.

Essa linha de argumentação realizada pelo autor recebe um reforço de natureza argumentativa diversa quando Popper ataca a ambição revolucionária de destruir e reconstruir a sociedade e os indivíduos partindo praticamente do zero que se encontra nos defensores de soluções totalitárias. A idéia apresentada pelo autor parte da discussão feita em *A sociedade aberta e seus inimigos*, mas torna-se mais clara com a argumentação presente em *Conhecimento objetivo*, e afirma que a construção de instituições sociais dentro de qualquer sociedade apresenta um forte caráter evolutivo, pois o formato presente de qualquer instituição social não é uma simples resposta a um problema social para o qual a instituição foi desenhada como

resposta por seu fundador ou criador. Na verdade as instituições sociais atuais seriam respostas que foram sendo construídas dentro da sociedade de forma evolutiva, através de um processo de tentativa e erro no qual as opiniões e conhecimentos de muitas gerações são incorporados e que enfrentaram com o melhor desempenho possível um dos maiores problemas enfrentados por qualquer reformador social que se materializa nos efeitos inesperados e imprevisíveis de qualquer ação dentro da sociedade. Assim, o grau de conhecimento e o número de experimentos sociais que produziram qualquer instituição social está acima da capacidade de qualquer indivíduo ou grupo de indivíduos de uma mesma geração e época é capaz de alcançar. Apresentando esse argumento Popper procura defender que a abrangência e a ambição de qualquer ação que vise mudanças institucionais dentro da sociedade deve ser pequena dado que a capacidade de realmente sabermos as conseqüências da mudança social é pouca.

A concepção acima apresentada claramente pode ser classificada como conservadora ou evolucionista. Em *A sociedade aberta e seus inimigos* e em *Conhecimento objetivo* Popper a apresenta como uma concepção reformista e que se aproxima do modo como opera o processo evolutivo na biologia. Partindo sempre de uma base já pré-existente, operando através de pequenas reformas de caráter local e restrito, continuamente analisando-se qual foi a melhora efetivamente alcançada e, principalmente, enfrentando as conseqüências imprevistas das mudanças, o processo permite que as instituições se aprimorem do mesmo modo que se aprimoram os seres vivos em evolução mas com uma vantagem nítida em relação a evolução natural; enquanto as mudanças que não apresentam bons resultados ou que são totalmente frustradas na evolução levam à morte seus portadores, no campo da “evolução” das idéias e das instituições esses habitantes do mundo 3 e mesmo suas conseqüências concretas no mundo 1 é que perecerão em nosso lugar quando foram mal fadados enquanto experimentos de transformação cultural e social. Por razões que discutiremos mais a frente ao tratarmos da argumentação sobre Marx feita por Popper serão realçadas as razões

atribuídas pelo autor que levam os inimigos da sociedade aberta a não conseguirem enfrentar os problemas apresentados.

Dessa forma os inimigos da sociedade aberta apresentam dois tipos de problemas em suas propostas de natureza política. Primeiro eles não suportam a tensão da civilização e buscam eliminá-la adotando dois tipos de respostas diversas, mas que igualmente são ineficientes e indesejáveis; a saber, ou buscam voltar ao passado tribal da sociedade abandonando todos os avanços materiais e culturais/ imateriais conquistados pela sociedade aberta livrando-se assim do que julgam ser as causas da tensão da civilização e com essa ação destruindo a liberdade; ou buscam realizar uma revolução total da sociedade acreditando que descobriram como manter as conquistas da sociedade aberta em sua idealizada sociedade do futuro dentro de um totalmente novo arranjo social que não provoca a tensão da civilização em seus participantes, mas que igualmente acaba na opinião de Popper por destruir a liberdade por ignorar que os benefícios conquistados pela sociedade aberta estão inerentemente ligados à convivência com a tensão da civilização. Segundo, os inimigos da sociedade aberta podem ser divididos entre aqueles que, para Popper, deliberadamente são inimigos da liberdade enquanto tal e de qualquer benefício que ela possa apresentar para os homens e aqueles que apreciam a liberdade, mas que acabam adotando ideais políticos que prejudicam a liberdade ainda que essas pessoas sejam sinceras em sua crença de que com esses ideais políticos estarão caminhando na direção de oferecer maior liberdade a todos os homens. Em *A sociedade aberta e seus inimigos* claramente Hegel é apresentado por Popper como inimigo da liberdade, Platão é apresentado como um pensador dúbio que ora se mostra como inimigo da liberdade ora como alguém que apenas erra profundamente nas escolhas dos caminhos para alcançá-la, e Marx é apresentado como alguém que almeja a liberdade, mas é levado a agir contra ela devido a escolha de caminhos equivocados sugeridos por algumas das concepções que adota.

Com a argumentação adotada acima Popper consegue realizar a diferenciação entre objetivos e resultados de concepções políticas como nazismo, marxismo e socialismo. Claramente todas elas são enquadradas no campo dos inimigos da sociedade aberta quando se leva em conta a maior parte dos resultados que alcançaram ao longo da primeira metade do século XX, mas vários objetivos políticos socialistas e de Marx, ainda que não da forma como foi sendo constituída a doutrina marxista, são válidos enquanto objetivos para a melhoria das condições de vida das pessoas apesar de incorrerem na opção por meios de obtenção que são falhos e acabam por alcançar resultados ruins, totalitários segundo Popper, e por isso destroem a liberdade. Já Hegel, as vezes até com uma certa falta de cautela é apresentado como defensor de idéias que vão totalmente contra a liberdade escoradas no mais puro atraso tribalismo o que leva o autor a, mesmo que de forma obliqua, apontar Hegel como um precursor e simpatizante de idéias que levaram ao nazismo.

As origens da sociedade aberta

Popper faz a apresentação da sociedade aberta sempre em comparação à idéia complementar a ela de sociedade fechada. A sociedade aberta é aquela na qual ‘os indivíduos são confrontados com decisões pessoais’¹¹ que são de responsabilidade pessoal racional, ou seja, o indivíduo reflete racionalmente a respeito das conseqüências de suas decisões. Já a sociedade fechada é aquela na qual a sociedade opera de forma mágica, tribal ou coletivista e que com essa forma de operar retira qualquer tipo de responsabilidade dos indivíduos por suas escolhas ao mesmo tempo que, na maior parte das vezes, não oferece escolhas aos indivíduos.

¹¹ Popper, Karl. A sociedade aberta e seus inimigos, p. 189. O número de referências ao longo de todo o livro a contraposição entre sociedade aberta e sociedade fechada é enorme. Não é possível indicar nem mesmo o capítulo 10, que possui o título de “A sociedade aberta e seus inimigos” como referência para toda a argumentação. Para não soterrar o leitor ou ser soterrado por uma profusão de citações com indicação de páginas correspondentes (que muitas vezes não se limitariam a uma parte específica do livro sendo recorrentes) procuro deixar claro que muitas vezes estarei parafraseando o autor e só farei citações caso seja realmente necessário discutir seu argumento palavra a palavra.

A sociedade fechada apresenta uma forte analogia com um organismo. Ela se assemelha a uma horda ou tribo na qual os membros são mantidos juntos através de laços semi-orgânicos como parentesco, coabitação e participação em vários sentimentos e ações comuns a todos como esforços produtivos ou culturais, alegrias e aflições ligadas a esses esforços e assim por diante. Claramente a sociedade fechada é um grupo de existência concreta com indivíduos concretos que se relacionam uns com os outros e não um grupo que é resultado de abstratas relações sociais como a divisão do trabalho e a troca de utilidades, ou seja, é um grupo marcado quase que exclusivamente por relações exteriores aquelas que se atribui normalmente ao mercado. O autor destaca que em sociedades deste tipo o problema da escravidão aparece de modo não muito diferente ao problema do trato de animais domésticos.

A sociedade aberta é marcada pela busca dos indivíduos em se elevarem socialmente tomando assim os lugares ocupados por outros membros da coletividade. Uma consequência direta da sociedade aberta pode ser a luta de classes e deste ponto de vista a sociedade aberta não se presta a qualquer tipo de analogia orgânica como a sociedade fechada possibilita já que qualquer tipo de luta entre os componentes de um organismo visando ocupar uns os lugares dos outros não faz sentido e chamais foi encontrada. Popper ilustrar de forma muito arguta sua concepção de sociedade abstrata com a seguinte interessante idéia que ele afirma ser um exagero, mas que atualmente não soe como concepção tão exagerada:

“Poderíamos conceber uma sociedade em que os homens praticamente nunca se encontrassem face a face, em que todos os negócios fossem conduzidos por indivíduos isolados, a se comunicarem por cartas datilografadas ou telegramas e a andarem em automóveis fechados. (A inseminação artificial permitiria mesmo a propagação da espécie sem um elemento pessoal). Essa sociedade fictícia poderia ser denominada uma

‘sociedade completamente abstrata ou despersonalizada’. Ora, o interessante é que nossa sociedade moderna se assemelha em muitos de seus aspectos e essa sociedade completamente abstrata. Embora nem sempre viajemos sós em automóveis fechados (mas nos encontremos de rosto com milhares de pessoas que passam por nós nas ruas), o resultado é quase o mesmo como se o fizéssemos; não estabelecemos em regra qualquer relação pessoal com os nossos semelhantes pedestres. Semelhantemente, o fato de ser membro de um sindicato não significa mais do que a posse de uma carteira de associado e o pagamento de uma contribuição a um secretário desconhecido. Muitas pessoas vivem numa sociedade moderna sem ter, ou só tendo extremamente poucos, contatos pessoais íntimos, vivendo no anonimato e no insulamento e, conseqüentemente, na infelicidade. Pois, embora a sociedade se tenha tornado abstrata, a configuração biológica do homem não mudou muito; os homens têm necessidades sociais que não podem satisfazer numa sociedade abstrata.”¹².

O autor realça que cometeu um exagero no quadro que apresentou já que nunca houve nem haverá uma sociedade completamente ou predominantemente abstrata, mas nas sociedades democráticas modernas os grupos sociais concretos seriam pálidos substitutivos por não oferecerem razão a uma vida comum e por não terem qualquer função na vida da sociedade.

Popper destaca também que a idéia de sociedade abstrata exemplificada não é boa por não apresentar as vantagens oferecidas pela sociedade aberta tais como liberdade de relacionamento pessoal diante do determinismo pelo nascimento que é característica das sociedades fechadas, o que faz surgir um tipo de individualismo no qual os laços espirituais possam substituir os biológicos.

¹² Popper, Karl. A sociedade aberta e seus inimigos, Vol 1, p. 189-90.

Independentemente das qualidades ou defeitos da sociedade aberta e sua fundamentação em relações abstratas o autor procura destacar que a mudança de um padrão de sociedade concreta para um de sociedade abstrata foi uma das revoluções mais profundas por que passou a humanidade e como a sociedade fechada possuía forte caráter orgânico o processo de transformação deve ter gerado profunda comoção nas pessoas que o sofreram. É deste ponto de vista que para o autor a sociedade ocidental moderna procede culturalmente dos Gregos já que eles foram a primeira sociedade que iniciou o processo de transição da sociedade fechada para a sociedade aberta, processo esse que Popper acredita ainda estar muito próximo de seu início.

Historicamente a tensão da civilização e o sentimento que causou na época podem ser percebidos pela contraposição histórica entre as cidades de Atenas e Esparta e todo o impacto que a comparação entre os dois tipos de arranjos sociais causaram na reflexão política desde a época da existência das duas sociedades até hoje. Ambas seriam respostas às mudanças sociais que foram rompendo com o tribalismo das sociedades fechadas. A primeira tentativa de enfrentar a tensão da civilização e a ruptura do tribalismo orgânico pelas classes dirigentes das sociedades gregas foi o projeto de enfrentar o crescimento populacional causado pelas melhores condições de subsistência através da criação de cidades filiadas/ colônias. Porém, essa solução somente fez com que os problemas fossem agravados devido ao surgimento de forte comércio entre as cidades todos os interesses que criou. A resposta oferecida por Esparta foi a tentativa de manter o tribalismo pela força enquanto que em Atenas além de todas as transformações materiais causadas pelo surgimento de uma afluyente sociedade fundamentada no comércio, Popper destaca o que denomina de grande revolução espiritual na qual a invenção da discussão crítica libertou o pensamento dos homens de obsessões mágicas que se materializa no afã dos homens de serem racionais, de superarem algumas de suas necessidades emocionais e passarem a cuidar de si mesmos aceitando as responsabilidades criadas por essa

situação. Para o autor o peso dessas responsabilidades é compensado pelo incremento de nosso conhecimento, de nossa razoabilidade, do incremento da cooperação e da ajuda mútua para além das formas determinadas por laços orgânicos o que elevou em muito as possibilidades de sobrevivência dos homens e que levou ao aumento populacional em conjunto com a melhora das condições de sobrevivência.

A luta entre as classes sociais passa a ser encarada de outra forma a partir do declínio da sociedade fechada, pois, para dominantes e dominados, os laços sociais pareciam naturais o que naturalizava toda estrutura de poder. A perda do sentimento de naturalidade das relações de poder fez com que a luta entre as classes parecesse a seus participantes como uma luta dentro da família.

O comércio e a navegação levaram a um contato muito maior entre tribos o que deve ter minado o sentimento de necessidade com que eram encaradas as instituições tribais. Este processo é mais forte pelo fato de que o comércio e a iniciativa comercial é uma das poucas formas em que a independência e a iniciativa individual são aceitas dentro de uma sociedade na qual ainda predominam os valores tribais. O isolamento forçado e o repúdio ao comércio na sociedade espartana em conjunto com o ódio demonstrados pelos partidários da sociedade fechada em Atenas aos símbolos do comércio e da navegação: a esquadra, os portos e as muralhas que os defendiam; todos sendo encarados como símbolos da democracia que pretendiam combater.

É dentro de tal quadro de referências históricas que Popper trabalha e insere toda sua discussão sobre Platão. O filósofo ateniense, filho de família pertencente a mais importante aristocracia, ou oligarquia como se refere Popper às origens sociais de Platão, nos é apresentado como o arquiteto de uma brilhante mas perigosa reação intelectual contra a sociedade aberta que teve enorme influência na filosofia política ocidental e não menor influência em ações práticas no campo da política. Entretanto, dado o tipo de intervenção na discussão sobre Platão que Popper faz, reinterpretando

formas de entender o significado dos escritos de Platão que vão contra as interpretações tradicionais, apresentando novas traduções dos textos de Platão e novas formas de inserir estes textos dentro do contexto maior das discussões filosóficas e políticas no debate intelectual grego da época; não pretendo discutir a argumentação do autor a respeito da posição de inimigo da sociedade aberta que atribuiu a Platão. Apenas serão utilizadas partes de sua argumentação quando necessário para abordar temas relevantes a este trabalho.

A primeira idéia a ser destacada para a caracterização da sociedade aberta é que Platão, seus antecessores e seus seguidores políticos todos realizam um esforço intelectual e político de reação à tensão da civilização. Popper classifica os principais filósofos pré-socráticos a partir dessa chave de análise oferecendo grande destaque a Heráclito como o primeiro inimigo consciente da sociedade aberta no desenvolvimento de suas idéias. Afirma ao resumir seu argumento sobre os antecessores de Platão:

“Os mais antigos filósofos, os três grandes Jônicos e Pitágoras, provavelmente ignoravam de todo o estímulo a que reagiam. Eram os representantes, assim como os antagonistas inconscientes, de uma revolução social. O próprio fato de haverem fundado escolas, ou seitas, ou ordens, isto é, novas instituições sociais ou antes grupos concretos com uma vida comum e funções comuns, amplamente modelados segundo os de uma tribo idealizada, prova que eram reformadores no campo social e, portanto, que reagiam a certas necessidades sociais. O fato de haverem reagido a essas necessidades e a seu próprio sentimento de achar-se à deriva, não imitando Hesíodo na invenção de um mito historicista do destino e da decadência, mas inventando a tradição da crítica e da discussão, e com ela a arte de pensar racionalmente, é um desses fatos inexplicáveis que surgem no início de nossa civilização. Mesmos esses racionalistas, porém, reagiram à perda de unidade do tribalismo de um modo amplamente emocional. Seu raciocínio dá expressão a seu sentimento de andar à deriva, à tensão de um

desenvolvimento que estava prestes a criar nossa civilização individualista. Uma das mais antigas expressões dessa tensão remonta a Anaximandro, o segundo dos filósofos Jônicos. A existência individual surge-lhe como *hubris*, como um ato ímpio de injustiça, como um ato errado de usurpação, pelo qual os indivíduos devem sofrer e fazer penitência. O primeiro a ter consciência da revolução social e da luta de classes foi Heráclito. No segundo capítulo deste livro descrevemos como ele racionalizou seu sentimento de andar à deriva, desenvolvendo a primeira ideologia anti-democrática e a primeira filosofia historicista da mudança e do destino. Heráclito foi o primeiro inimigo consciente da sociedade aberta”¹³.

Popper apresenta Platão como um ser dividido entre as lições de Sócrates que estariam claramente afiliadas ao partido democrático na interpretação popperiana, apesar do julgamento e morte de Sócrates ocorridos em um período de caça às bruxas devido aos conflitos entre Atenas e Esparta e as ações do partido aristocrático de Atenas, e a própria filiação de Platão ao partido aristocrático devido a sua situação de nascimento e ao desenvolvimento de suas idéias dentro do quadro de influência socrática e pré-socrática. Popper traduz a reação política à sociedade aberta ocorrida no pensamento grego nos princípios da política espartana por ele assim resumidos: “1) proteção do tribalismo detido: fechar a porta a todas as influências estrangeira que pudessem pôr em perigo a rigidez dos tabus tribais. 2) anti-humanitarismo: fechar a porta, mais especialmente, a todas as ideologias igualitárias, democráticas e individualistas. 3) autarquia: ser independente do comércio. 4) anti-universalismo ou particularismo: sustentar a diferenciação entre a própria tribo e as outras; não se misturar com inferiores. 5) dominação: submeter e escravizar os vizinhos. 6) não se expandir demais: ‘a cidade só deve crescer enquanto puder fazê-lo sem prejudicar sua unidade’ e, especialmente, sem arriscar-se à introdução de

¹³ Popper, Karl. A sociedade aberta e seus inimigos, Vol 1, p. 204.

tendências universalistas”.¹⁴ Platão teria adotado este programa político como seu e para Popper o programa político espartano se aproxima muito das principais tendências do totalitarismo moderno com exceção da característica de número 6, pois o totalitarismo moderno seria imperialista.

Já a sociedade aberta reuniria para Popper as características básicas que normalmente são atribuídas à democracia liberal e que se oporiam às características da política espartana. Creio que as características que o autor pretende realçar na sociedade aberta ficarão mais claras nas discussões sobre os itens escolhidos para análise mais detida e indicados na introdução.

As críticas de Popper ao socialismo e ao pensamento de Marx

Popper ao discutir o socialismo o faz quase que todo o tempo considerando a forma como Marx desenvolveu suas concepções. Desse modo é difícil fazer uma separação entre as considerações feitas pelo autor sobre o socialismo em geral e o pensamento de Marx em particular. Assim, será feita uma discussão conjunta dos dois temas.

A análise do socialismo por Popper inicia com um resumo do que seriam as principais idéias de Marx sobre o advento do socialismo. A explicação de Marx seria realizada em três passos, sendo o primeiro a análise econômica do capitalismo e a influência que ele produz sobre uma sociedade de classes, o segundo passo apresentaria o processo que leva a uma inevitável revolução social e o terceiro passo seria a predição do surgimento de uma sociedade sem classes ao final deste processo. O autor realça que Marx passou praticamente quase que todo seu tempo elaborando a explicação do primeiro passo, ou seja, a análise do funcionamento do capitalismo que levaria inexoravelmente em direção ao socialismo apresentada em *O Capital*. Por último o autor nos diz que acredita ser mais claro inverter a ordem de apresentação dos três passos iniciando pelo terceiro. Vamos segui-lo nesta ordem de análise.

¹⁴ Popper, Karl. A sociedade aberta e seus inimigos, Vol 1, p. 198.

“O desenvolvimento do capitalismo conduziu à eliminação de todas as classes, exceto duas, uma pequena burguesia e um imenso proletariado; e o crescimento da miséria forçou esta última a revoltar-se contra seus exploradores. As conclusões são: primeira, a de que os trabalhadores devem ganhar a luta; e segundo que, eliminando a burguesia, devem estabelecer uma sociedade sem classes, visto só uma classe restar”¹⁵; resume assim Popper a situação inicial de análise. O autor argumenta que considera lógica a primeira dedução aceitando-se as premissas adotadas por Marx, uma classe é exploradora e dependente da outra que é explorada e independe da existência da burguesia em sua sobrevivência. Já a segunda dedução não é certa pelo fato de que só é razoável adotar que as classes terão um comportamento próximo ao comportamento de um indivíduo quando estão muito reduzidas em número, como no caso de burgueses e proletários, e quando estão em luta entre si. A consciência de classe para o próprio Marx é resultado da luta de classes e não seria razoável supor que irá se manter ao término da luta. Popper acredita que é muito mais razoável considerar que o proletariado se fragmentará e novos conflitos se sucederão do que apontar para uma síntese dialética em que não existam mais classes. Com isso Popper não quer afirmar que o socialismo através de uma sociedade sem classes não acontecerá, mas sim procura alertar para o desenrolar mais provável no qual o surgimento de novos interesses de classe e, portanto, de novas classes depois de uma vitoriosa revolução proletária, aconteceriam.

O autor também coloca em questão a afirmação central em Marx de que o socialismo é uma decorrência inerente do capitalismo. Inicialmente Popper lembra que o capitalismo ao qual Marx se refere é a situação sócio-econômica enfrentada pela Inglaterra entre o último quarto do século XVIII e 1870. A idéia apresentada pelo autor é que dentro do quadro de inúmeras reformas que foram realizadas nas sociedades ocidentais, que poderíamos resumir sob a idéia da construção do Estado de Bem Estar Social, não

¹⁵ Popper, Karl. A sociedade aberta e seus inimigos, Vol. 2, p. 144.

podemos mais identificar as sociedades atuais com o capitalismo britânico do século XIX. Os desdobramentos do quadro de reformas e mudanças são tão amplos que eles foram, em alguns sentidos, muito além de qualquer uma das poucas formulações concretas que Marx apresentou como programa para mudanças da sociedade após a revolução. Assim, teríamos uma situação social atual na qual não mais é encontrado o capitalismo segundo os moldes apresentados por Marx para identificá-lo e na qual não é possível afirmar que surgiu o socialismo segundo estes mesmos moldes; ou seja, ao capitalismo britânico do século XIX não se seguiu o socialismo como idealizado por Marx, mas sim um novo tipo de arranjo sócio-econômico que muitas vezes busca responder a problemas sequer imaginados por Marx.

Um terceiro argumento levantado por Popper aparece ao se discutir algumas conseqüências de profecias históricas de caráter científico e suas influências no próprio decorrer da história. Deve-se aceitar uma situação na qual não exista qualquer influência de fatores morais ou ideológicos no decorrer da profecia histórica realizada por Marx, ou aceitar que é possível agir de alguma forma movido por fatores morais ou ideológicos que teriam, desse modo, influência sobre o curso da história para, ao menos, minorar as dores do parto e, por isso, se mostrariam com certa independência e capacidade de alterar os rumos da história. Popper nos apresenta dois resultados possíveis a partir destas formas alternativas de abordar o tema. Ou se acredita na inevitabilidade e na imutabilidade do decurso histórico e qualquer forma de ação visando alterar a situação concreta seria inócua, ou se acredita em certa capacidade de transformação do presente que é resultado de um decurso histórico aberto a mudança. Assim, ou surgiria uma situação mais racional no mundo através da ação humana utilizando-se de instituições planejadas para alterar a realidade em que vivemos, ainda que estas instituições operem em uma situação de incerteza e impossibilidade de saber-se quais serão todas as conseqüências de nossas ações; ou se espera que um mundo mais racional nasça da ação de forças irracionais da história. Popper ainda alerta para quanto pode ser perigoso

apostar na inevitabilidade das predições históricas com o exemplo da influência dos partidos comunistas e social-democratas na Europa central e oriental frente aos problemas políticos do entre guerras, como por exemplo, o que realmente fazer ao se chegar ao poder ou como enfrentar o fascismo em ascensão.

O segundo passo na teoria de Marx é então discutido, lembrando, que uma revolução social é o resultado inevitável do funcionamento do capitalismo. Aqui Popper argumenta que não necessariamente se chegará a uma situação revolucionária ainda que se aceite a hipótese de que o capitalismo leva ao aumento crescente da riqueza da burguesia que é cada vez menor em número e ao aumento crescente da pobreza do proletariado que é cada vez maior em número. São feitas por Marx duas hipóteses a partir desta constatação, a de que todas as classes diferentes da burguesia e do proletariado desaparecerão; e de que a tensão entre burguesia e proletariado não poderá ser resolvida de outro modo que não seja uma revolução social comandada pelo proletariado.

Popper argumenta que não existe certeza aceitável de que a estrutura de classes será simplificada com o avanço do capitalismo como previa Marx. O autor oferece uma lista de novas e velhas classes que se mantêm na sociedade capitalista, segundo as próprias suposições de Marx, apresentando a coexistência de burgueses, grandes e pequenos proprietários de terras, trabalhadores rurais, nova classe média, trabalhadores industriais, proletariado ralé¹⁶ e ainda ressalta que combinações entre estas classes poderiam fazer surgir outras estruturas diferentes. Novamente é destacado pelo autor que não é possível negar que a predição de Marx sobre a sobrevivência apenas de burgueses e proletários é possível, mas ela seria apenas uma possibilidade entre outras e essa incerteza inviabilizaria a certeza histórica de Marx afetando as predições a respeito da inevitabilidade da revolução.

¹⁶ Popper, Karl. A sociedade aberta e seus inimigos, Vol. 2, p. 155.

Logo em seguida Popper passa a discussão a respeito da revolução social em si. Procura caracterizá-la com algo que possa ser apresentado de forma definível e não apenas como a tautológica afirmação de que a revolução social é aquela que institui o socialismo e enquanto este não advém, as revoluções que ocorrem na sociedade não são a revolução social do proletariado. O autor oferece a seguinte definição para procurar escapar da tautologia no conceito de revolução social: “a revolução social é uma tentativa de um proletariado amplamente unido para conquistar completo poder político, empreendida com firme resolução de não hesitar ante a violência, se a violência for necessária para alcançar esse alvo, e de resistir a qualquer esforço de seus adversários para reconquista da influência política”.¹⁷ Destaca que sua definição de revolução social possibilita que se diferencie esta de qualquer outro tipo de revolução e é razoavelmente indefinida sobre o uso ou não da violência na revolução social seguindo o modo utilizado na predição de Marx. Popper atribui grande importância à discussão sobre o uso da violência na revolução e suas consequências para a democracia.

Existiria uma ala radical e uma ala moderada entre os marxistas a respeito do uso da violência na revolução social. A ala radical claramente parte da idéia de que é impossível reformar o capitalismo porque a democracia seria uma mera fachada para a ditadura de classe e a superação do caos gerado pelo aprofundamento da sociedade capitalista só pode acontecer de maneira violenta. Já a ala moderada acredita que é possível utilizar os mecanismos democráticos da sociedade burguesa para reformar o capitalismo construindo instituições que, paulatinamente, caminham na direção do socialismo. As reformas seriam, para os moderados, o caminho da revolução social. Popper afirma que Marx apresenta argumentos em seus escritos que sustentam radicais e moderados em suas opiniões. Todo o problema gira em torno da hipótese de Marx de que a miséria será crescente

¹⁷ Popper, Karl. A sociedade aberta e seus inimigos, Vol. 2, p. 157.

no desenvolvimento da sociedade capitalista. Como essa hipótese é central para Marx e para ambas as alas de seus seguidores porque ela garante a inevitabilidade da revolução social, surge uma contradição entre aceitar a possibilidade de reformas sociais que caminhem na direção da solução da miséria e acreditar na inevitabilidade da revolução. O problema está no fato de que o proletariado não mais se tornaria a maioria esmagadora da população se for possível realizar reformas sociais bem sucedidas no combate à miséria.

Além da ambigüidade existente sobre o uso da violência no pensamento de Marx e na interpretação de seus seguidores existe a ambigüidade da conquista do poder. Na maioria dos casos em que partidos de orientação marxista moderada alcançam o poder através do voto, isso ocorre devido a suas posições humanitárias, a defesa da liberdade e a luta contra a opressão; o que leva segmentos de classe média a apoiá-los. Porém, como estes partidos sustentam opiniões ambíguas sobre o uso da violência, ao obterem o controle democrático do governo existe a dúvida se eles aceitarão as regras democráticas que envolvem respeito às minorias e aceitação da alternância no poder. As dúvidas derivam do fato de que a conquista do poder político pelo proletariado, como é descrita por Marx, pode envolver ou a aceitação das regras democráticas e a busca por formar governos, objetivo comum a qualquer partido dentro do regime democrático, ou a idéia de que os marxistas irão se entrincheirar no poder e utilizarão métodos violentos ou “legais” contra as minorias que façam oposição, o que destrói qualquer possibilidade de funcionamento da democracia.

Segundo Popper, a democracia depende da adesão dos principais partidos políticos a algumas regras como:

“1) a democracia não pode ser plenamente caracterizada como o governo da maioria, embora a instituição das eleições gerais seja da maior importância, pois uma maioria pode governar de modo tirânico [...] numa democracia os poderes dos governantes devem ser limitados; e o critério de uma democracia

é este: [...] os dirigentes – isto é, o governo – podem ser mudados pelos dirigidos sem derramamento de sangue [...]

2) basta distinguir apenas entre duas formas de governo, vale dizer, as que possuem instituições da espécie citada e todas as outras, isto é, democracias e tiranias.

3) uma constituição democrática consistente excluiria apenas um tipo de mudança no sistema legal, a saber, uma mudança que pudesse colocar em perigo seu caráter democrático.

4) numa democracia a ampla proteção às minorias não deve estender-se aos que violam a lei, nem, especialmente, aos que incitam os demais à derrubada violenta da democracia.

5) a política de formar instituições para salvaguardar a democracia deve sempre proceder na suposição de que pode haver tendência antidemocráticas latentes entre os governados como entre os governantes.

6) se a democracia for destruída todos os direitos serão destruídos. E ainda que persistissem certas vantagens econômicas gozadas pelos governados, só persistiriam à custa de seu sofrimento.

7) a democracia oferece campo da maior valia a qualquer reforma razoável, visto como permite as reformas sem violência. Se, porém, a preservação da democracia não se tornar a preocupação principal de qualquer batalha travada nesse campo, então as tendências antidemocráticas latentes, que estão sempre presentes, pode produzir uma derrocada da democracia. Se ainda não se achar desenvolvida a compreensão desses princípios, devemos lutar por seu desenvolvimento. A política oposta pode mostrar-se fatal; pode provocar a perda da batalha mais importante, a batalha da própria democracia”.¹⁸

Já a forma de agir dos marxistas pode ser caracterizada como a de fazer com que os trabalhadores suspeitem da democracia, pois o Estado é

¹⁸ Popper, Karl. A sociedade aberta e seus inimigos, Vol. 2, pp.167-8.

apresentado como uma máquina para a opressão de uma classe sobre outra. Segundo Popper, tal concepção resulta em:

“a) uma política de culpar a democracia por todos os males que ela não impedir, em vez de reconhecer que os democratas é que devem ser censurados, e não menos, normalmente, os da oposição que os da maioria (Toda oposição tem a maioria que merece).

b) uma política de educar os governados a considerarem o estado como não seu, mas como pertencente aos governantes.

c) uma política de dizer-lhes que só há um meio de melhorar as coisas, o da completa conquista do poder. Mas isto esquece a única coisa realmente importante relativa à democracia, o fato de que ela controla e equilibra o poder”.¹⁹

Popper lembra que este modo é o caminho mais rápido para auxiliar aos inimigos da democracia e ressalta que toda essa forma de agir dos marxistas está ligada a uma questão muito anterior relacionada a tradição instaurada por Platão de analisar o problema da política perguntando: quem deve governar? Para o autor as questões realmente importantes são: como é exercido o poder do estado e quanto poder é exercido?

O passo seguinte da análise das idéias de Marx por Popper é a discussão sobre a interpretação marxista do capitalismo. O autor procura esmiuçar quais seriam as verdadeiras conseqüências dos estudos sobre economia realizados por Marx e se esses estudos sobre economia podem sustentar as opiniões que Marx emite sobre os destinos do capitalismo. Para Popper, as críticas feitas por Marx à situação econômica da Europa de meados do século XIX são totalmente justificáveis, sendo quase que impossível discordar do repúdio que Marx exprimiu àquela situação. O grande problema da argumentação marxista, porém, encontra-se no fato de

¹⁹ Popper, Karl. A sociedade aberta e seus inimigos, Vol. 2, pp.168-9.

que as condições materiais foram melhorando continuamente para os trabalhadores e para a população em geral. Longe de ocorrer um aumento progressivo da miséria, como é necessário para que a argumentação marxista se mantenha, a riqueza foi mais bem distribuída dentro da sociedade européia. Popper procura realizar uma crítica às principais idéias de *O capital* realizando análise similar a feita das idéias políticas de Marx, ou seja, mostrando que os resultados apontados como inevitáveis conseqüências do funcionamento da sociedade capitalista não são inevitáveis. Essa situação acontece porque o capitalismo que Marx analisou mudou e as mudanças ocorridas não sustentam os argumentos econômicos que indicariam a inevitabilidade da revolução social. A linha de argumento popperiana parte para apresentar que a concentração do capital nas mãos de um número cada vez maior de capitalistas é inconclusiva e não oferece suporte a suas afirmações de caráter profético. De modo semelhante, Popper também procura apresentar erros e inexatidões na teoria do valor, na teoria do mais-valia e assim sucessivamente. Ao invés de procurar apresentar os argumentos de Popper, creio ser mais interessante considerar que todos eles apontam para a mesma direção indicando que os fatos não precisam se desenvolver como Marx supunha que se desenvolveriam e, na realidade, não se desenvolveram do modo que Marx supôs.

Como é fácil de aduzir, dada a concepção de Popper a respeito de como se produz conhecimento científico e sobre o modo como o conhecimento científico aumenta, é descartada toda e qualquer possibilidade de realizar profecias como as feitas por Marx. Esse é o teor das considerações desenvolvidas por Popper sobre historicismo em *A miséria do historicismo*. Como as predições de caráter científico são refutáveis e o conhecimento científico provisório e em contínuo aperfeiçoamento, qualquer tentativa de indicar quais serão os destinos da sociedade é anticientífica. Além de ser anticientífico, também acaba sendo antidemocrática as tentativas de construir profecias. Isto porque, como foi discutido acima, o profetismo de

caráter historicista acaba se tornando justificativa para ações antidemocráticas.

Popper e a administração burocrática da sociedade aberta

A mecânica ou engenharia social é discutida por Popper. Por esses nomes entende o autor a tentativa de modificar conscientemente a situação de uma sociedade. Ela pode ocorrer, basicamente, através da criação de novas instituições sociais ou da reforma das instituições sociais, quando pensamos nas tentativas racionais de melhoria da sociedade, e se efetiva através do funcionamento dessas instituições. Portanto, toda a discussão realizada em torno da mecânica social e a defesa que Popper fará do que ele nomeia como mecânica social gradual envolve a forma como pode ser administrada a sociedade e o evidente uso da burocracia.

Popper contrapõe os conceitos de mecânica social utópica e gradual. A mecânica social utópica é marcada pela tentativa de desenhar toda a sociedade a partir de um plano racional. Como o próprio nome acaba por deixar claro, exemplos de defesas da mecânica social utópica estão presentes na obra de vários criadores de utopias sociais. O autor apresenta em *A sociedade aberta e seus inimigos* Platão como o primeiro representante de peso dessa forma de agir com relação à sociedade. Claramente, os defensores da mecânica social utópica são inimigos da sociedade aberta, pois essa forma de procurar realizar mudanças sociais incorre na forma de agir totalitária e, sendo totalitária, a mecânica social utópica pode apresentar caráter tanto “conservador / reacionário” quanto “progressista” sem que suas conseqüências sejam muito melhores em qualquer um dos dois casos.

A mecânica social utópica parte da premissa que é possível intervir na realidade social de forma racional e com completo conhecimento das conseqüências dessa intervenção. Como o desenvolvimento natural de todas as sociedades conhecidas se deu através da tentativa e erro na construção das instituições sociais, o defensor da mecânica social utópica percebe a

realidade como muito distante das exigências da razão, ou seja, é diagnosticada a existência de várias irracionalidades dentro da sociedade que pode e devem ser corrigidas. Para a realização das mudanças pretendidas pelo defensor da mecânica social utópica, inicialmente, é necessário estabelecer um plano de transformação completa da realidade. O plano a ser estabelecido pelo defensor da mecânica social utópica será totalmente coerente e não deixará nenhum aspecto da sociedade de fora do controle racional de seu planejador. A figura que Popper tem em mente é a do legislador que Platão tanto fez por eternizar como o tradutor da perfeição ideal em nosso mundo imperfeito. Depois de estabelecido o plano é necessário recomeçar a sociedade do zero, dado que só pela reconstrução de tudo é possível atingir o equilíbrio e a coerência exigidos pela mecânica social utópica. Para que seja possível fazer tamanha mudança na sociedade é necessário que o planejador tenha total controle sobre as conseqüências futuras de seus atos. Uma vez colocado o plano em funcionamento a sociedade terá atingido um grau de perfeição racional que não pode ser mais modificado e entrará, muito provavelmente, em uma nova forma de decorrer histórico de caráter mais estático quando comparado à situação atual. Popper atribui a mecânica social utópica as características de ser esteticista, perfeccionista e, como diz o próprio nome, utópica.

A mecânica social gradual parte da premissa que qualquer forma de intervenção na sociedade terá resultados inesperados e imprevistos. Desse modo, a busca pelo aperfeiçoamento da sociedade se fundamentará em tentativas de mudança nas instituições marcadas pela gradualismo. Com isso, Popper que dizer que o defensor da mecânica social gradual jamais irá realizar uma mudança radical nas instituições, pois não pode prever todas as conseqüências das mudanças realizadas e, por segurança, fará mudanças de caráter localizado e que possam ser reversíveis em caso de resultados desagradáveis. Enquanto na mecânica social utópica se aspira a realização de um ideal que mude toda a sociedade, na mecânica social gradual são procurados meios de se minorar os problemas presentes levando m

consideração que como a realidade muda a própria solução dos problemas está obrigada a acompanhar essas mudanças. Para Popper, a mecânica social gradual tem como resultado de sua forma de operar adequação ao funcionamento das sociedades democráticas, pois ela respeita os indivíduos nas situações em que a mecânica social utópica os submete a um ideal de beleza ou perfeição, ela mostra-se aberta a mudanças conforme a realidade social se altere, ela valoriza a experiência social acumulada nas instituições e nas tradições enquanto a mecânica social utópica as despreza em nome da razão, ela realiza experiências sociais controláveis em seus resultados – por terem caráter parcial - enquanto a mecânica social utópica impede a correta avaliação das experiências sociais que realiza devido a sua abrangência – em uma situação na qual tudo está mudando é praticamente impossível avaliar o que está dando certo e o que está dando errado – e devido a provável recusa em aceitar que o plano adota é passível de erros – o que levaria a que os problemas fossem ignorados ou vistos como sabotagem por parte daqueles que não querem se adequar ao ideal perfeito que conduz a planificação da sociedade.

Capítulo II – Schumpeter

Schumpeter nasceu em 1883, no então Império Austro-Húngaro e morreu em 1950, quando residia nos Estados Unidos. Sua família era de origem burguesa, seu pai foi industrial e seu avô materno físico, mas sua educação foi entre aristocratas, devido à morte prematura de seu pai e ao segundo casamento de sua mãe com um oficial do exército imperial.

Schumpeter foi aluno brilhante desde sua primeira formação até a universidade. Nesta, cursou a carreira de direito na Universidade de Viena, que naquela época incluía estudos de economia e ciência política, mostrando predileção pelo estudo de economia. Viena era então um dos principais centros de estudos econômicos sendo que Schumpeter teve aulas com Böhm-Bawerk e presenciou o final da docência de Menger sem ter sido seu aluno.

Por volta de 1907, depois de se casar, Schumpeter começou a exercer a advocacia na cidade do Cairo, onde também prestou consultoria financeira a uma princesa egípcia. Ficou pouco tempo no Egito, retornando a Viena em 1909 depois de ficar doente. Logo após, aceitou a cátedra de economia na Universidade de Czernowitz, então a província mais oriental do império e parte da atual Ucrânia. Mesmo durante o período de exercício da advocacia, Schumpeter pareceu manter a determinação de seguir seus estudos em economia, dado que seu primeiro livro importante, *Das Wesen und Hauptinhalt der theoretischen Nationalökonomie*, foi escrito e publicado quando se encontrava no Egito.

Durante o tempo que lecionou em Czernowitz Schumpeter não conseguiu habituar-se à comunidade acadêmica local, nem a comunidade com ele, dado seu estilo de vida não ser muito usual entre os acadêmicos de Czernowitz. Costumava aparecer nas reuniões da faculdade em trajés de montaria e vestia-se a rigor para jantar sozinho com sua esposa. Não obstante, considerava seus colegas capazes em suas especialidades ainda

que provincianos. Apesar de tudo, Schumpeter demonstrou considerar sua passagem em Czernowitz como feliz e sempre divertiu seus colegas americanos contando anedotas sobre suas noites árabes.

Em 1911 foi designado para a Universidade de Graz graças à influência de Böhm-Bawerk, que estava dirigindo o ministério da educação. Sua nomeação ocorreu contra a vontade do conselho universitário que resistia à presença de Schumpeter em Graz devido à reputação adquirida em Czernowitz. Nunca foi bem aceito em Graz, mas lá publicou o livro que lhe trouxe fama, *A teoria do desenvolvimento econômico* de 1911, e em 1914 publicou *Epochen der Dogmen-und Methodengeschichte*. Seus três primeiros livros são considerados contribuições muito importantes para a ciência econômica.

Schumpeter ficou ligado à Universidade de Graz até o ano de 1921. Foi muito produtivo durante este seu primeiro período acadêmico, pois, além dos três livros, publicou vários artigos, ministrou muitas palestras e teve grande carga de trabalho como professor. Nesta época, também realizou sua primeira passagem pelos Estados Unidos, sendo professor visitante na Universidade de Columbia entre 1913-14.

O final da primeira guerra mundial provocou várias mudanças na vida de Schumpeter. Até o ano de 1924 esteve afastado da vida acadêmica dedicando-se à política e aos negócios. O marco inicial deste período é sua participação na Comissão de socialização Alemã, na passagem de 1918 para 1919. Esta comissão foi presidida por Karl Kautsky e dentre seus participantes mais conhecidos estava Hilferding, antigo colega de graduação e responsável pelo convite feito a Schumpeter. Sua participação nesta comissão foi pequena mas lhe trouxe problemas posteriores, pois muitos passaram a acreditar que possuía convicções socialistas .

Logo após sua participação na comissão foi convidado a ocupar o ministério das finanças austríaco do primeiro governo republicano. O governo estava dividido entre os marxistas, no partido social democrata, e o partido social cristão, de centro-direita. Dada a situação econômica difícil

que a Áustria enfrentava, seus líderes políticos acreditaram que um especialista não político seria a pessoa mais indicada para enfrentar a situação, ou pelo menos a única pessoa que aceitaria tarefa tão ingrata. Schumpeter aceitou o cargo oferecido por Otto Bauer e ocupou o ministério de março a outubro de 1919. Sua passagem no cargo foi marcada pelo insucesso, pois o gabinete liderado pelos sociais-democratas jamais lhe ofereceu apoio político o bastante para ter alguma chance de sucesso.

Depois de seu insucesso político, Schumpeter voltou a Graz, mas em 1921 partiu para trabalhar na iniciativa privada, tornando-se presidente do Banco Biedermann. Seus biógrafos discutem qual foi a sua efetiva participação nos negócios do banco. De qualquer modo, o banco faliu por não suportar a combinação de crise econômica e desonestidade de alguns diretores. Não aproveitando a lei de responsabilidade limitada em falências, Schumpeter honrou todas as obrigações do banco perdendo toda sua fortuna pessoal e responsabilizando-se por uma grande dívida que pagou por vários anos.

Esta série de infortúnios levou Schumpeter a retornar para a academia. Seu segundo período acadêmico estendeu-se até o final de sua vida, iniciando com um convite para ser professor no Japão onde ficou curto tempo. Em 1925 aceitou o convite para ser professor pela Universidade de Bonn. Seguiu na Alemanha até 1932, quando se mudou definitivamente para Harvard, onde já havia passado como professor visitante nos anos de 1927-28 e durante o outono de 1930. Contudo, a má sorte parecia não tê-lo abandonado, pois Schumpeter sofreu duas perdas importantes em sua vida pessoal. Em 1926 ele perdeu sua segunda esposa, com que havia casado um ano antes, Annie Reisinger, que morreu durante o parto junto com a criança. No mesmo ano sua mãe também morreu.

O segundo período acadêmico de Schumpeter também foi muito produtivo. Além de vários artigos, conferências, participação em seminários e dedicada atuação docente, foram publicadas outras três obras muito importantes: *Business Cycles*, em 1939; *Capitalismo, socialismo e*

democracia, em 1942; e *História da análise econômica*, póstumo, em 1954 . O primeiro livro é visto como uma aplicação e aprofundamento de *A teoria do desenvolvimento econômico* e possui mais de 1.000 páginas, o terceiro é visto como uma continuação do "época da doutrina" possuindo cerca de 2.000, enquanto *Capitalismo, socialismo e democracia* é visto por alguns como a principal fonte para conhecer-se suas idéias sobre política e sociologia. Este quadro se completa com a reunião de vários perfis de economistas redigidos por Schumpeter, publicado com o nome de *Dez grandes economistas*. Seria interessante destacar ainda que em 1937 Schumpeter casou-se pela terceira vez, com a também economista Elizabeth Boody, que ficou conhecida por organizar e editar os manuscritos de *História da análise econômica*.

A sociedade aberta em Schumpeter

A concepção de sociedade aberta em Schumpeter esta fortemente ligada a liberdade de ação individual. Mas, ao contrário dos outros autores, Schumpeter não faz muitas discussões a respeito dos efeitos de como esse processo acontece junto às pessoas em geral. Sua preocupação principal esta centralizada nas possibilidades de ação para os indivíduos que apresentam a característica de serem líderes. A obra em que ele inaugura essa linha de argumentação é *A teoria do desenvolvimento econômico*.

A liderança, em qualquer área das atividade humanas, é considerada como uma características que algumas pessoas possuem abaixo da média da população, a maior parte se encontra próximo a média e algumas pessoas a possuem acima da média. São os detentores de talentos especiais que irão liderar o desenvolvimento da sociedade nos mais diversos campos e, segundo Schumpeter, a distribuição dos talentos pela população segue um padrão aleatório. Os talentos são dos mais variados tipos, mas é evidente que em *A teoria do desenvolvimento econômico* o principal talento para o autor é a capacidade de desempenhar o papel de empresário inovador.

O empresário inovador é um tipo especial de liderança que não se confunde com o capitalista ou o administrador gerencial das empresas. A situação de empresário inovador não é algo permanente, as pessoas que lideram um processo de inovação depois de algum tempo, provavelmente, deixarão de inovar e passarão a serem capitalistas ou gerentes. Boa parte da argumentação desenvolvida no livro busca destacar as condições econômicas que permitem o aparecimento de empresários inovadores para que elas possam ser protegidas e incentivadas. Schumpeter procura ilustrar o conceito de empresário inovador do seguinte modo:

" Não é parte de sua função [do líder] 'descobrir' ou 'criar' novas possibilidades. Elas estão sempre presentes, abundantemente acumuladas por toda sorte de pessoas. Frequentemente elas também são conhecidas de modo geral e são discutidas por autores literários ou científicos. Em outros casos não há nada a descobrir sobre elas, porque são bem óbvias. Para tomar um exemplo da vida política, não foi absolutamente difícil ver como as condições sociais e políticas da França no tempo de Luís XVI poderiam ter sido melhoradas de modo a evitar a queda do *ancien régime*. Na verdade, numerosas pessoas o viram. Mas ninguém estava em posição de assumi-lo. Ora, é nesse 'assumir as coisas', sem o qual as possibilidades estão mortas, que consiste a função do líder. Isso vale para todos os tipos de liderança, tanto as efêmeras como as mais duradouras. As primeiras podem servir de exemplo. O que deve ser feito em uma emergência casual é, via de regra, muito simples. A maioria das pessoas ou todas elas podem vê-lo, no entanto querem que alguém fale claramente, lidere e organize. Mesmo a liderança que influencia meramente pelo exemplo, como a liderança artística ou científica, não consiste simplesmente em descobrir ou criar a coisa nova, mas em impressionar com ela o grupo social de modo a arrastá-lo em sua esteira. É, portanto, mais pela vontade do que pelo intelecto que os líderes

cumprem a sua função, mais pela 'autoridade', pelo 'peso pessoal' etc., do que pelas idéias originais".²⁰

Embora a ascensão da figura do empresário esteja ligada a motivações, em parte, hedonistas, Schumpeter acredita que as ações que caracterizam os empresários não tenham como fonte principal este tipo de motivação porque empresários realizam esforços que vão além do cálculo de utilidade dos mesmos, portanto, seriam irracionais perante o ponto de vista hedonista. As motivações dos empresários poderiam ser resumidas muito mais em "instintos animais" e busca de glória. Três tipos de motivação são definidas por Schumpeter como diferenciadas do hedonismo: há o sonho de fundar um reino privado, por parte do empresário, que em nosso mundo moderno se aproxima da motivação da nobreza medieval através de seu sucedâneo, o sucesso industrial ou comercial; existe o desejo de conquista, de provar-se superior aos outros não pelos frutos da atividade empresarial, mas pelo sucesso em si, tornando a ação econômica um esporte e; há a alegria de criar, de demonstrar energia e capacidade de engenho, de fazer "coisas". Para Schumpeter, os três tipos de motivação são muito diferentes do hedonismo, principalmente o terceiro.

Curiosamente, mas não por acaso, Schumpeter encerra esta linha de argumentação fazendo uma breve avaliação das possibilidades de sobrevivência desses conjuntos de estímulos no futuro, dado que, para o autor, são eles os responsáveis pela ação dos empresários inovadores e, por conseqüência, pelo desenvolvimento econômico. Ele lembra que somente o primeiro conjunto está ancorado na existência de propriedade privada. Já o segundo e terceiro conjuntos de estímulos poderiam ser mantidos em outros arranjos sociais diferentes que "não impliquem no ganho privado mediante inovação econômica" ²¹ Aqui Schumpeter deixa uma ponta "solta" que será discutida em *Capitalismo, socialismo e democracia*.

²⁰ Schumpeter, Joseph. A teoria do desenvolvimento econômico, p. 62.

²¹ Schumpeter, Joseph. A teoria do desenvolvimento econômico, p. 66.

Schumpeter apresenta outra forma pela qual entende o papel da liderança dentro da sociedade no texto *As classes sociais num meio etnicamente homogêneo*. O autor afirma existir dois modos de trabalhar com classes na Ciência Social. O primeiro definiria classe como "aqueles fenômenos sociais com os quais estamos familiarizados - entidades sociais que observamos mas transcendem à nossa esfera de influência. Nesse sentido, toda classe social é um órgão social especial, vivendo, agindo e sofrendo como tal e demandando uma compreensão como tal".²² O segundo modo seria como são normalmente definidas as classes sociais na Ciência Social, em que seria feito um corte arbitrário na realidade criando categorias que definem as classes e que, apesar de estarem ligadas à realidade, não nascem diretamente dela. Para ilustrar a primeira definição de classes, poderíamos tomar os camponeses da França, em uma determinada época qualquer, com todos os fatos ligados a sua existência. De modo semelhante, poderíamos tomar a classe dos proprietários de terras, ou dos trabalhadores, como definida pela teoria econômica, para ilustrar a segunda definição. Schumpeter ressalta que, quanto aos proprietários de terras, "não só essas pessoas não constituem uma classe social, como estão divididas entre si por uma das mais salientes de todas as divisões de classe. E a classe trabalhadora, no sentido que lhe é dado pela teoria econômica, inclui advogados prósperos e o abridor de valas".²³ É o primeiro modo de trabalhar com as classes sociais que o autor usará.

Schumpeter está ciente do quanto ficou vago, até aqui, o que sejam classes sociais. Porém, acredita que uma definição precisa acabaria por antecipar a solução do problema em foco sem conseguir resolvê-lo. Assim, procura apenas uma definição que permita reconhecer uma classe social e distingui-la das outras classes. Esta definição é dada pelo casamento, ou melhor, uma classe é dada pelo grupo de pessoas que casam, muito

²² Schumpeter, Joseph. *As classes sociais num meio etnicamente homogêneo*, pp. 129-30.

²³ Schumpeter, Joseph. *As classes sociais num meio etnicamente homogêneo*, pp. 130.

preferencialmente, entre si. Schumpeter afirma estar apoiando seu critério na autoridade de Max Weber ²⁴).

Para defender seu critério Schumpeter lembra que "classe é algo mais do que uma aglomeração de seus membros [...] e esse algo mais não pode ser identificado no comportamento dos membros da classe, isoladamente. [...] Uma peculiaridade essencial - possivelmente uma consequência, possivelmente uma causa intermediária - do fenômeno de classe esteja no fato de que seus membros comportam-se entre si de modo caracteristicamente diverso da conduta que adotam para com membros de outras classes. Tem ligações mais próximas entre si; compreendem-se melhor, trabalham mais facilmente em união. Fecham suas fileiras e levantam barreiras contra o estranho, olham para o mesmo segmento do mundo com os mesmos olhos, do mesmo ponto de vista e na mesma direção." (Schumpeter 1961a, p.132) Completa seu argumento afirmando que " o intercâmbio social dentro das barreiras de classe é promovido pela similaridade de maneiras e hábitos de vida, de coisas que são tomadas num sentido positivo ou negativo, que despertam interesse. Já no intercâmbio além das fronteiras de classe, as dissensões em todos esses pontos afastam e inibem a aproximação. Há sempre certos assuntos delicados que devem ser evitados, coisas que parecem estranhas e até absurdas às outras classes. Os participantes do intercâmbio social entre classes diferentes comportam-se sempre o melhor que podem, tornando sua conduta forçada e sem naturalidade" (Schumpeter 1961a, p.133). Assim, fica clara a utilização por Schumpeter do casamento como definidor da situação de classe e a família saindo daí como a unidade de análise. Investi um bom tempo e quantidade de citações nesse detalhe pelo fato de que o papel desempenhado pela família como motivadora do empresário inovador na TDE ou o papel que a

²⁴ vide Schumpeter, Joseph. As classes sociais num meio etnicamente homogêneo, p. 133 nota 35.

dissolução desta instituição, como ela é compreendida por Schumpeter, tem em CSD, são vitais²⁵.

Feita a definição de classe social, são indicados quatro problemas como fundamentais na teoria da classe social: 1) sua natureza e função, 2) o modo pela qual as classes se mantêm coesas, 3) o modo como se formam classes sociais (que Schumpeter diferencia do estudo das condições históricas da formação de uma determinada classe), e, 4) as causas e condições concretas de existência de uma determinada estrutura de classe. O ensaio se dedica ao estudo do terceiro tipo de problema.

Algumas qualificações são feitas por Schumpeter. Primeiro, seu estudo será de caráter teórico, e não histórico. Segundo, a participação em uma classe é fato primário, independente da vontade do indivíduo. Porém, isto não exclui a possibilidade de pessoas alheias a uma classe trabalharem em seu benefício, nem que membros isolados de uma classe ajam contra ela ou que indivíduos - devido a sua posição funcional - entrem em conflito com sua classe. Terceiro, seu estudo não dará enfoque à luta de classes. Quarto, no problema da formação ou da estrutura de classes, a herança do passado tem um peso muito grande, como em todos os estudos históricos, pois as estruturas presentes são muito mais formadas por elementos que sobrevivem do passado do que pelo próprio estado social ou estrutura social atuais. Quinto, no estudo das classes é impossível encontrar um ponto de partida, no sentido de uma sociedade sem classes, devendo-se levar em conta sempre a situação de classe anterior e, quando se quiser tratar da origem das classes enquanto classes, a origem terá que surgir do funcionamento da classe e de suas modificações.

O ensaio se concentra, para estudar como se formam classes sociais, em três mecanismos: 1) a movimentação de famílias dentro de uma classe, 2) a movimentação de famílias entre classes, e, 3) a ascensão e queda de

²⁵ Para se compreender melhor o ponto a que estou me referindo, ver a crítica feita em passant por Merquior à visão "hanseática" de capitalismo que Schumpeter possuía. (Merquior, José Guilherme. A natureza do processo, pg. 179-185).

classes inteiras. Para todo o estudo, o autor procura oferecer e partir de exemplos históricos que ilustrem seus argumentos.

Para a movimentação dentro de uma classe, Schumpeter recolhe exemplos de dois períodos históricos que acredita serem generalizáveis. Do primeiro período, que aproximadamente abrange os séculos XIII a XV na Alemanha, extrai os seguintes modos que causam mudança de posição dentro da classe:

1. O elemento sorte. Porém, a sorte costuma não ter grande influência no resultado geral, pois em longos períodos seu efeito é anulado. Apesar de poder ser explorada ou não diferentemente por famílias diferentes.
2. A administração de determinada posição que pode ser usada de modo sagaz ou obstinado para ir melhorando a situação da família (como, por exemplo, em uma política bem orientada de casamentos).
3. Um elemento inercial, pois uma família que está em ascensão tem mais facilidade de continuar subindo, ou, ao contrário, uma família em queda tem dificuldades maiores em reverter este movimento.
4. A maneira pela qual a família se coloca a serviço de seus superiores.
5. Triunfos militares (estes, evidentemente, estão ligados à situação histórica citada acima).

No segundo momento o autor trata da movimentação de famílias burguesas européias durante o século XIX no período do pós Guerra Napoleônicas. São apresentados os seguintes meios de ascensão ou queda:

1. Inércia.
2. A disposição de poupar e o sacrifício de consumo em que implica.
3. Diferenças em eficiência técnica, comercial, administrativa, etc., geradas por diferenças na persistência, na concentração em busca de lucros, na capacidade de trabalho, na disciplina, na renúncia a outros aspectos da vida

4. Capacidade de realizar inovações empresariais.

Primeiramente, é importante destacar que tanto no primeiro período como no segundo Schumpeter utiliza a família como unidade básica no estudo dos movimentos de classe, mas não personifica a ação delas. Todas as características acima tratadas devem estar nos indivíduos ou indivíduo que chefiam as famílias. Em segundo lugar, cabe destacar também que, para o autor, as condições existentes para a ascensão de famílias burguesas mudam muito com o surgimento dos cartéis e trustes, pois eles não permitem, normalmente, a administração da empresa capitalista por famílias. Em casos excepcionais, cartéis e trustes podem permitir um destaque individual muito grande, mas dificilmente uma ascensão familiar. Esta mudança ocorre, entre outras coisas, motivada pelo fato de que na nova situação fatores como a capacidade de cortejar apoio pessoal (entre os acionistas de uma empresa por exemplo) ou qualidades técnicas isoladas das características apresentadas no item três podem significar importantes fatores de ascensão dentro de uma grande empresa do tipo S.A., mas não teriam grande destaque em uma empresa familiar e até poderiam ser prejudiciais, como a grande especialização técnica.

Para a movimentação familiar através das classes, Schumpeter atribui os mesmos meios como eficientes. A diferença estaria no fato de que tanto a ascensão quanto a queda entre classes exige acertos ou erros mais acentuados, repetidos ou duradouros. Novamente, é enfatizado que para um indivíduo é praticamente impossível mudar de classe, sendo as famílias os elementos que sobem ou descem. Por outro lado, as mudanças nos membros que constituem uma classe dão-se unitariamente, família a família, não ocorrendo deslocamentos de blocos de famílias. De qualquer modo, de maneira análoga ao argumento apresentado em *A teoria do desenvolvimento econômico*, as mudanças nas condições de uma família ocorrem muito mais devido a um certo tipo de inovação social do que a um acúmulo gradual de "prestígio". Assim, é necessário ser uma "família empresária inovadora" para

conseguir ascensão, sendo muito difícil uma família "enriquecer" em prestígio social através da "poupança".

Schumpeter aparenta ter uma visão bastante aberta do processo. Afirma que "quanto à duração de sua vida coletiva, ou tempo durante o qual sua identidade pode ser presumida, cada classe se assemelha a um hotel ou um ônibus, sempre cheio, mas sempre com pessoas diferentes".²⁶ É curioso notar que afirmação idêntica foi feita em *A teoria do desenvolvimento econômico* a respeito do grau de abertura da "classe do ricos" para os candidatos a empresários inovadores. Assim, "o empresário bem-sucedido ascende socialmente e, com ele, a sua família, que adquire, a partir dos frutos de seu sucesso, uma posição que não depende imediatamente de sua conduta pessoal. Esse representa o fator mais importante de ascensão nas escala social, no mundo capitalista. Como isso ocorre com a destruição pela concorrência de negócios antigos e, portanto, das vidas deles dependentes, sempre corresponde a um processo de declínio, perda de prestígio, de eliminação. Esse destino também ameaça o empresário cujos poderes estejam em declínio, ou os seus herdeiros, que receberam sua riqueza sem sua habilidade. Isso não acontece apenas porque todos os lucros individuais se esgotam, não tolerando o mecanismo concorrencial nenhum valor excedente permanente, mas, antes, aniquilando-o exatamente por meio desse estímulo da luta pelo lucro que é a força propulsora do mecanismo (...) na verdade os estratos superiores da sociedade são como hotéis que de fato estão sempre cheios de pessoas, mas pessoas que estão continuamente mudando. Trata-se de pessoas que são recrutadas de baixo, numa extensão muito maior do que muitos de nós estamos dispostos a admitir. Com o que se descobre ainda uma multidão de problemas e somente a solução destes nos mostrará a verdadeira natureza do sistema competitivo capitalista e da estrutura de sua sociedade".²⁷

²⁶ Schumpeter, Joseph. As classes sociais num meio etnicamente homogêneo, pp. 152.

²⁷ Schumpeter, Joseph. A teoria do desenvolvimento econômico, pp. 104-05.

Adiante é feito o estudo da ascensão ou queda de classes inteiras. As classes inferiores dificilmente teriam sua posição, enquanto classe, modificada para baixo de modo absoluto. Evidentemente Schumpeter admite a possibilidade delas perderem posição relativamente a outras classes em uma dada estrutura. Já as classes superiores parecem estar sujeitas a perder a base de seu poder, especialmente quando elas se encontram no topo da escala.

A primeira razão para a queda de uma classe que se encontra no topo da escala de prestígio social seria a sujeição externa, de toda a sociedade e, por conseqüência, dela também. Entretanto, as razões internas que levam uma classe a decair estão ligadas à capacidade de fazer frente às suas "obrigações de classe" existentes em sua época. Toda classe teria uma função definida que é cumprida pela classe e pela conduta de seus membros. A posição da classe na estrutura nacional depende da significação atribuída à sua função e do grau de êxito dela em realizar a função. As mudanças de posição relativa acontecem devido à mudança em um dos dois fatores: ou no grau de êxito em se cumprir a função, ou na significação atribuída à função. As classes surgem e desaparecem do mesmo modo pelo qual ganham e perdem posição relativa na sociedade. Evidentemente, a capacidade de uma classe de perder ou ganhar posições na sociedade não justifica personificações. O autor deixa claro que o funcionamento dos fatores descritos acima se dá através da ação dos indivíduos que chefiam as famílias, que por sua vez podem ser líder de sua classe.

Em sua conclusão, Schumpeter discute alguns pontos que julga importantes e que surgem do que já foi apresentado. Primeiro, trata do problema das aptidões. Este problema é tratado de modo a deixar claro que as aptidões não são meramente físicas, pois podem ser fruto de determinada forma de comportamento social; e não são estritamente individuais, no sentido de psicologizar todo o problema. Schumpeter procura o equilíbrio

entre a explicação individual e a que utiliza categorias sociais,²⁸ mas acredita ser mais importante evitar a tautologia que se cria entre "aptidão" e "sucesso", em que somente o segundo item, quando surgisse, fosse expressão da existência do primeiro. Ele acredita ser possível reconhecer a aptidão mesmo quando ela não se manifesta, historicamente, de modo bem sucedido.

Em segundo lugar, Schumpeter trata do problema da liderança. Defende-se de estar realizando qualquer exaltação "dos grande homens" e lembra que ao discutir a liderança não tratou da desejabilidade dela pelo grupo. Afirma ainda que "limitamo-nos a dizer que a liderança social significa decisão, comando, predominância, avanço. Como tal, é uma função especial, sempre perceptível claramente nas ações do indivíduo e dentro do todo social. Surge apenas com relação a novos indivíduos e situações sociais e nunca existiria se a vida individual e nacional seguisse um curso estável, sempre pela mesma rotina. (...) Habitualmente, os indivíduos diferem em sua capacidade de exercê-la, tanto quanto diferem na habilidade de cantar, embora se deva acrescentar que tanto a obtenção como a prática da liderança sejam auxiliadas por uma tradição de liderança. E como é o caso com outras aptidões, a liderança não se marca necessariamente nuns poucos indivíduos, sendo inexistente em outros. A maioria das pessoas a possui numa dose modesta, suficiente para as tarefas simples da vida diária, enquanto uma minoria a tem em dose mais forte, outra em dose ainda menor. (...) É pelo fato de ser tal aptidão distribuída continuamente por toda uma nação, sem falhas ou descontinuidades, que as barreiras de classe estão caracteristicamente num estado de fluidez".²⁹ Destarte, existe uma grande proximidade do líder familiar ou de classe e do líder empresarial, em qualquer nível. Cabe destaque também ao fato da liderança empresarial só

²⁸ Sobre este tema o autor faz o seguinte comentário: "não podemos ajudar aos que não podem ver que o indivíduo é um fato social, o fato psicológico e objetivo, que não podem deixar de brincar com os contrastes vazios do individual contra o social, do subjetivo contra o objetivo". Schumpeter, Joseph. *As classes sociais num meio etnicamente homogêneo*, p.188 .

²⁹ Schumpeter, Joseph. *As classes sociais num meio etnicamente homogêneo*, pp. 192-3.

existir em função da quebra das condições do fluxo circular, em *A teoria do desenvolvimento econômico*, enquanto aqui, de modo análogo, poderíamos dizer que ela existe em virtude das possibilidades de quebra do "fluxo circular" da política e do *status* social, seja nas disputas intra-classe, seja nas disputas entre classes.

Em terceiro lugar, o autor volta-se para algumas reflexões sobre os mecanismos que possibilitam a ascensão/queda entre classes, ou de uma classe inteira. Lembra que a ascensão do indivíduo tende a se repetir porque o indivíduo tende a conseguir repetir a mesma tarefa várias vezes, trazendo vida própria ao fenômeno. Lembra ainda que a ascensão abre portas a importantes posições funcionais e poderes sobre recursos materiais, os quais também fortalecem as possibilidades de ascensão ou manutenção das posições adquiridas. Contudo, Schumpeter não esquece que existem fatores que não estão ligados à aptidão, mas têm influência sobre a trajetória das famílias e classes, são eles: o curso externo da história como momentos de quietude ou de perda de controle que escapam totalmente aos meios e poderes de uma classe, a base econômica de uma classe e o acaso de encontrar-se uma nova função adequada para a classe no momento em que a antiga entra em declínio.

O passo seguinte da exposição é destacar como Schumpeter procura discutir o papel da liderança na política mais diretamente. Esta análise é realizada pelo autor em *Capitalismo, socialismo e democracia*.

Para garantir o papel da liderança dentro de sociedades democrática pautadas pelo exercício de poder das majorias, o autor começa argumentando contra o que ele nomeia de "doutrina clássica da democracia".³⁰ Ele a caracteriza do seguinte modo: "o método democrático é

³⁰ Gostaria de deixar claro que Schumpeter, provavelmente para ganhar graus de liberdade argumentativa de forma um tanto quanto duvidosa, jamais deixa claro qual seria a doutrina clássica de democracia. Na maior parte do tempo ele parece estar combatendo a Rousseau, às vezes a maior parte do pensamento contratualista, mas ele sempre vai manuseando seu "florete argumentativo" e aplicando "golpes certos" em um adversário que não possui contornos nítidos o bastante para permitir que alguém entre nesse combate procurando defender a doutrina clássica sem correr o risco de acabar lutando contra a própria sombra ao invés de enfrentar a Schumpeter.

o arranjo institucional para se chegar a decisões políticas que realiza o bem comum fazendo o próprio povo decidir as questões através da eleição de indivíduos que devem reunir-se para realizar a vontade desse povo".³¹

Desse modo, o bem comum existe e pode ser definido de maneira simples pelos participantes de um grupamento político através da argumentação racional, sendo a meta da ação política. O bem comum não seria reconhecido apenas quando a ignorância, a estupidez ou algum interesse anti-social estivessem envolvidos. A existência do bem comum implicaria em respostas definidas para todas as questões políticas e todas as decisões poderiam ser classificadas como "boas" ou "ruins", sendo somente possível discordar quanto à velocidade de andamento de execução dos objetivos, e, essa seria a única fonte de oposição política entre grupos justificável. "Assim, todos os membros da comunidade, conscientes de tal objetivo, conhecendo seu próprio pensamento, discernindo o que é bom do que é ruim, tomam parte, ativa e responsavelmente, na ampliação do primeiro [o bem comum] e na luta contra o segundo [estupidez, ignorância e interesses anti-sociais], e todos os membros assumem juntos o controle dos negócios públicos".³² Mesmo as questões técnicas e as divisões administrativas do poder não contrariam o princípio do bem comum guiando a condução da política através da participação dos indivíduos.

Três críticas são feitas ao conceito de bem comum por Schumpeter:

1. Não existe um bem comum unicamente determinado ao qual todas as pessoas são levadas a concordar pela argumentação racional.
2. Mesmo que o bem comum fosse suficientemente definido e aceitável para todos, isso não implicaria em respostas igualmente definidas para as questões isoladas.

³¹ Schumpeter, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia, p.313.

³² Schumpeter, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia, p.313.

3. Aceitando-se a primeira e a segunda crítica, não é mais sustentável trabalhar com a vontade do povo, pois sua existência também se torna impossível.

Para elucidar o primeiro ponto, Schumpeter argumenta que existem questões de princípios irreconciliáveis através da argumentação racional, pois nossas concepções sobre o que deve ser a vida e a sociedade estão além de soluções lógicas. Essas questões muitas vezes não são passíveis de superação pelo compromisso político. Todos esses problemas surgiriam devido à estreiteza de concepção sobre o mundo das valorações humanas adotada pelos utilitaristas.

O segundo ponto abrange todos os problemas que são estudados pela teoria dos jogos e escolha racional. Dilemas do prisioneiro, paradoxos de Arrow, problemas de comunicação e sinalização, só para citar os mais conhecidos, são aqueles que o autor tem em mente. Deve-se notar que Schumpeter atribui peso a este tipo de problema antes da maioria deles ter sido objeto de uma apresentação formal.

Em relação ao terceiro ponto, destaca-se o fato de que a teoria utilitarista sempre trabalhou com a construção da vontade do povo surgindo da soma de vontades individuais, não aceitando personificações ou utilizando entidades supraindividuais da qual emanasse a vontade do povo. Porém, sem um centro em torno do qual as vontades individuais se encontrem no longo prazo, a própria vontade do povo teria sua existência comprometida. Além disso, se não é possível chegar a uma conciliação racional das divergências entre os indivíduos a vontade do povo perde a justificativa de ser o indicador da melhor vida em sociedade possível, no sentido ético e moral. Sendo assim a teoria utilitarista estaria apoiada em concepções sobre a "natureza" humana que não se confirmam. Deste modo,

"ambos os pilares da doutrina clássica inevitavelmente se transformaram em pó".³³

O próximo passo do autor é tratar do que ele nomeia de "a natureza humana na política", onde procura aprofundar sua discussão a respeito da capacidade dos indivíduos de agir racionalmente na política. Sua argumentação se inicia pela afirmação de que, a partir de meados do século XIX, as idéias a respeito da personalidade humana apresentando unidade, homogeneidade e vontade definida vão sendo abandonadas pela ciência. Nesse processo, surgem os estudos que podem ser agrupados sob o rótulo de psicologia das massas, dos quais Schumpeter destaca os seguintes aspectos: a tendência à redução do senso de responsabilidade individual, um nível mais baixo de energia na condução do pensamento e uma sensibilidade maior às influências não-lógicas afetando os indivíduos. Outro fator relevante para a compreensão da ação dos indivíduos quando agindo como massa é dada pelo fato de que, com o avanço dos meios de comunicação, os efeitos que levam as pessoas a agirem como multidão não necessitam mais da reunião delas em um local qualquer. Devido a todos os problemas apresentados pela doutrina clássica, Schumpeter passa a apresentar como realmente funciona a democracia em sua opinião.

Schumpeter inicia a apresentação de sua teoria da democracia com a seguinte definição:

"assumimos agora a visão de que o papel do povo é produzir um governo, ou melhor, um corpo intermediário que, por sua vez, produzirá um governo ou um executivo nacionais. E definimos: o método democrático é aquele acordo institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decisão através de uma luta competitiva pelos votos da população".³⁴

³³ Schumpeter, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia, p.316.

³⁴ Schumpeter, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia, p.336.

O autor aponta sete aspectos relativos à sua definição de democracia que a tornariam vantajosa em comparação com a "doutrina clássica". São eles:

1. Clareza para se distinguir um governo democrático de um não democrático, enquanto a Vontade Geral e o Bem Comum da doutrina clássica não são exclusivamente atribuíveis a democracias.
2. A definição permite reconhecer o "fato vital" da liderança, enquanto a doutrina clássica excluía essa possibilidade pelo auto grau de iniciativa política apresentado pelo eleitorado. A possibilidade de se fabricar uma vontade geral também não é mais exceção à teoria, mas sim encorporada por ela.
3. Desejos de grupos também são tratados dada as possibilidades de interação liderança/grupos.
4. A teoria depende da definição de competição pela liderança. Ela pode ser tratada como se fosse livre competição pelo voto livre, mas como no conceito de competição perfeita da teoria econômica está-se sujeito a todas as ressalvas feitas na parte II do livro.
5. A teoria estabelece relação entre democracia e liberdade individual (principalmente liberdade de imprensa/pensamento).
6. O povo adquire a função de produzir um governo e também de desempossá-lo via derrota eleitoral na reeleição.
7. A teoria "salva" o princípio da maioria, pois abandona a tentativa de conciliá-lo com a vontade de todos ou a vontade geral e passa a significar que o detentor do governo tem mais apoio dentro da sociedade do que qualquer outro grupo.³⁵

O próximo passo é aplicar a teoria para explicar a prática governamental existente. Para realizar isto Schumpeter toma o

³⁵ Schumpeter realiza aqui um pequeno ataque a regras de voto proporcional para apurar governos, ou seja, ele claramente se mostra adepto do sistema distrital em que o vencedor leva tudo. Além disso, garante que assim o princípio da maioria somente poderá ser atacado por bases que se situam fora da lógica do processo democrático, algo que a doutrina clássica não conseguia evitar.

parlamentarismo da Inglaterra como exemplo que "encaixa-se" em sua teoria. Inicia igualando o parlamento ao órgão de Estado que produz o governo e o primeiro ministro e seu gabinete à liderança que seria indicada pela população se elege-se a todos ou se o parlamento os elege-se.

Quanto à liderança, para que ela funcione de maneira adequada, é necessário que se desenvolva em três níveis: líder de um partido no parlamento, líder do parlamento e líder nacional. A liderança que cumprir este percurso guiará a nação.

Já quanto ao gabinete, é observado que ele é um amálgama de homens do partido vencedor das eleições, que estão lá apenas por estarem no partido, e políticos talentosos, líderes em potencial, que se colocam sob a liderança do primeiro ministro e a aceitam enquanto o primeiro ministro representar a principal liderança no partido/parlamento/nação. Este conjunto de homens passa a chefiar a burocracia do Estado e a produzir políticas que procuram antecipar a vontade popular.

O parlamento é a arena da batalha pela liderança política. É dentro dele que os governos são derrubados e construídos; é por ele que se legisla e se administra a burocracia. Mas tudo isso se dá através da disputa tática e estratégica pela liderança. "Fundamentalmente, portanto, a produção corrente de decisões parlamentares sobre questões nacionais é o próprio método pelo qual o parlamento mantém ou recusa manter no poder um dado governo, ou pelo qual o parlamento aceita ou recusa aceitar a liderança do primeiro ministro (...) todo voto é um voto de confiança ou desconfiança e os votos que são tecnicamente assim chamados apenas apresentam *in abstracto* o elemento essencial que é comum a todos".³⁶ Deste modo, o ato de governar nasce da disputa pela liderança ao invés de se buscar a liderança para poder governar.

São indicados dois casos em que ocorre exceção ao princípio da disputa pela liderança do parlamento gerando todas as medidas

³⁶ Schumpeter, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia, pp. 348-9.

governamentais: a) dado que nenhuma liderança é absoluta, pois todos os membros do parlamento estão entre a fidelidade absoluta e a oposição total, podem surgir desse jogo situações nas quais grupos introduzem e manejam assuntos de interesse próprio que escapam à luta dos partidos/líderes estrito senso; b) a máquina política pode deixar de absorver certos temas, seja pela falta de apreciação de seu valor político por parte do governo e da oposição, seja pelo duvidoso valor político que o tema possa ter. Com isso podem surgir situações em que pessoas de fora do parlamento/partidos assumam estes temas como propósito a ser alcançado por si, ou para construir um caminho alternativo para o poder ou, mais raramente, por acreditar na importância daquele tema e estar disposto a fazer tudo o que for possível para resolvê-lo da maneira que julga mais correta.

Por último, Schumpeter enfatiza que o eleitorado mais reage do que elabora demandas políticas, assim, a iniciativa está com os candidatos. Dado isso, define partido político como "um grupo cujos membros se propõem agir combinadamente na luta competitiva pelo poder" não sendo "como a doutrina clássica (ou Edmund Burke) nos deseja fazer crer, um grupo de homens que pretendem realizar o bem comum 'em função de algum princípio sobre o qual todos concordem'".³⁷

Schumpeter inicia a apreciação dos resultados de sua teoria lembrando que ela lhe permite afirmar que entre socialismo e democracia não há qualquer relação necessária, do mesmo modo que não é impossível coexistirem. Assim, em condições apropriadas, uma economia socialista pode ser controlada pelo método democrático. Deste modo, acredita escapar ao dilema existente entre aqueles que defendem somente ser possível existir uma democracia verdadeira em uma sociedade socialista e aqueles que defendem ser o planejamento central algo incompatível com a democracia.

Contudo, Schumpeter está ciente de que sua resposta depende de suas definições de socialismo e democracia podendo significar algo diferente

³⁷ Schumpeter, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia, pp. 353.

do que defensores e opositores do socialismo têm em mente. Afirma também que, mais do que a questão da compatibilidade entre socialismo e democracia, deve tratar de outra questão: a do funcionamento melhor ou pior da democracia num regime socialista. Para poder responder a esta nova questão, acredita ser necessário apresentar as condições para que o método democrático seja efetivo.

Para que as implicações de seu método se tornem mais claras diante dos possíveis questionamentos de suas definições por opositores ou seguidores do socialismo, o autor concentra-se em três problemas.

Primeiro, dado que "democracia significa apenas que o povo tem a oportunidade de aceitar ou recusar as pessoas designadas para governá-lo" através "da livre competição entre líderes potenciais pelo voto do eleitorado", ou seja, " a democracia é o controle sobre o político".³⁸ Isto acaba por implicar em políticos profissionais e interesses individuais movendo aos políticos em conjunto com interesses de grupos movendo aos grupos, ao invés de termos interesses de classes³⁹ - ou outra divisão social qualquer - dando sentido a organização dos interesses.

Segundo, os problemas na eficiência administrativa da democracia ocorrem devido à energia despendida pelos líderes na manutenção do próprio poder ou porque a luta pelo poder leva a uma primazia do curto prazo na ação política. Schumpeter afirma que a luta pelo poder em regimes não democráticos também desperdiça muita energia de seus participantes, com a diferença que essa luta e o desperdício gerado por ela acabam sendo menos visíveis para o resto da sociedade. Por outro lado, deve-se aceitar alguma perda de eficiência administrativa em troca da democracia, pois os

³⁸ Schumpeter, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia, pp. 353.

³⁹ Quando Schumpeter diferencia interesses de grupo dos interesses de classe está retomando a diferenciação já feita em *As classes sociais num meio etnicamente homogêneo*, apresentada acima, onde grupo pode ser entendido como as classes reais existentes na sociedade que são caracterizadas por ter indivíduos que preferencialmente contraem matrimônio entre si e classe pode ser entendido como uma categoria de análise construída por um cientista social qualquer que apresenta unidade a partir de uma característica que é encontrada em todos os participantes do grupo mas, na vida "real", não leva a que estes participantes se reconheçam como fazendo parte da mesma classe/grupo, como por exemplo, os trabalhadores ou os proprietários rurais.

governos altamente eficientes, em que não ocorre desperdício de energia dos líderes para a manutenção de sua liderança, são governos não-democráticos, como no caso da União Soviética. A questão é colocada pelo autor como uma escolha ocorrendo entre duas fronteiras - ou o máximo de eficiência administrativa, ou o máximo de democracia - sob a restrição de que para se obter mais de um elemento deve-se proporcionalmente abrir mão do outro. Sendo assim, Schumpeter sugere ainda que, na democracia, alguns arranjos institucionais podem diminuir o desperdício de energia do líder, como no caso do presidencialismo, dado que o presidente, mesmo ocupando posição equivalente ao primeiro ministro, encontra-se fora do parlamento.

Terceiro, o tipo de político escolhido pelo método democrático, por ser um político profissional, muitas vezes é um mau administrador/estadista; pois, as qualidades que lhe possibilitam a vitória eleitoral não são as mesmas que um bom administrador/estadista deve ter. O autor procura atenuar este ponto lembrando que outros sistemas de seleção também falham nesse sentido e, muitas vezes, acabam por selecionar pessoas que talvez não possuam as qualidades ideais para o cargo. Por outro lado, a capacidade política de "conduzir homens" para vencer uma eleição envolveria um conjunto de aptidões que oferecem várias qualidades ao vencedor, entre elas muitas das qualidades necessárias ao administrador público serão encontradas, fazendo com que o método pareça satisfatório no intento de impedir a ascensão de despreparados aos cargos eletivos.

Quanto as condições de êxito do método democrático, inicia enfatizando que:

"exatamente como não há qualquer argumentação favorável ou contrária ao socialismo para todos os tempos e lugares, não há qualquer argumento absolutamente geral que seja favorável ou contrário ao método democrático. E, exatamente como no socialismo, isso impede de argumentar através de uma cláusula *ceteris paribus*, pois as 'outras coisas' não podem ser iguais no caso de situações em que a democracia é um arranjo operacional - ou o

único arranjo operacional - e no caso de situações em que não o é. A democracia viceja em padrões sociais que apresentam certas características, e pode-se muito bem duvidar de que haja algum sentido em se perguntar o que lhe aconteceria em outros padrões que não possuíssem tais características - ou o que as pessoas fariam nesses outros padrões".⁴⁰

Assim, em meio a esta defesa do relativismo e da impossibilidade de se trabalhar no puro campo do abstrato, acreditando que seja impossível fazer análises de "coisas" como a democracia sem se referenciar a situações determinadas e caminhando até para uma visão pessimista quanto às possibilidades de existência da democracia sem um desenvolvimento sócioeconômico equivalente ao dos países desenvolvidos de seu tempo, Schumpeter indica quatro condições para o êxito do método democrático.

A primeira se refere ao "material humano" das lideranças, que deve ser de boa qualidade. Para isto, é necessário que a classe política esteja aberta a captar elementos de toda a nação. A atividade política deve ser capaz de exercer atração em todos os que possuem talento para ela, ao invés de ser a escolha daqueles que não possuem talento para mais nada. É curioso notar que o autor oferece como exemplo da primeira alternativa o funcionamento da classe política inglesa, enquanto para o segundo caso ele oferece a situação ocorrida durante a República de Weimar.

A segunda condição se refere ao tipo de questão que deve ser tratada pelo método democrático. A democracia deve ter limites, quanto aos assuntos que são discutidos e quanto ao alcance do que deve ser tratado pelo método democrático. O autor acredita que a democracia não pode funcionar de modo praticamente ilimitado, como no caso da doutrina clássica, pois a concepção de indivíduo e de racionalidade presentes na doutrina clássica são irrealistas e, ao se tentar alcançar a abrangência por ela prescrita, cairia-se na inação ou no olvido das determinações proferidas

⁴⁰ Schumpeter, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia, pp. 361.

pelo processo democrático. Assim, o parlamento deve praticar a auto-limitação ao mesmo tempo que deve, muitas vezes, cumprir apenas função supervisora. Deste modo, o Estado deve manter esferas de atuação que não sejam matéria de disputa pela liderança política. Neste sentido, podemos afirmar que Schumpeter acredita existirem assuntos que devem ser tratados pelo método democrático e assuntos que devem ser tratados de forma "técnica". O exemplo que fornece é ilustrativo. Ao afirmar que a discussão sobre a adoção de um código criminal deve ser feita do seguinte modo: primeiramente, deve-se decidir pelo método democrático a conveniência do país ter ou não um código criminal, isto feito, o governo pode decidir se certas questões práticas serão consideradas criminosas, como por exemplo práticas de trabalho ou de associação de trabalhadores, já todo o resto deve ser conduzido por especialistas, no caso juristas.

A terceira condição se refere à burocracia. Para que o método democrático funcione, é necessária a existência de uma burocracia eficiente, ou seja, bem treinada, que desfrute de boa posição social, com tradição, dotada de senso de dever e de certo espírito de corpo. A burocracia deve funcionar como uma resposta à crítica ao método democrático que afirma ser ele responsável por gerar governo de amadores, sendo também resposta à necessidade de limitar a abrangência do que é discutido politicamente, permitindo que o parlamento se concentre em questões relevantes que sejam ao mesmo tempo possíveis de serem respondidas politicamente. Assim, a burocracia não deve ser forte apenas na administração corrente e no aconselhamento, deve ser capaz de guiar e até instruir o político que chefia seu ministério. Isto é conseguido através da criação e cumprimento de princípios independentes de posições partidárias na conduta da administração. Como última observação quanto à qualidade da burocracia, Schumpeter afirma que ela, do mesmo modo que a classe política, deve ser recrutada de maneira a atrair pessoas qualificadas.

O autocontrole democrático é indicado como a quarta condição de êxito do método democrático. Para que o autocontrole funcione é necessário

ir-se além do respeito à constituição ou leis em geral, ele exige que eleitores e parlamento possuam nível intelectual e moral para serem capazes de escapar à demagogia de alguns sem que todos sejam obrigados a agirem de modo demagógico. Os direitos dos outros e a situação nacional devem ser sempre levadas em conta, o que faz a subordinação voluntária ao processo democrático ter papel importante no funcionamento do processo. O autocontrole envolve, deste modo, a existência e manutenção de uma oposição educada e limitada a certos princípios, que o autor denomina tradicionalismo, e que se materializa, por exemplo, nas regras de etiqueta e procedimento parlamentar. Novamente afirma que os parlamentares eleitos devem ter autonomia em seus mandatos, não devendo ficar presos à representação de seus eleitores. Por último, a tolerância para com as diferenças de opinião é tida como primordial.

Como conclusão dessa discussão, Schumpeter responde a três questões. A primeira diz respeito à relação entre democracia e ordem capitalista. Sua resposta não poderia ser mais clara. Afirma que a democracia "tal como refletida pela doutrina clássica, apóia-se num esquema racionalista da ação humana e dos valores da vida"⁴¹ e que dada sua argumentação sobre as instituições burguesas e a destruição das mesmas deveria ficar claro a origem burguesa da democracia. Acredita que a história confirma essa afirmação, pois "a democracia moderna cresceu com o capitalismo e em conexão causal com ele".⁴² A democracia, no sentido oferecido pela teoria da liderança competitiva, foi quem presidiu as transformações políticas e institucionais que a burguesia levou a cabo no processo social e, segundo o ponto de vista burguês, seriam mais racionais. Apesar do método democrático funcionar bem em algumas sociedades "extra ou pré-capitalistas" a democracia seria produto do processo capitalista.

A segunda pergunta que o autor procura responder é se a democracia desaparecerá junto com o capitalismo. No plano puramente ideológico, pode-

⁴¹ Schumpeter, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia, pp. 369.

⁴² Schumpeter, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia, pp. 369.

se afirmar que "a ideologia do socialismo clássico é fruto da ideologia burguesa"⁴³ compartilhando muito do racionalismo e utilitarismo burguês. Mesmo as incongruências que existiriam entre a defesa da doutrina clássica da democracia e de alguns princípios socialistas pelas mesmas pessoas, como no caso da propriedade privada, são facilmente superáveis e o credo democrático pode ser mantido apesar da existência, na realidade, de formas inteiramente não-democráticas de socialismo.

Porém, segundo o ponto de vista da manutenção do processo democrático como definido em sua teoria da liderança competitiva, Schumpeter afirma que a esfera política não pode avançar sobre a administração dos negócios econômicos, ou seja, o processo econômico não pode ser democrático, no sentido de democracia econômica, para que o socialismo funcione⁴⁴. Outro ponto relevante para a manutenção do processo democrático dentro de um sistema socialista é o fato de que eleições gerais, partidos políticos, parlamento, gabinetes e líderes possam ainda ser instrumentos muito convenientes para tratar da agenda política que exista dentro do socialismo. Muito provavelmente o que será decidido mudará devido ao fim do choque entre interesses privados e a necessidade de regulamentá-los, mas novos assuntos surgirão - tais como volume de investimentos e distribuição do produto social - que permitam certa atuação política, mesmo que grande parte dela fique centrada no nível da supervisão mais do que da decisão de direta sob metas processos, etc.

É observado também que uma sociedade como a utilizada nessa discussão cai no caso de socialismo em sociedade madura. Isto envolve uma ordem socialista alcançada pela via democrática e a existência de uma burocracia a altura do problema. Neste tipo de sociedade o estabelecimento de uma ordem socialista não causa atritos, pois não existem mais interesses burgueses que se oponham. Pelo contrário, a sociedade eliminaria focos de

⁴³ Schumpeter, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia, pp. 371.

⁴⁴ Ver também a discussão feita pelo próprio Schumpeter com base em sua experiência na comissão de socialização alemã ao final da primeira guerra que aparece em Capitalismo, socialismo e democracia, nota 9, p. 373 do capítulo XXIII.

atritos ao realizar a passagem, pois adequaria sua situação jurídica a seu funcionamento de fato e desejado por todos. Isto ocorre quando, ao invés de existir uma maioria crescente que compartilha os valores socialistas e que procura impô-los a uma minoria que compartilha valores burgueses e que procura defendê-los, passam a existir apenas atritos devido à permanência de instituições voltadas para a manutenção de uma sociedade com a qual ninguém mais compartilha valores. A passagem para a ordem socialista ocorreria, provavelmente, via método democrático e os conflitos que permanecessem na sociedade seriam de tal natureza e intensidade que poderiam ser geridos facilmente pelo processo democrático.

Encerrando as considerações sobre os problemas a serem solucionados pelo socialismo democrático, Schumpeter indica que para sobreviver, isto é, ser bem sucedido economicamente, o socialismo pode ter que significar uma maior repressão sobre o proletariado nas fábricas. Conclui o autor que "é bem verdade que esses homens, tão estritamente disciplinados, podem ser soberanos nas eleições. Mas, da mesma forma que podem usar essa soberania para reduzir a disciplina na fábrica, também os governos - precisamente aqueles que trazem no coração o futuro da nação - podem aproveitar-se dessa disciplina para restringir tal soberania. Como questão de necessidade prática, a democracia socialista pode acabar sendo um simulacro maior ainda do que a democracia capitalista.[...] de qualquer forma, essa democracia não significará maior liberdade pessoal. E, mais uma vez, não significará maior aproximação em relação aos ideais socializados pela doutrina clássica".⁴⁵ Seu pessimismo não poderia ser mais patente.

A terceira pergunta proposta pelo autor trata de quais seriam as aptidões da sociedade capitalista para fazer funcionar o método democrático. Dois fatores são indicados de modo afirmativo, ou seja, denotando elementos que o capitalismo teria em si que contribuem para o funcionamento da liderança competitiva. O primeiro é a existência de choques entre as esferas

⁴⁵ Schumpeter, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia, pp. 376.

pública e privada que acabam por limitar a ação da esfera pública. Esse limite garantiria a legalidade burguesa e promoveria uma estrutura sólida para o bom funcionamento da ação individual; tendo como subprodutos o antimilitarismo e o livre cambismo, reforçando o limite imposto à capacidade de influencia da esfera pública na sociedade. O segundo elemento afirmativo se caracterizaria pelo fato de que a autocontenção democrática, indicada acima como muito importante para o bom funcionamento da democracia, é mais fácil de ser seguida por uma classe que tem seus interesses mais bem defendidos quando o Estado não intervém do que por uma classe que vive do Estado e alarga seu poder quando o poder de intervenção do Estado é alargado.

Também dois elementos são indicados para a forma negativa, isto é, sua ação seria prejudicial ao funcionamento da democracia. Primeiro, a sociedade burguesa está perdendo os efeitos afirmativos para a democracia por se encontrar muito mais dividida quanto a questões estruturais do que se encontrava em seu apogeu. Segundo, a sociedade burguesa produziu líderes políticos que são bem sucedidos quando entram em outra classe social, como a elite política inglesa que vai aristocratizando os líderes burgueses, mas não produziu "um estrato político próprio e bem sucedido".⁴⁶ Desses elemento negativos, infere-se que a sobrevivência da democracia burguesa está cercada de dúvidas e ambos explicam a aparente facilidade com que ela se rendeu a ditadura em alguns casos.

Socialismo, administração burocrática e Marx nas reflexões de Schumpeter

Schumpeter inicia sua avaliação do socialismo em *Capitalismo, socialismo e democracia* discutindo qual será o futuro do capitalismo, e o início do texto se apresenta no melhor 'estilo Schumpeter': "sobreviverá o

⁴⁶ Schumpeter, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*, pp. 371.

capitalismo? Não. Acho que não".⁴⁷ Um pouco mais adiante resume a idéia que procura comprovar por toda a obra: "a tese que me esforçarei por estabelecer é a de que o desempenho real e esperado do sistema capitalista se faz de maneira a negar a idéia de seu colapso sob o peso do fracasso econômico; mas seu próprio êxito solapa as instituições sociais que o protegem e 'inevitavelmente' cria condições em que ele não é capaz de viver e que apontam com força para o socialismo como seu herdeiro virtual".⁴⁸ Tudo gira em torno dessa questão, não só a forma como apresenta o pensamento de Marx como também sua posterior discussão sobre Democracia.

Para comprovar sua afirmação, Schumpeter realiza uma avaliação da saúde do sistema capitalista e, como também será defendido por Hayek e Mises, não encontra qualquer problema econômico que leve o sistema capitalista a sucumbir e ser sucedido pelo socialismo. A defesa realizada por Schumpeter do sistema capitalista diverge consideravelmente da posição de Hayek e Mises. Enquanto estes percebem o capitalismo como o sistema de mercados concorrenciais livres que é atrapalhado pela intervenção governamental em seu funcionamento, Schumpeter acredita no capitalismo sobrevivendo através do uso de monopólios, cartéis e várias outras heresias contra o mercado livre. Deste modo, para Schumpeter as forças produtivas do capitalismo e seu dinamismo podem ser mantidos dentro de uma ordem socialista sem que ocorram perdas significativas.

Os motivos da queda do capitalismo estão concentrados em sua incapacidade de manter a "superestrutura sociopsicológica" capitalista. Anteriormente ao capitalismo, as sociedades apresentavam, em grande parte, natureza afetiva e coletiva que forma a mente dos indivíduos que vivem nelas. Mas o desenvolvimento histórico do ocidente foi marcado por um processo de racionalização que altera o comportamento individual e as instituições e este processo é reforçado e acelerado pelo funcionamento do capitalismo ao mesmo tempo em que o capitalismo é filho da racionalização do mundo. O

⁴⁷ Schumpeter, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia, pp. 87.

⁴⁸ Schumpeter, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia, pp. 87.

reforço da racionalização que o capitalismo realiza tem duas conseqüências principais: primeiro, faz com que o cálculo de custo-benefício, que nasceu da necessidade de controle da moderna empresa capitalista, extrapole este campo de ação e inicie “sua carreira de conquistador, subjugando - racionalizando - os instrumentos e as filosofias do homem, sua prática médica, sua descrição do cosmo, sua visão da vida, tudo, na verdade, inclusive seus conceitos de beleza e justiça e suas ambições espirituais”.⁴⁹ Segundo, o capitalismo produz também os homens e os meios para que ela se propague por possibilitar a ruptura com a estrutura social medieval, na qual os homens de talento não tinham meios ou espaço para ascenderem. A ascensão possibilitada por este novo caminho não deve ser exagerada, nem quanto a seu real peso social em seu início, nem quanto ao seu grau de abertura a todos, mas "o sucesso empresarial era suficientemente fascinante para todos, excetuando-se as camadas mais altas da sociedade feudal, de modo a atrair a maioria dos melhores cérebros e assim gerar maiores sucessos - gerando mais vapor para a máquina racionalista. Assim, nesse sentido, o capitalismo - e não apenas a atividade econômica em geral - foi, afinal de contas, a força propulsora da racionalização do comportamento humano".⁵⁰

Procurando ilustrar seus argumentos, Schumpeter vislumbra várias "linhas de pesquisa" possíveis. Lembra que podemos associar ao crescimento da ciência racional e desta forma de pensamento, não só geladeiras e aviões, como a organização moderna da medicina e higiene, ou a forma de desenvolvimento da pintura ou da literatura, a evolução do sistema educacional e a gênese do moderno traje de passeio. Feminismo, laicismo, aceitação pragmática do mundo como algo natural - apesar de não lógico -

⁴⁹ Schumpeter, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia, pp. 163.

⁵⁰ Schumpeter, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia, pp. 165.

são mais alguns ingredientes citados como fazendo parte do processo. A racionalização capitalista constrói a democracia como conhecemos.⁵¹

É interessante notar que o autor atribui um caráter "anti-heróico" à civilização capitalista, que torna-se pacifista e, mais adiante, torna os burgueses incapazes de lutar com firmeza necessária por sua própria posição.

Por final, para traçar os limites dentro dos quais vai procurar explicitar os mecanismos que levam à queda do capitalismo, Schumpeter lança mais um vaticínio: o de que todas as conquistas da "civilização capitalista" são irrelevantes para sua sobrevivência. Justifica sua previsão devido ao fato de que "a humanidade não tem liberdade de escolher. *Não é apenas porque a massa da população não tem condições de comparar racionalmente as alternativas e sempre aceita o que lhe é dito. Há uma razão muito mais profunda*⁵². As coisas econômicas e sociais movem-se por impulso próprio e as situações decorrentes compelem os indivíduos e grupos a se comportarem de determinadas maneiras, qualquer que seja seu desejo - não, na realidade, destruindo sua liberdade de escolha, mas conformando as mentalidades que escolhem e estreitando a lista de possibilidades entre as

⁵¹ Aqui talvez fosse o caso de procurar rastrear o quanto do que foi dito por Schumpeter pode ser atribuído a idéias próprias ou quanto poderia ser atribuído, para citar apenas o caso de uma herança muitas vezes insinuada, às idéias de Weber. A semelhança ou filiação parecem muito fortes. O conhecimento de Schumpeter sobre a obra de Weber, aparentemente, também era profundo. Em dezembro de 1920, pouco depois da morte de Weber, Schumpeter publicou um pequeno artigo onde trata do trabalho de Weber e, além da avaliação positiva do mesmo, percebe-se conhecimento de todas as obras considerados importantes hoje. Não pretendo neste trabalho traçar uma linha genealógica das idéias de Schumpeter, quer "políticas" quer "sociais", seja por não ser este o foco do trabalho, seja por falta de espaço, mas principalmente por falta de conhecimentos profundos a respeito de Weber, para poder realizar tal tarefa. Para os interessados no artigo, ver Schumpeter, Joseph. "Max Weber's work" in: Richard Swedberg (ed.) *The economics and sociology of capitalism*. Princeton, Princeton University Press, 1991.

1920.), conforme apresentado na bibliografia.

⁵² Grifo meu.

quais escolher. Se isso é a quintessência do marxismo, então todos nós temos de ser marxistas”.⁵³

O autor dá início, então, a descrever os "mecanismos sociais" que possibilitam se cumprir o que foi dito. Eles são agrupados em cinco tópicos nomeados: (i) obsolescência da função empresarial, (ii) destruição das camadas protetoras, (iii) destruição do quadro institucional da sociedade capitalista, (iv) a atmosfera social do capitalismo e (v) sociologia do intelectual. Vejamos cada mecanismo separadamente.

(i) Obsolescência da função empresarial.

Para Schumpeter, o capitalismo apresenta uma fronteira de metas, uma linha de saciedade, que está em contínua expansão que vai se tornando cada vez mais automática. Caso se atingisse a perfeição dos métodos de produção, a burguesia desapareceria junto com o empresariado e os lucros, sobrando espaço apenas para a administração burocrática do processo econômico, algo que mais adiante será definido pelo autor como um socialismo de tipo sóbrio. É a partir deste caso limite que Schumpeter acredita ser mais fácil perceber a função do empresário e o que ele significa para a sociedade burguesa e para sobrevivência do capitalismo.

A função do empresário "é reformar ou revolucionar o padrão de produção explorando uma invenção ou, mais geralmente, uma possibilidade ainda não tentada de produzir nova mercadoria, de produzir uma já existente de maneira nova, de abrir uma nova frente de oferta de materiais, uma nova colocação para produtos existentes, de reorganizar uma indústria e assim por diante”,⁵⁴ sendo sua atividade responsável pela destruição criativa. Até aqui nada de novo em relação ao que já foi apresentado.

Entretanto, a função do empresário está perdendo importância de forma crescente porque a própria inovação está sendo reduzida à rotina

⁵³ Schumpeter, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia, pp. 170-1.

⁵⁴ Schumpeter, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia, p. 173.

(burocratizando-se) e a aceitação da inovação é fácil em comparação com as antigas condições de resistência psíquica individual e coletiva que o empresário precisava enfrentar para conseguir ser bem sucedido. Atualmente, o empresário encontra consumidores e produtores que não se opõem a inovações, elas parecem "normais" e a maior resistência encontra-se somente entre os interesses econômicos estabelecidos na situação que será afetada pela inovação.

Schumpeter acredita que existam similaridades entre este processo e o desaparecimento da nobreza guerreira medieval, pois o papel social do empresário capitalista está sendo solapado. Novamente, pode-se perceber que existe total compatibilidade entre o que foi apresentado agora e a apresentação feita acima de *As classes sociais num meio etnicamente homogêneo*. A sobrevivência da burguesia depende dos êxitos dos empresários que a renovam como camada social de forma incessante.

Com as palavras do próprio autor:

"Resumindo essa parte da argumentação: se a evolução capitalista - "progresso" - cessar ou se tornar completamente automática, a base econômica da burguesia industrial acabará por se reduzir a salários, tais como os pagos pelo trabalho de administração corrente, excetuando-se os remanescentes de quase-rendas e de ganhos monopolóides que devem durar por algum tempo. Como a empresa capitalista, pelas próprias conquistas, tende a automatizar o progresso, concluímos que ela tende a se tornar supérflua - a se fazer em pedaços sob a pressão de seu próprio êxito. A unidade industrial gigante perfeitamente burocratizada não apenas desaloja a pequena e média firma e "expropria" seus proprietários, mas ao final desaloja o empresário expropria a burguesia como classe que, no processo, deve perder não apenas sua renda, mas também, o que é infinitamente mais importante, sua função".⁵⁵

⁵⁵ Schumpeter, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia, p. 176.

Creio não ser desnecessário sublinhar a semelhança entre a argumentação empregada aqui e aquela empregada em *As classes sociais num meio etnicamente homogêneo*.

(ii) Destruição das camadas protetoras.

Ao tratar deste ponto Schumpeter, remete-se à passagem do feudalismo ao capitalismo. Esta passagem teria ocorrido, historicamente, por um avanço da burguesia contra a ordem feudal. Esse processo teria se caracterizado pela progressiva destruição de "instituições" feudais, como o "castelo", a "aldeia", as corporações de ofício, a forte legitimidade do poder temporal, etc.

Entretanto, durante um certo espaço de tempo, existiu uma simbiose entre dois estratos sociais. A burguesia cada vez mais sustentava economicamente a nobreza, mas era sustentada politicamente pela nobreza. Para procurar esclarecer este ponto o autor utiliza como exemplo histórico a evolução do Estado francês e a evidente ligação entre o desenvolvimento do capitalismo e a evolução do Estado moderno. Schumpeter enfatiza que o caso inglês, onde a simbiose foi possível até o século XIX quando a nobreza já não possuía mais nenhum privilégio ou interesse político próprio como classe, mas continuou no poder, é o caso mais perfeito para ilustrar seu ponto ao mesmo tempo em que teria possibilitado, por um longo tempo, as melhores condições para a burguesia prosperar.

O responsável por essa necessária simbiose seria o caráter não heróico, anti-romântico, da liderança burguesa. Sua liderança é racional, desprovida de qualquer encanto místico, convencendo as pessoas pelo montante de dinheiro que acumula e pela utilidade daquilo que produz, mas nunca encantando. A esse desencanto da liderança empresarial/burguesa soma-se a normal falta de apetite pela liderança política e falta de talento para consegui-la que caracteriza a burguesia. Por outro lado, a nobreza nasceu da

capacidade de comandar homens no campo de batalha, de conquistá-los não só pela força, mas também pela liderança que os fizesse lutar por seu comandante e que levasse o líder a ter uma ligação extra-razional com seus liderados. Assim enquanto os nobres foram talhados para serem líderes políticos, e por isso demonstram interesse, a burguesia nunca o foi.

Schumpeter completa sua argumentação afirmando que:

"no interior de uma estrutura protetora que não tenha sido feita de material burguês, a burguesia pode ter sucesso, não apenas na defensiva política, como na ofensiva, especialmente como oposição. Em certos momentos, ela se sente tão segura que é capaz de se dar ao luxo de atacar a própria estrutura protetora; a oposição burguesa, tal como a que existiu na Alemanha Imperial, o ilustra à perfeição. Sem proteção de algum grupo não burguês, porém, a burguesia é politicamente indefesa e incapaz não apenas de liderar sua nação, mas até mesmo de tomar conta de seu particular interesse de classe. O que é o mesmo que dizer que ela precisa de um senhor".⁵⁶

Desse modo, o autor entende que "ao romper a estrutura pré-capitalista da sociedade, o capitalismo rompeu não apenas as barreiras que lhe impedem o progresso, mas também os esteios que lhe impedem o desmoronamento".⁵⁷ Schumpeter sugere que se compreende melhor o capitalismo, não como forma social nova, mas como último estágio do feudalismo.

(iii) Destruição do quadro institucional da sociedade capitalista.

Associado à destruição do quadro institucional da sociedade feudal, que lhe servia de salvaguarda, o capitalismo solapa seu próprio quadro

⁵⁶ Schumpeter, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia, p. 181.

⁵⁷ Schumpeter, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia, p. 181.

institucional. Esse solapamento é analisado em dois casos especiais: a propriedade privada e o livre contrato particular.

Sobre a propriedade privada, Schumpeter afirma que ela é atacada pelo próprio sucesso da empresa capitalista. O seu gigantismo, e o surgimento das empresas que não são familiares, mas de tipo sociedade anônima, quebram o vínculo entre os indivíduos e a propriedade. Ninguém seria capaz de fazer sacrifícios para defender um lote de ações iguais aos que um empresário faz em nome da empresa que construiu e de todos os aspectos pelos quais se sente responsável. A maneira de operar do sistema de ações leva a que os acionistas minoritários tenham, muitas vezes, seus interesses contrariados e faz com que não sejam defensores de tal sistema, principalmente quando as coisas vão mal. A propriedade perde prestígio.

Quanto ao contrato livre e particular, com o desenvolvimento da grande empresa, ele vai perdendo sua característica de regular escolhas entre um número grande de possibilidades. O contrato vai se estereotipando, sendo cada vez mais fruto da moderna empresa capitalista e, portanto, vai sendo expressão da burocratização.

Os dois lados desse processo surgem quando se reflete sobre o desaparecimento do pequeno comércio (pequena burguesia) levando a que "a estrutura política de uma nação [seja] profundamente afetada pela eliminação de uma multidão de pequenas e médias empresas cujos donos e gerentes, juntamente com seus dependentes, agregados e conexões, contam quantitativamente nas urnas e têm controle sobre o que podemos chamar de classes dos capatazes que nenhuma administração de uma grande unidade pode ter; as próprias fundações da propriedade privada e do livre contrato desgastam-se numa nação em que seus tipos mais vitais, mais concretos e mais significativos desaparecem do horizonte moral da população".⁵⁸ Para Schumpeter, nesse quadro, ninguém mais se importará quando a

⁵⁸ Schumpeter, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia, p. 183.

propriedade privada for destruída, nem quem estiver fora, nem quem estiver dentro das grandes corporações.

(iv) A atmosfera social do capitalismo.

Procurando resumir o que foi apresentado até agora, podemos lembrar que, para Schumpeter, "o processo capitalista, como vimos, acaba por reduzir a importância da função pela qual vive a classe capitalista. Vimos também que ele tende a desgastar suas camadas protetoras, a derrubar suas próprias defesas, a dispersar as guarnições de suas trincheiras. E vimos, finalmente, que o capitalismo cria uma estrutura crítica de pensamento que, após destruir a autoridade moral de tantas instituições, ao final se volta contra a sua própria; o burguês descobre, para seu espanto, que a atitude racionalista não se detém nas credenciais dos reis e papas, mas segue adiante, atacando a propriedade privada e todo o esquema dos valores burgueses".⁵⁹

O autor passa, então, a analisar porque não é possível conter as críticas ao capitalismo, ou a "racionalização" delas segundo suas palavras. Não seria possível proteger o capitalismo sem apelar para elementos pré-capitalistas? Sua resposta é negativa e fundamenta-se em quatro pontos.

Em primeiro lugar, não seria possível conter o ataque político à ordem capitalista, apesar dele proceder de uma atitude mental crítica que repele o apelo a valores extra-rationais, devido ao fato deste ataque não ser passível de refutação racional. Para o autor não é um ressentimento que pede para ser reparado, mas um desejo que é racionalizado, principalmente pelos intelectuais dos quais trata mais adiante, que move todo o processo de crítica. Daí a impossibilidade de se apelar à razão. Em segundo lugar, a defesa do capitalismo implicaria em uma visão de longo prazo muito distante da capacidade da maioria das pessoas. Em terceiro lugar, a sociedade

⁵⁹ Schumpeter, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia, p. 186.

capitalista é incapaz de produzir uma ligação emocional entre si e os indivíduos já que seus principais líderes, e ela como um todo, são desprovidos do romantismo necessário. Por último, a junção da melhoria das expectativas reais de vida com a insegurança individual que o sistema provoca devido ao fato de se alicerçar em resultados da atividade econômica são alimento para a inquietação social. Este quadro completa-se com as considerações de Schumpeter a respeito dos intelectuais, que funcionariam como o catalisador desta atmosfera adversa à sociedade capitalista.

(v) Sociologia do intelectual.

Os líderes do ataque político à ordem capitalista são os intelectuais. Segundo o autor, a massa popular é incapaz de desenvolver opiniões próprias do mesmo modo que é incapaz de articulá-las e transformá-las em ações consistentes. Os intelectuais cumprem todas essas funções.

A definição de intelectual é feita por analogia. Schumpeter tem dificuldades em definir quem são os intelectuais dentro da sociedade. Eles seriam uma mistura de sofistas, filósofos e retóricos do mundo grego antigo mais os humanistas do fim da idade média mais repórteres e acadêmicos de nossa sociedade atual. De qualquer modo, os intelectuais têm como característica a capacidade de ter acesso ao grande público, de serem formadores de opinião.

O acesso ao grande público é uma das primeiras características que explica o fato dos intelectuais serem frutos da sociedade capitalista, pois foi esta que "criou" o grande público e possibilitou acesso a ele. Enquanto os antigos humanistas medievais tinham como assistência os grandes senhores nobres, Rousseau e Voltaire já tinham uma grande massa de letrados, o público burguês.

Pelo próprio desenvolvimento da sociedade os intelectuais, a partir dos humanistas, caminharam para a crítica social de base racionalista. Por outro lado, a crítica jamais sofreu uma séria tentativa de controle pela

sociedade capitalista. A sociedade sofreria de falta de vontade e falta de capacidade de controlar seu setor intelectual pois esse controle implicaria não só limitar a liberdade dos intelectuais, mas também grande parte da liberdade necessária ao funcionamento da própria sociedade burguesa. Para o autor, do mesmo modo que a liberdade de crítica é necessária à sociedade burguesa, criticar tudo é necessário aos intelectuais. Assim é que surge essa situação em que uma sociedade cria e alimenta seus principais críticos.

Mas o que move os intelectuais? Não é só a vontade de criticar, já que Schumpeter dá a entender, em discussões anteriores, que a crítica à sociedade capitalista é racionalizada mas não é passível de refutação lógica pois é movida pelo desejo. De onde nasce esse desejo?

Sua origem estaria relacionada, provavelmente, a duas características da sociedade capitalista. A primeira já foi indicada e seria a necessidade inerente de fazer críticas que os intelectuais possuem, já que essa é a função deles, assim ganham a vida, em conjunto com a impossibilidade, por parte da sociedade, de impor limites a esta crítica, pois a sociedade necessita que a liberdade de crítica seja mantida para seu bom funcionamento. A segunda característica está ligada ao desenvolvimento do sistema educacional. A sociedade capitalista gera universitários em excesso, graças à fantástica expansão do sistema educacional que promove, mas não gera procura suficiente por essas pessoas, ao mesmo tempo que muitas delas não possuem a qualificação necessária para seguir a carreira para a qual estudaram. Essa situação acaba por gerar mais intelectuais, na quase totalidade insatisfeitos, racionalizando suas decepções em críticas à sociedade.

Para completar o quadro devemos perceber que os intelectuais entram em contato com o movimento operário e, segundo Schumpeter, mudam suas característica, tornando-o um movimento radical. Essa influência dos intelectuais não se daria de maneira direta, já que raramente eles conquistam cargos de responsabilidade. A influência ocorreria através de assessoria a comitês políticos, pela elaboração de panfletos e discursos

partidários, pela atuação como secretários e conselheiros ou, por exemplo, pela atuação junto a órgãos da imprensa. Toda essa gama de ações faz com que os intelectuais "imprimam sua mentalidade em quase tudo que está sendo realizado".⁶⁰ Todo esse modo de entender o mundo passa a afetar até a administração pública, pois existe um aumento gradual e uma conversão de interesses que levam à identificação cada vez maior entre a burocracia administrativa do Estado e os intelectuais.

Deste modo, "a atmosfera social, na teoria para a qual viemos juntando pedras e argamassa, explica por que a política pública fica cada vez mais hostil aos interesses dos capitalistas, de modo a, por fim, recusar-se, em princípio, a levar em conta as exigências da máquina capitalista e se tornar sério empecilho a seu funcionamento".⁶¹

Após apresentar estes cinco itens, Schumpeter dá as pinceladas finais em seu quadro de destruição da sociedade capitalista que é gerada por seu próprio desenvolvimento, não econômico, mas social. Lembra que a destruição da propriedade privada pelas grandes empresas traz uma grande desmotivação às ações burguesas voltadas para o acúmulo de propriedade. Outro fator importante para esse desprestígio viria do que ele chama de queda da grande família burguesa.

A importância da família burguesa tradicional para o capitalismo estaria no fato de que a manutenção de tudo o que ela engloba (mansão, filhos, netos, empregados para manter o conforto e tudo o que pudermos imaginar no melhor estilo "Os Buddenbrook") é um dos principais fatores que impulsionam a atividade empresarial burguesa, ou a busca dessa situação, ou a luta diária para sua manutenção. Tanto em *A teoria do desenvolvimento econômico* quanto em *As classes sociais num meio etnicamente homogêneo*, vimos que a família e a ascensão ou a manutenção de seu *status* têm papel importante no mecanismo de motivação para a ação individual, no pensamento de Schumpeter. Quando não se acumula mais

⁶⁰ Schumpeter, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*, p. 200.

⁶¹ Schumpeter, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*, p. 200.

"irracionalmente" para construir uma dinastia, quando a família burguesa foi racionalizada e seu maior sonho é morar em um apartamento confortável onde a maioria dos serviços domésticos é feita pelos próprios donos utilizando eletrodomésticos, grande parte do elã capitalista foi perdido. A racionalização da família burguesa leva a que seus atuais representantes assumam os valores radicais dos intelectuais, algo contrário a seus próprios interesses, segundo Schumpeter. Assim, "a ordem burguesa já não tem sentido algum para a própria burguesia".⁶²

Terminando sua avaliação do desenrolar da sociedade capitalista, Schumpeter afirma que "o sistema capitalista tem uma tendência iminente à autodestruição que, em seus primeiros estágios, pode muito bem se afirmar como tendência ao retardamento do progresso" já que "o processo capitalista não apenas destrói seu próprio quadro institucional, mas também cria as condições para um outro".⁶³

Todavia, o diagnóstico apresentado até agora não diz nada a respeito do socialismo que poderá surgir, nem quando ele ocorrerá. Por último, o autor lembra que se deve levar em conta que os efeitos e causas descritos por ele não ocorrem simultaneamente e com intensidade plena em todos os lugares. Deste modo, atenuando um pouco seu pessimismo, para o autor existe tendência, mas não certeza, da inevitabilidade do socialismo e morte do capitalismo.

O socialismo será viável desde que se tenha atingido o necessário desenvolvimento industrial e os problemas da transição para ele sejam bem resolvidos. Para estudar esta possibilidade, Schumpeter apresenta dois conceitos: o de sociedade comercial e o de sociedade socialista. A sociedade comercial caracteriza-se pela propriedade privada dos meios de produção e regulamentação do processo produtivo através de contratos privados. Faz parte dela também o crédito. A sociedade socialista caracteriza-se pelo controle dos meios de produção e a própria produção pertencem à esfera

⁶² Schumpeter, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia, p. 208.

⁶³ Schumpeter, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia, p. 209.

pública, excluindo o que nomeia de socialismo corporativo, sindicalista e outros tipos assemelhados. Nota ainda que o centralismo da sociedade socialista não precisa ser do tipo soviético, podendo ser democrático e conceder margem de ação aos homens que administrem a indústria.

A estas definições são feitas algumas observações. Primeiro, com o advento do socialismo, não existe mais o Estado, pois a separação entre público e privado desaparece. Segundo, a ação socialista se dá no campo da economia, sendo a economia o motor de tudo, mas seus impactos e suas motivações estão muito além do campo econômico, estão no campo dos valores. Terceiro, como consequência da observação anterior, é impossível afirmar o que será, como um todo, a sociedade socialista. Várias alternativas seriam possíveis e a maioria das afirmações são especulações a respeito. Assim, para não tratar da sociedade socialista completa, afirma-se existir uma "indeterminabilidade cultural do socialismo" que não permite ir além de suposições muito gerais.

O autor procura avaliar, então, a lógica do projeto socialista através da seguinte pergunta: "dado um sistema socialista do tipo visto, é possível derivar de seus dados e das regras de comportamento racional, decisões univocamente determinadas quanto a o que e como produzir?".⁶⁴

Sua resposta é afirmativa, ou seja, é possível encontrar respostas lógicas para as perguntas feitas acima. Ele constrói um "sistema" que exemplifica a possibilidade e também rebate as críticas de que a ausência de preços de mercado torna a tarefa impossível, ou de que a tarefa é impossível de ser feita por qualquer burocracia, pois seria necessário possuir o dom da onisciência.

Após dar estas respostas, Schumpeter parte para uma comparação entre a sociedade comercial, em sua etapa monopolista, e a socialista. Toda a comparação se limita ao campo econômico dada a indeterminação cultural do socialismo. Novamente é feita uma pergunta: "que aparato produtivo

⁶⁴ Schumpeter, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia, p. 221.

existiria ou teria existido caso uma administração socialista, em vez de uma capitalista, houvesse presidido sua construção?".⁶⁵ A avaliação do sistema é feita comparando-se a produção de bens de consumo por unidade de tempo. Esta avaliação não envolve decidir qual sociedade é mais justa ou qual promove maior felicidade de seus membros. Para que a sociedade socialista seja a mais bem sucedida, é necessário que ela consiga um desempenho produtivo igual ou muito próximo ao capitalista, pois os aludidos ganhos provenientes do fim do desperdício das classes ociosas no capitalismo não justificam a escolha do socialismo, dado que seriam quase inexistentes.

O socialismo será superior quando o sistema capitalista tiver reduzido permanentemente seu ritmo de crescimento, "seja por motivos inerentes ou externos a seu mecanismo econômico".⁶⁶ Isto porque a capacidade de planejamento e coordenação do socialismo permite evitar custos e desperdícios de ajuste que são inerentes ao capitalismo. Dado o grau superior de racionalidade do socialismo como projeto em si, seria proporcionado um melhor controle do desemprego, melhor difusão das melhorias tecnológicas, uso melhor das aptidões técnicas de cada um, ocorreria o fim do conflito entre a esfera pública e a privada em conjunto com os custos que esse conflito traz, etc. Porém, Schumpeter nunca esquece de frisar que todas essas vantagens são possibilidades do socialismo que dependem de como ele será realizado e não ocorrerão forçosamente.

Um ponto muito importante, segundo seu ponto de vista, é a administração do que ele chama de elemento humano. Para tratar deste assunto adverte que está realizando comparações entre uma idéia e um sistema histórico que têm existência efetiva, o que leva os simpatizantes de cada lado a serem indulgentes com as falhas do sistema que mais lhe agrada. Essas observações são feitas através de cinco pontos diferentes.

O primeiro ponto se refere ao que poderíamos denominar de "natureza humana". Mas o que isso significa? Significa que Schumpeter descarta a

⁶⁵ Schumpeter, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia, p. 241.

⁶⁶ Schumpeter, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia, p. 248.

necessidade dos homens, no socialismo, serem, em suas palavras, semideuses. Ele acredita que superado o problema da transição, a "administração" do socialismo seria mais fácil do que a do capitalismo. São descartadas também as expectativas dos socialistas de que uma nova humanidade nasceria com o advento do socialismo, principalmente através da ênfase em mecanismos de adaptação psicológica às mudanças ocorridas. A importância dos outrora burgueses é destacada, pois o sucesso da implementação do socialismo, principalmente em sua fase de transição, dependeria da capacidade de utilizar os talentos dessa "elite" para isso, sendo necessário desenvolver mecanismos diferenciados do lucro para motivá-los.

O segundo ponto se refere ao problema da administração burocrática. Sua solução se inicia com a admissão dos antigos burgueses em seus quadros, já que eles seriam os mais bem treinados para tocar indústrias na sociedade. Seria primordial oferecer à administração liberdade de ação e obrigatoriedade de ter responsabilidade pelos seus atos. O problema é como conjugar liberdade com administração burocrática. O autor parte do princípio que "a burocracia não é um obstáculo à democracia, mas seu complemento inevitável. De modo similar, é um complemento inevitável ao desenvolvimento econômico moderno e será mais do que nunca essencial numa comunidade socialista".⁶⁷ Não seriam grandes problemas a eliminação do lucro/perda como motivação, as alterações na responsabilidade das pessoas que a eliminação do lucro traz ou o processo de seleção de funcionários do sistema burocrático. Porém, seria problemática a tendência do método burocrático a reprimir a iniciativa individual dos funcionários e a possibilidade de se confiar exclusivamente em sentimentos de base altruísta. Para o autor deve existir um substituto ao dinheiro que alimente um sistema de recompensas gerando algum prestígio social. Resumindo, pode-se afirmar que Schumpeter acredita que a busca egoísta por satisfação - prestígio/

⁶⁷ Schumpeter, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia, p. 262.

diferenciação - é natural ao homem e o socialismo não pode negar esta natureza caso queira ser bem sucedido.

O terceiro ponto se refere aos papéis de poupadores dentro do sistema e disciplinadores da mão de obra que a burguesia desempenha. Quanto à poupança, o autor acredita que é de fácil solução já que bastaria o governo realizá-la de modo forçado, porém, sua necessidade continuaria existindo dentro de qualquer sociedade. Já a disciplina social, que deixaria de estar ligada à obrigação de desempenho econômico individual pelos trabalhadores e busca do lucro pelos empresários, dificilmente seria bem substituída por autodisciplina, ou seja, a estrutura "autoritária" continuaria existindo. Entretanto, ela seria facilitada pela adesão dos trabalhadores ao sistema, que não seriam mais influenciados pela luta de classes, em conjunto com um peso maior da reprovação social a qualquer atitude que vise ameaçar a produção. Ao refletir sobre o caso da União Soviética, Schumpeter acredita ficarem claras duas lições: primeira, disciplina social é necessária em qualquer tipo de socialismo; segunda, a solução do problema da disciplina social traz outro problema para discussão, o do caráter democrático ou não dessas sociedades.

Como último ponto analisado por Schumpeter sobre a viabilidade do socialismo podemos destacar a avaliação feita sobre alguns caminhos possíveis para a transição. Essa análise é feita para dois casos, nomeados socialização madura e socialização pré-madura ou imatura. Em nenhum dos dois casos se leva em conta a hipótese da socialização ocorrer em um ambiente de capitalismo não desenvolvido e "controlado".

O capitalismo "controlado", segundo Schumpeter, pode ser resumido:

"na proposição marxista de que o processo econômico tende a se socializar - assim como a alma humana. Com isso queremos dizer que os pré-requisitos tecnológicos, organizacionais, comerciais, administrativos, e psicológicos do socialismo tendem a ser satisfeitos cada vez mais. Vamos visualizar de novo o estado de coisas que espreita o futuro, se essa tendência se projetar. Os

negócios, exceto no setor agrícola, são controlados por um pequeno número de empresas burocratizadas. O progresso diminuiu de ritmo e tornou-se mecanizado e planejado. A taxa de juros converge para zero, não apenas temporariamente ou sob a pressão da política governamental, mas permanentemente, à mingua de oportunidades de investimento. A propriedade e a administração industriais tornaram-se despersonalizadas - a propriedade degenerou em controle acionário, os executivos adquirem hábitos mentais similares aos dos funcionários públicos. A motivação e os padrões capitalistas definharam. É óbvia a inferência quanto à transição para um regime socialista num Estado tão maduro".⁶⁸

O autor acredita que a análise deve ser feita levando em consideração, a partir da situação descrita acima, dois problemas: primeiro, do tempo em que ocorre a transição, e, segundo, do procedimento de transição. O caso perfeito seria aquele no qual a transição se daria através de uma maturidade tão grande que a passagem final para a ordem socialista ocorreria através da adaptação final das leis constitucionais de um Estado via um plebiscito.

Quando Schumpeter discute o papel de Marx na formulação do socialismo, adota uma posição conciliadora. Ele aborda diretamente o pensamento de Marx em quatro capítulos intitulados: Marx profeta, Marx sociólogo, Marx economista e Marx professor.

O lado profético de Marx interessa pouco a Schumpeter. O autor condena essa forma de apresentar idéias, critica muito rapidamente o que Popper nomeou de historicismo em Marx e admite uma certa eficiência política na propagação das idéias de Marx pela utilização deste recurso. Schumpeter parece acreditar ser pouco eficiente denunciar o uso do "recurso profético" na argumentação de Marx, mas ao contrário de Popper critica a forma de agir politicamente dos marxistas sem atribuir a maior parte da culpa a Marx.

⁶⁸ Schumpeter, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia, pp. 277-8.

A faceta sociológica do pensamento de Marx é a que recebe mais elogios de Schumpeter. A interpretação econômica da história realizada por Marx era até então inédita e possui forte poder explicativo. O autor acredita que ela funciona melhor ao se abandonar o hegelianismo de Marx e a insistência de Marx em qualificá-la de materialista seria desnecessária. Quando bem usada, a interpretação econômica da história permite explicar adequadamente idéias e valores. Seu maior defeito seria a dificuldade em lidar com a permanência de instituições fundadas em outras condições materiais da sociedade. A teoria marxista das classes sociais é derivada da interpretação econômica da história, segundo Schumpeter não funciona tão bem quanto a primeira, mas também apresenta importante papel na ciência econômica.

Ao discutir Marx enquanto economista, Schumpeter parte para uma razoavelmente detalhada análise das contribuições de Marx à teoria econômica. Nessa análise o autor vai indicando as teorias de Marx que funcionariam e as que foram refutadas ou funcionam mal. No geral, o autor avalia Marx como um grande economista, influenciado principalmente por David Ricardo, e que apresenta boas explicações, mas com alguns defeitos mais sérios. Schumpeter acredita que Marx foi melhor sociólogo do que economista.

O autor termina, ao discutir Marx enquanto professor, avaliando a reunião dos outros "três Marx". A síntese marxista teria provocado a dissolução da separação entre economia e sociologia, já que o funcionamento de uma explica a outra e vice-versa. Porém, se os conceitos ganham vigor perdem eficiência analítica frente à teoria econômica tradicional. O vigor do método marxista pode levar ao pior tipo de sociologia e de economia devido à ineficiência analítico-operacional. O método marxista, no entanto, preenche significativa lacuna junto ao anseio daqueles que querem saber como as coisas funcionam ou são, daí vem sua atração, seus méritos e alguns defeitos.

Capítulo III – Hayek

Friedrich Hayek nasceu em 1899 em Viena. Filho de uma família com vários professores e cientistas, estudou direito e ciência política na Universidade de Viena onde recebeu em 1921 o doutorado em Direito, e em 1923 o doutorado em Ciências Políticas.

Trabalhou na Câmara de Comércio Austríaca de 1922 a 1927 sob a direção de Ludwig von Mises e foi diretor de 1927 a 1931 do Instituto Austríaco de Pesquisas dos Ciclos Econômicos que havia sido fundado por Mises no ano anterior. Lecionou na Universidade de Viena (1929-1931), na London School of Economics (1931-1950), na Universidade de Chicago (1950-1962), na Universidade de Freiburg (1962-1968) e na Universidade de Salzburg (1968 a 1974). Acompanhado de outros trinta e cinco importantes pensadores de diferentes áreas do saber, fundou em 1947 a The Mont Pèlerin Society, cuja função é servir como um fórum de debates e trocas de informações para todos os defensores da liberdade individual. Recebeu em 1964 o doutorado honorário da Universidade Rikkyo de Tóquio, foi feito em 1971 senador honorário pela Universidade de Viena e recebeu em 1974 o doutorado honorário da Universidade de Salzburg. Hayek foi laureado em 1974 como Prêmio Nobel de Economia, juntamente com o economista sueco Karl Gunnar Myrdal (1902-1986). Faleceu em Freiburg, na Alemanha, no dia 24 de março de 1992.

Publicado originalmente em 1929, seu primeiro livro, Teoria monetária e ciclos econômicos (*Geldtheorie und Konjunkturtheorie*), examina o papel da moeda em provocar flutuações econômicas e afirma que a disponibilidade de crédito no mercado afeta a estrutura de produção, demonstrando que uma súbita injeção de crédito na economia pode provocar alterações no sistema de preços e atrair investimentos insustentáveis. Em 1940 publicou *A teoria pura do capital (The Pure Theory of Capital)*, onde explica a complexa natureza do capital, bem como seu papel nos booms e nas depressões

econômicas. Sua obra de maior impacto foi publicada em 1944, trata-se do livro *O caminho da servidão* (*The Road To Serfdom*), onde procurou mostrar que a tendência de substituir a ordem espontânea e infinitamente complexa de mercado por uma ordem deliberadamente criada pelo engenho humano e administrada por um sistema de planejamento central acabava resultando, inexoravelmente, no empobrecimento e na servidão. Publicado em 1949, *Individualismo e ordem econômica* (*Individualism and Economic Order*) reúne uma série de ensaios sobre as relações entre indivíduo e sociedade, a metodologia das ciências sociais e o problema do cálculo econômico em sociedades socialistas. Em 1952, Hayek publicou os livros *A contra-revolução da ciência* (*The Counter-Revolution of Science*), onde explica com precisão os problemas e erros da utilização dos métodos das ciências naturais nos estudos sociais, e *A ordem sensorial* (*The Sensory Order*), que propõe uma teoria psicológica onde considera a mente como um sistema adaptativo. O livro *Os fundamentos da liberdade* (*The Constitution of Liberty*), publicado em 1960, é a mais sistemática apresentação de argumentos e princípios a favor da liberdade individual, demonstrando quais instituições jurídicas e econômicas são compatíveis com a complexidade da sociedade. A trilogia *Direito, legislação e liberdade* (*Law, Legislation and Liberty*) aprofunda os temas políticos e econômicos abordados pelo livro anterior. Publicado em 1973, o primeiro volume, *Normas e ordem* (*Rules and Order*), contrasta, nas sociedades humanas, as ordens espontâneas com as organizações construídas, diferenciando os tipos de normas que vigoram em cada uma dessas formas. No segundo volume, *A miragem da Justiça Social* (*The Mirage of Social Justice*), publicado em 1976, demonstra que a noção de justiça social não tem sentido numa ordem espontânea, sendo uma justificativa para a demanda de grupos particulares. O último volume, *A ordem política de um povo livre* (*The Political Order of a Free People*), foi publicado em 1979 e expõe os defeitos que estão corrompendo as democracias ocidentais, além de propor soluções jurídicas e políticas para corrigir o problema. Na obra *Desestatização do dinheiro* (*Denationalisation of money*), publicada em 1976,

propõe que a única forma efetiva de combater tanto a inflação quanto a deflação, evitando a depressão e o desemprego, é a substituição do monopólio governamental da moeda pela competição de moedas fornecidas por instituições privadas. Em 1988 Hayek publicou seu último livro, *Arrogância fatal: os erros do socialismo (Fatal Conceit: Or the errors of socialism)*, onde dissecar a pretensão socialista de planejar a sociedade e demonstra que o código moral da civilização Ocidental, as regras jurídicas, as organizações políticas e o mercado são os resultados da evolução de uma ordem social espontânea, que não podem ser modificados pelo arbítrio humano.

A sociedade aberta em Hayek

Hayek ganhou notoriedade ao publicar *O caminho da servidão* em 1944, livro que procura denunciar os vários problemas que o autor atribuiu ao pensamento e a prática socialista. Porém, como ele mesmo indica “a análise das conseqüências das políticas socialistas que o livro tenta fazer é sem dúvida incompleta se não se faz acompanhar da necessária explanação sobre o que uma ordem de mercado adequadamente orientada exige e pode alcançar”.⁶⁹ Completa Hayek que “o primeiro resultado desses esforços de explicação da natureza de uma ordem de liberdade foi um livro substancial, chamado *The Constitution of Liberty* (1960), no qual tentei essencialmente expressar sob nova forma e tornar mais coerentes as doutrinas do liberalismo clássico do século XIX”.⁷⁰ Desse modo o autor nos indica a ordem de apresentação que deve ser adotada: primeiro trabalharei com o livro *Os fundamentos da liberdade* e quando for analisar as críticas de Hayek ao socialismo seguiremos com *O caminho da servidão*.

Na primeira parte de *Os fundamentos da liberdade*, Hayek realiza uma discussão sobre a natureza e as implicações da liberdade. Para o autor

⁶⁹ Hayek, Friedrich A. *O caminho da servidão*, prefácio á edição inglesa de 1976, p.24.

⁷⁰ Hayek, Friedrich A. *O caminho da servidão*, prefácio á edição inglesa de 1976, p.24.

liberdade é a situação na qual seja exercida o mínimo de coação de alguns sobre os outros no âmbito social e ela se expressa através da liberdade individual. A liberdade é buscada continuamente, dificilmente pode ser alcançada em sua plenitude, mas deve ser uma meta sempre em vista de uma 'política de liberdade'. Para Hayek este é o significado tradicional de liberdade na Europa e historicamente corresponde a diferença entre ser livre ou ser escravo. Apesar de em alguns contextos a diferenciação entre liberdade de e liberdade para fazer sentido, para o autor o conceito de liberdade tradicional varia apenas de grau, não de classe. A liberdade só tem sentido importante quando se refere às relações entre homens, ou seja, Hayek não vê muito sentido nas discussões em que o conceito de liberdade como ausência de obstáculos passa a ser discutido muito literalmente. Como última atribuição mais geral da liberdade o autor afirma que, para ser livre, o indivíduo necessita possuir espaço privado que lhe permita tomar decisões sem ser coagido direta ou indiretamente pela manipulação externa das alternativas de escolha.

Para Hayek é importante distinguir liberdade de liberdade política. A liberdade política é a participação ativa na administração pública e confecção das leis; não se confundindo com a liberdade individual. A liberdade política pode ser usada tanto a favor como contra a manutenção ou expansão da liberdade individual. Já a liberdade dos povos aproxima-se do conceito de liberdade, mas apresenta o problema de poder gerar diminuição da liberdade individual em nome da liberdade nacional.

Uma fonte de confusão nas argumentações a respeito da liberdade individual é o conceito subjetivo ou metafísico de liberdade porque esses conceitos envolvem discussões sobre se o que impulsiona as ações humanas é a deliberação da própria vontade motivada por sua razão e convicções permanentes ou se as ações humanas refletem impulsos e circunstâncias momentâneas. Dentro dessa linha de raciocínio, oposto a liberdade interior é a influência de emoções temporárias, debilidade moral ou debilidade intelectual e não a coação exercida por outro indivíduo.

Outra fonte de problemas provém da argumentação que caracteriza a liberdade como ausência de obstáculos físicos à vontade o que acaba praticamente igualando liberdade com poder. Além dessa linha de argumentação ser confusa, a utilização dela pelo pensamento socialista levou a que se passasse a justificar a destruição da liberdade individual devido ao fato de que o poder coletivo da sociedade não poderia sofrer restrições. A defesa dessa posição provoca a passagem de uma ordenação social que visa garantir a liberdade individual para uma que visa aumentar o poder social.

Ligado a questão da liberdade como poder surge o conceito de liberdade como riqueza. O problema emerge quando é confundido o número de opções que a riqueza pode oferecer – devido ao poder que possui – com liberdade. Para Hayek esse tipo de confusão ocorre porque muitas pessoas tendem a confundir os frutos da liberdade com outros desejos humanos; pois ser livre envolve ser livre para morrer de fome devido a escolhas equivocadas e não envolve ter o poder de se obter tudo o que se deseja.

A liberdade como poder ou política, a liberdade interior e liberdade individual não são espécies do mesmo gênero e não se pode aumentar a liberdade total abrindo mão de uma espécie de liberdade em nome da outra, pois elas são diferentes e causam situações diferentes aos indivíduos que devem optar entre elas tendo consciência dessa diferença de gênero.

Hayek enfatiza o caráter negativo da liberdade lembrando que a definição de liberdade se dá pela ausência de coação e ela efetivamente não nos assegura nada, pois sua efetivação depende do uso que o indivíduo fará dela. A única garantia é que o indivíduo possa escolher por si o que será feito. O autor relembra a distinção clara que existe entre a liberdade negativa e liberdade positiva – por ele chamada de liberdades – apontando que na primeira se permite tudo o que não estiver proibido e na segunda se proíbe tudo o que não estiver permitido por lei.

Historicamente, liberdade significou de concreto: ser um membro protegido da comunidade, ser imune a arbitrariedades legais, ter o direito de

se trabalhar no que deseja, ter o direito de se deslocar pelo território comum, ter o direito de possuir bens próprios. Estes direitos, para o autor, diferenciam desde a Grécia da Antiguidade até o século XIX um ser livre de um escravo.

Como complemento da definição e discussão sobre liberdade, Hayek faz alguns comentários sobre a coação. Coação é a pressão autoritária exercida por uma pessoa sobre o meio ou circunstâncias de outra, o que faz com que a pessoa coagida seja forçada a agir em desacordo com um plano de ação próprio e coerente para agir de acordo com fins de terceiras pessoas ou, no máximo, agir escolhendo entre um mal e outro. A coação é um mal porque elimina o indivíduo enquanto ser pensante com valor intrínseco e o transforma em mero instrumento das consecuições de fins de outras pessoas. A ação livre tem que se fundamentar em dados que nunca podem moldar-se a vontade de outro porque nela o indivíduo persegue seus próprios fins utilizando os meios indicados por seu conhecimento pessoal. A ação livre pressupõe uma esfera conhecida cujas circunstâncias não podem ser conformadas por outra pessoa até o ponto de deixar somente a ação prescrita por aquela pessoa. A coação não pode ser evitada totalmente porque o único caminho para enfrentá-la é a ameaça de coação. Este problema vem sendo enfrentado através do monopólio da coação pelo Estado e procurando-se limitar esse poder aos casos necessários e impedindo seu exercício por pessoas privadas.

Após procurar definir liberdade, Hayek parte para discutir quais são os impactos na forma de pensar e agir em uma sociedade livre. O mote principal passa a ser a discussão sobre os limites do conhecimento e sua relação com a sociedade livre. O autor procura mostrar como a sociedade livre é fruto e se adequa a ignorância humana dado que o total de conhecimento espalhado na sociedade é muito maior do que qualquer um de seus participantes é capaz de possuir. Para Hayek a civilização inicia-se quando existe a possibilidade de utilização do conhecimento espalhado nela por qualquer indivíduo que não detém tal conhecimento. Já a racionalista

pretensão de ser possível obter conhecimento total / perfeito da realidade social e a partir deste conhecimento intervir na realidade social com alta dose de certeza nos resultados, para não dizer certeza do sucesso da ação, é utópica.

A ação dentro da sociedade, para ser bem sucedida, necessita que sejamos capazes de traçar os limites das áreas sociais que nos são desconhecidas. Somada a essa situação existe a constatação, por parte de Hayek, de que os homens não possuem a capacidade de manipular suas instituições ao seu bel prazer dado que a criação delas não foi totalmente deliberada e os resultados alcançados divergem dos pretendidos. As dificuldades em modificar a sociedade conforme um plano racional são aumentadas ao nos depararmos com o desafio de que a própria mente humana é fruto da sociedade o que faz com que as tentativas de alterar a sociedade através de um plano racional percam a racionalidade para as mentes que surgirem após a transformação social. Como o estado da civilização em um momento dado determina o alcance e as possibilidades do que é racional, pois os fins e valores humanos são por ele determinados, a mente humana não pode nunca prever seu próprio progresso. Essa situação leva a que se deva sempre deixar espaço para as mudanças de fins e possibilidades geradas pela busca de nossos objetivos presentes ao mesmo tempo em que se busque ao máximo atingir nossos objetivos. Para Hayek existe um claro debate entre a defesa do intelectualismo e a defesa do papel de suprema importância das instituições, tradições e costumes pelo fato de que eles têm em si mais conhecimento incorporado em suas organizações do que qualquer indivíduo é capaz de manipular.

O conhecimento presente na civilização é maior do que o conhecimento explícito e científico existentes. O conhecimento científico não é a única forma de conhecimento válido e seu desenvolvimento só pode ser igualada ao desenvolvimento da civilização quando o conhecimento inclui todas as adaptações humanas ao meio que nos rodeia e aos conhecimentos que tenham sido incorporados às experiências passadas. Desse modo, o

aumento do conhecimento traz consigo a necessária percepção do aumento do que ignoramos quando procuramos agir conscientemente. Já a crença errônea de que o avanço do conhecimento nos permite diminuir o que ignoramos tem conduzido os que assim pensam a querer um aumento amplo e deliberado do controle das atividades humanas o que acaba por torná-los inimigos da liberdade. Porém, a liberdade é necessária, pois a cada mudança na sociedade ocorre a necessidade de realizarem-se ajustes aos efeitos do próprio progresso, muitos dos quais eram imprevisíveis antes da mudança se efetivar. Tal quadro faz com que os ajustes necessitem de que os indivíduos estejam livres para realizar as tarefas de acordo com o conhecimento e ponto de vista únicos que ocupam em cada situação.

A liberdade do indivíduo é necessária porque não é possível saber nossos desejos e necessidades presentes e futuras. Com a liberdade individual existe a possibilidade de enfrentar o imprevisível e imprognosticável porque é deixado espaço para o surgimento de causalidades que solucionem nossos problemas através da junção de ações individuais, conhecimento e aptidões, habilidades e hábitos distintos entre indivíduos distintos diminuindo-se a chance que ocorram fracassos ao se enfrentar problemas sociais.

Hayek nos lembra que a liberdade só é realmente útil quando não sabemos quais serão seus resultados, no caso contrário não seria liberdade. Sendo assim a liberdade é necessária independentemente da situação e se fundamenta na crença de que mais forças para o bem estarão livres do que para o mal. É dentro desse contexto que a liberdade deve estar disponível independentemente do número de indivíduos que possam utilizá-la. Segundo o autor a liberdade é mais importante para os outros, é mais importante a possibilidade de ensaio por um do que a possibilidade de todos fazerem as mesmas coisas, ela também não apresenta importância para se fazer algo de específico ou ser liberdade específica, não deve ser delimitada pelo instinto natural de se evitar privações físicas.

Dentro dessa discussão sobre liberdade Hayek passa a considerar, tanto a organização e a competência quanto os limites do conhecimento e da razão. Sobre o primeiro tema nos afirma que a competição pode ser através de indivíduos ou grupos organizados, mas o que é realmente importante no progresso da civilização é a abertura para que ocorra competição entre diferentes formas de ação motivadas por diferentes valores e éticas. Já a organização não se opõe à liberdade, mas se opõe à organizações privilegiadas e monopolísticas que usam de coação para impedir outras formas de ação grupal.

Sobre limites da razão e do conhecimento afirma que uma sociedade na qual só se permitisse utilizar o conhecimento considerado como o melhor desdenhando outras formas muito provavelmente caminhará para uma situação na qual as predições desse conhecimento seriam cada vez mais acertadas; porém, esta sociedade certamente estaria estancada, não pelo esgotamento das possibilidades de desenvolvimento, mas pela subordinação de todos os intentos a forma atual de conhecimento o que não proporcionaria ocasião para surgirem novos conhecimentos. O uso da razão leva a controle e predição, mas as forças que levam a razão adiante são liberdade e imprevisão das ações humanas, ou seja, a razão sofre do paradoxo de necessitar ficar livre da razão para progredir. Dentro desse quadro o controle social é perigoso e impeditivo do progresso. No passado, não foi grande ameaça porque seus instrumentos eram poucos e fracos, já hoje pode se tornar perigoso.

Hayek considera que o progresso constante já foi uma esperança de todos no ocidente, mas atualmente os intelectuais abandonaram essa esperança. Para o autor certo ceticismo com relação ao progresso é necessário e correto, mas a civilização e as forças sociais devem estar voltadas para buscar o progresso. O progresso começou a provocar mal-estar nos homens por ter se transformado em um processo acelerado e que nem sempre traz resultados totalmente positivos. Como o progresso tem conseqüências imprevisíveis só é possível obter compreensão sobre as linhas

gerais que produzem progresso e procurar fomentar condições favoráveis para sua efetivação, mas estas condições são as mesmas que impedem predições específicas sobre o progresso. O progresso da mente humana consiste, para o autor, em encontrar onde ela erra, por isso a imprevisibilidade do progresso da mente/ conhecimento. O autor destaca também que o progresso não se traduz em mais felicidade porque as mudanças que provoca pode alterar os próprios valores e desejos que impulsionam e avaliam o progresso.

Quando reflete sobre os mecanismos do progresso Hayek passa a apresentar uma concepção elitista do mesmo afirmando que o progresso ocorre de forma concentrada e depois é difundido pela sociedade. O fato de o progresso envolver desigualdades decorre de que sua efetivação se dá através de novas formas de utilização de recursos que são escassos. Isso leva a que no início somente poucos possam ter acesso às inovações, mas apresenta também uma face positiva, pois se as inovações tivessem que estar disponíveis a todos logo depois de surgirem poucas delas poderiam ser realizadas. Hayek extrapola seu raciocínio da desigualdade entre pessoas ou classes de uma mesma sociedade para a desigualdade entre países afirmando que os países atrasados recebem benefícios e podem até acelerar seu processo de desenvolvimento.

O tema da responsabilidade pelos atos praticados é desenvolvido pelo autor. A primeira idéia desenvolvida é que existe a necessidade de se responsabilizar os indivíduos por seus atos para que a sociedade funcione. A atribuição de responsabilidade é vista por Hayek como uma convenção projetada para forçar as pessoas à observância de certas regras. Somente atribuindo-se responsabilidade é que se torna possível apresentar os indivíduos como responsáveis pelos resultados de seus esforços e a necessidade da responsabilidade para a ação em liberdade é clara. O mecanismo de aprendizado da responsabilidade é que permite ao indivíduo aprender a agir e avaliar as circunstâncias particulares em que age, mesmo que o indivíduo não seja sempre seu melhor juiz dificilmente outros

indivíduos conseguiram conhecer melhor toda uma situação a ponto de julgá-la mais apropriadamente que o principal envolvido nela. A racionalidade da ação depende da responsabilidade sobre os atos praticados mesmo que os elementos capazes de serem avaliados pelo indivíduo sejam poucos dentre aqueles que afetam a ação.

Em continuidade a discussão sobre atribuição de responsabilidades Hayek também aborda o tema de atribuição de mérito. É lembrado que a recompensa pelas habilidades/ capacidades cada vez ocorre mais pelo correto uso delas do que pelo seu potencial em si o que traz novas formas de sofrimento para alguns dentro da sociedade. O autor entende que uma das principais virtudes da sociedade livre é disciplinar os homens para que transformem seus talentos em ações ou conhecimentos concretos. Nas sociedades mais antigas, do ponto de vista ético, costumava-se desprezar o resultado concreto ou aguardar o reconhecimento, mas tal prática reflete apenas ideais aristocráticos de privilégio e paternalismo. A sociedade livre não é, segundo Hayek, de técnicos comandados externamente, mas de homens que sabem fazer-se reconhecer por seus talentos e capacidades mesmo que algumas vezes essa forma de funcionamento pareça injusta. Segundo o autor, ou se vive com a pressão de buscar o sucesso livremente ou com a pressão de se obedecer aos outros. Também é ressaltado que apesar do sucesso claramente não depender apenas do indivíduo, a manutenção da crença na conquista do sucesso pelo indivíduo é mais benéfica à sociedade do que o hábito de atribuir sucesso ou fracasso a elementos externos e não controláveis pelos indivíduos.

Sobre a relação entre liberdade e igualdade Hayek parte da defesa da igualdade perante a lei afirmando que a liberdade necessita deste mecanismo e se fortalece quando existe igualdade nos princípios de conduta social e moral, dado que esta forma de agir ameniza a desigualdade gerada pela liberdade. Mais uma vez o autor reforça que se a liberdade gerasse resultados iguais nas ações de todos não existiria razão para sua existência. Os homens são desiguais biológica e culturalmente, segundo o autor, e nesta

desigualdade reside parte da beleza da humanidade com seus talentos diferenciados e únicos que tornam a liberdade e o respeito a diversidade tão valiosos. Já a igualdade perante a lei se opõe à igualdade material, pois a igualdade material requer que tratamentos distintos legalmente para pessoas com talentos distintos. Para o autor, a distribuição igual da riqueza seria até desejável, mas não justifica exercer coação desigual ou aplicar leis desiguais aos indivíduos. Não é errado existir algum tipo de ação estatal para satisfazer algumas necessidades e, se possível, privilegiar métodos de intervenção que reduzam a desigualdades.

Hayek destaca que sua argumentação sobre as desigualdades humanas parte das seguintes assertivas: existe certa similitude entre todos seres humanos, ninguém é superior em qualidades a ponto de estar justificada sua tutela sobre a vida dos outros; a aquisição por alguém de habilidades julgadas valiosas pela comunidade sempre constitui ganho para aquela comunidade. As habilidades diferenciadas podem surgir da natureza ou do meio social e as proporcionadas socialmente, como pela família, não devem ser atacadas só porque estão sob controle da sociedade. Algumas habilidades diferenciadas só surgem no processo acumulativo que é proporcionado pela família que persegue aquele talento por gerações.

Dentro do contexto da relação entre igualdade e liberdade Hayek retoma a discussão sobre mérito e valor. Lembra que na sociedade livre as recompensas não dependem do mérito moral dos indivíduos o que as torna independentes das opiniões dos outros indivíduos sobre a pessoa recompensada. Julga também ser necessário distinguir mérito de valor dado que um indivíduo pode possuir características que são valorizadas pelos outros, como beleza, inteligência e destreza, sem que elas sejam fruto de alguma ação do indivíduo, mas apenas fruto da natureza. Aparece um problema se a sociedade quer distribuir os bens apenas de acordo com o valor das ações dos indivíduos ou por algum critério de mérito. Como a avaliação do mérito envolve julgar intenções e não resultados, ela é muito difícil de ser realizada devido a impossibilidade de conhecermos todas as

circunstâncias que permitiriam avaliar o mérito. Assim, a situação da sociedade livre acaba sendo mais justa por ser mais factível sem incorrer em enormes arbitrariedades.

A incapacidade de se recompensar os indivíduos por mérito fica evidente em situações de incerteza nas quais avaliar alguém por critério diferente do resultado obtido é praticamente impossível. A atribuição de um único valor para um certo resultado na sociedade, mesmo que envolva méritos diferentes entre os indivíduos que os alcançaram, é o único modo de guiar a ações dos indivíduos em situação de incerteza. Hayek nos lembra que é desejado socialmente que os indivíduos incorram no menor mérito para obter o que desejam e não no maior mérito para diminuir o sofrimento. Outro problema associado a recompensar o mérito surge do fato de que ao se recompensar o mérito os homens serão avaliados pelas obrigações cumpridas e não pelos resultados levando a que cada ação individual seja guiada pelo julgamento dos outros, o que faria com que os indivíduos não fossem mais responsáveis pelos resultados de suas decisões. O autor também levanta a objeção de que uma sociedade que avaliasse os indivíduos por mérito seria muito mais implacável para com os que fracassam do que outra sociedade que não atribua conexão necessária entre valor e mérito. A felicidade social envolve buscar dissociar a obtenção de valor da noção de mérito superior. É importante a existência de métodos sociais que recompensem o mérito especial quando ele se apresenta subvalorizado e, para isso, é interessante que surjam instituições sociais que realizem a tarefa de recompensar o mérito especial, mas para que a liberdade seja mantida é necessário também que essas instituições compitam entre elas para que seja mantida uma pluralidade de escalas avaliativas do mérito.

Para Hayek só é possível discutir a natureza justa ou injusta quando avaliamos o deliberado tratamento dos homens entre si. Como a distribuição de renda é resultado de indivíduos buscando objetivos a partir de seus pontos de vista particulares dentro de uma situação de incerteza, à distribuição de renda não pode ser atribuído o julgamento de justa ou

injusta. Como a justiça requer que as condições de vida dos homens que vêm determinadas pelos governantes sejam proporcionadas a todos por igual deve-se atentar para o fato de que essa igualdade gera desigualdade de resultados, o que somado ao tratamento igual a todos nas relações interpessoais, não assegura recompensas proporcionais ao mérito porque as recompensas proporcionais ao mérito envolveriam promover obediência a vontade dos outros e não recompensas pelos benefícios dos atos que cada um julgou ser o melhor. Uma sociedade que guie suas recompensas por mérito vai contra a liberdade porque paulatinamente deveria indicar o que cada um deveria realizar.

A respeito do governo majoritário, afirma Hayek que democratas e liberais defendem a participação na confecção das leis; porém, visando princípios diferentes: para os democratas a opinião da maioria é o único limite imposto ao governo enquanto os liberais buscam a limitação de qualquer governo. Dessas duas formas de compreender a limitação ao poder decorre que democratas se opõe à governos autoritários e liberais à governos totalitários. Por isso o autor ressalta que democratas e totalitarismo, liberais e autoritarismo não são relações incompatíveis. Para os democratas o princípio da maioria determina não só os resultados no processo democrático como também determina o que é bom para a sociedade, já para os liberais a democracia é método de decisão do processo democrático apenas. A limitação da liberdade à liberdade política confunde liberalismo com democracia, o que na opinião de Hayek não é bom para o Liberalismo.

O liberalismo oferece parâmetros aos indivíduos de como votar, a democracia não oferece a menos que se acredite em que a posição social dos indivíduos sempre os leva a reconhecer quais são seus verdadeiros interesses. Nem tudo o que seja aparentemente mais democrático é bom, segundo o autor, e as duas formas de ampliar a democracia, seja pelo aumento do número de eleitores, seja pelo aumento dos assuntos passíveis de serem votados, não traz automaticamente bons resultados. O controle pela maioria, problemas de homogeneidade social e outras discussões que

envolvem maiorias e minorias tornam claro que a democracia é um método e não um fim e, apesar de ser um bom método para a tomada de decisões coletivas, não é bom método para decidir a desejabilidade sobre questões de atuação coletivas ou não.

Para os liberais a soberania ou vontade da maioria deve estar limitada e deriva sua autoridade de um acordo mais amplo sobre princípios comuns. Para os democratas a soberania determina a cada momento seus próprios limites e, por consequência, os limites de ação do Estado.

A democracia se justifica primeiro como método para tomar decisões em situações de conflito de opiniões; segundo, como o sistema de governo que pode garantir melhor a liberdade do indivíduo, ainda que isso nem sempre seja certo; terceiro, por melhor garantir e educar a participação de todos nos negócios públicos, mesmo que não seja o método mais eficiente em qualquer momento específico.

Ocorrerá bom funcionamento da democracia quando a opinião pública tem independência perante o governo e quando existe liberdade para que as mais variadas opiniões sejam debatidas para que os indivíduos possam formar suas opiniões. Porém, opiniões da maioria não trazem qualquer garantia de que sejam a melhor opinião e qualquer sociedade só se apresenta dinâmica e viva quando opiniões de minorias são ou podem ser convertidas em opiniões majoritárias sendo também necessário que não exista conformismo de que todos devam compartilhar as opiniões majoritárias. A opinião da maioria não gera resultados melhores do que aqueles obtidos pela decisão de indivíduos mais capazes e também não se pode atribuir a ela a qualidade existente no livre desenvolvimento das instituições e costumes sócias devido ao fato de que ela possui caráter coativo, monopolístico e exclusivo enquanto a formação de outras instituições ocorre em liberdade. Devem existir princípios que guiem a ação dos governos para que estes não acabem por se encontrar enredados nas consequências não previstas de ações anteriores que rompiam com qualquer

princípio já que a ação pautada pela simples opinião da maioria não se submete a princípios.

Políticos bem sucedidos são aqueles que conseguem agir de acordo com ideais que norteiam suas idéias e que conseguem compartilhar dos ideais aceitos em sociedade. Para Hayek não é papel dos políticos dar causa a novas opiniões que possam se tornar majoritárias no futuro dentro de um ambiente democrático. Os ideais são formulados e adaptados pelos intelectuais que operam no nível das idéias abstratas sendo que a maioria dos cidadãos e indivíduos desconhecem a origem dos ideais que os norteiam. O funcionamento da sociedade depende do lento processo de transformação de propostas particulares em ideais coletivos largamente aceitos e estes são extremamente necessários para o bom funcionamento da sociedade, pois ainda que muitas vezes a opinião majoritária momentaneamente se afaste desses ideais são os ideais que fornecem 'ligadura' a sociedade. Para que o processo democrático continue vivo, Hayek acredita que os intelectuais tem a obrigação de procurar se afastarem da opinião majoritária oferecendo alternativas que para os cidadãos comuns seriam pouco possíveis de serem formuladas, o autor afirma que o filósofo político tem de ser capaz de transformar em politicamente possível o que parecia impossível. Além disso, também é importante que o intelectual seja capaz de coordenar opiniões soltas em torno de ideais possibilitando assim que ganhem coerência. Dentro dessa linha de discussão Hayek volta a insistir que a verdadeira defesa de democracia encontra-se muito mais na limitação do governo, na limitação das próprias expectativas do que se é capaz de alcançar democraticamente, do que numa fé de poder total da democracia.

Socialismo e Marx nas reflexões de Hayek

A argumentação presente no livro *O caminho da servidão* concentra as principais idéias de Hayek em sua oposição aos regimes de tipo coletivista. O desenvolvimento do tema pode ser dividido em quatro linhas. Na primeira

linha Hayek desenvolve uma rápida argumentação sobre o declínio do liberalismo, ou o abandono de um caminho. Nesta parte do livro o autor apresenta as idéias liberais de forma muito rápida, em um único breve capítulo e, evidentemente, ele só completou essa apresentação anos depois com a publicação de *Os fundamentos da liberdade* que já foi discutido acima.

Na segunda linha de argumentação, Hayek procura desenvolver os principais argumentos do coletivismo que, em sua ótica, permitiram a difusão das idéias coletivistas e seu sucesso cada vez maior na primeira metade do século XX. O autor busca caracterizar o coletivismo como um pensamento de caráter utópico, em oposição ao individualismo – daí a denominação de coletivista -, tendo sua expressão socialista como a mais bem sucedida enquanto idéia política e apresentando como marca de sua concepção de política econômica o planejamento.

Na terceira linha de argumentação, Hayek procura construir uma conceituação de totalitarismo que lhe permita apresentar as ideologias coletivistas como tendendo ao totalitarismo e ainda que também permita agrupar tanto o pensamento socialista de base marxista quanto as ideologias de caráter fascista e nazista sob a denominação de totalitarismo.

A quarta e última linha de argumentação procura traçar a forma como os países próximos à tradição liberal estão sendo atraídos para as idéias coletivistas totalitárias mesmo quando acreditam que estariam apenas aperfeiçoando suas sociedades através de correções de seu funcionamento enquanto países que seguem uma ordem liberal. É necessário alerta para o fato de que cada linha de argumentação é seguida ao longo da obra inteira.

Todo o livro é marcado pela situação da segunda guerra mundial, a primeira edição é de 1944, e como Hayek fez questão de deixar claro, já em sua primeira edição, é um livro de apresentação e defesa de certos valores e concepções políticas. Para o autor essa afirmação é muito importante, dado que em sua formação enquanto economista herdeiro da Escola Austríaca e observador interessado no Círculo Positivista de Viena, o desenvolvimento da

teoria econômica é compreendido como o de uma ciência próxima à neutralidade política.

Iniciarei a discussão pela segunda parte dado que a primeira já foi discutida acima com maior detalhamento. Hayek inicia sua argumentação afirmando que os socialistas prometem uma nova liberdade. Esta liberdade seria diferente da liberdade dos liberais, marcada pela defesa do individualismo e a tentativa de impedir ao máximo a ocorrência de arbitrariedades dos detentores do poder contra os indivíduos. A liberdade dos socialistas é a liberdade econômica que, como também já foi discutido acima, caracteriza-se por confundir liberdade com poder ou riqueza ao afirmar que as pessoas são livres quando estão livres da necessidade. Para a efetivação da liberação das necessidades, afirma Hayek, os socialistas querem restringir a grande disparidade na efetiva possibilidade de escolha de cada indivíduo, ou seja, procuram realizar uma distribuição eqüitativa da riqueza. A idéia de liberdade é tão atrativa que muitos são arrebatados pelas idéias socialistas sem perceberem que em sua efetivação a liberdade socialista significa falta de liberdade. Depois de defendida esta idéia Hayek apresenta pela primeira vez a identidade entre socialismo, comunismo, fascismo nazismo, mas sem fundamentá-la, para concluir que todas essas ideologias são muito próximas quanto aos princípios que defendem e aos mecanismos que utilizam e todas, ao afirmarem que buscam a nova liberdade, são inimigas da liberdade.

Em seguida a esta discussão, Hayek procura entender como se chegou a confusão entre os conceitos de liberdade. Afirma que muitos são atraídos pelo socialismo por acreditarem que suas idéias representam a conquista de uma liberdade mais verdadeira, mas não fazem a menor idéia de quais são os mecanismos propostos pelos socialistas para se chegar a conquista daquele tipo de liberdade. Porém, para os que consideram o socialismo um objeto de política prática os métodos do socialismo são tão importantes quanto seus objetivos finais e, nesse caso, os métodos sempre envolvem abolição da iniciativa e da propriedade privada em nome da economia

planificada. A importância dos métodos socialistas tornou-se tão grande que muitos debatem hoje se os meios escolhidos pelo socialismo são ou não efetivos para alcançar os objetivos apresentados, parecendo que todos concordam com os fins que são praticamente deixados de lado o debate.

O método da planificação econômica pode ser usado para se atingir quase que qualquer fim. Hayek acredita que talvez seja mais claro utilizar o termo coletivismo toda vez que se pretenda algum tipo de planificação para se atingir algum ideal distributivo, o que permitiria distinguir planificação de socialismo que assim pode ser entendido como um tipo específico de coletivismo. O planejamento desejado pelos coletivistas não é apenas a tentativa de se buscar o modo mais racional de obterem-se os fins almejados, ele envolve um controle centralizado de toda a atividade econômica de acordo com um plano único. Esta forma de entender planificação faz com que ela seja oposta ao funcionamento da concorrência, base do liberalismo, que envolve uma boa dose de planejamento de suas instituições para que a concorrência funcione e atinja os fins desejados. Todo planejamento centralizado envolve a construção de monopólios e parecem não serem mais percebidos como prejudiciais aos indivíduos como eram até a pouco. Assim, Hayek procura deixar claro que sua posição política é contrária a qualquer tipo de planejamento que vise eliminar a concorrência e não contrária ao planejamento.

Como os monopólios são a oposição à concorrência, Hayek procura avaliar se realmente a formação de monopólios e o fim da concorrência são uma decorrência natural do desenvolvimento econômico como afirmam aqueles que defendem a inevitabilidade da planificação da economia. Hayek descarta que os monopólios sejam decorrência do avanço tecnológico, pois não existiriam elementos que corroborem essa idéia, e apresenta em seu lugar a idéia de que os monopólios são mais comuns hoje do que no passado devido a decisões políticas que acabam por favorecê-los. Os monopólios e a planificação também não podem ser atribuídos ao aumento da complexidade do sistema econômico como um todo. Hayek contrapõe a essa idéia um de

seus temas mais apreciados: a divisão do trabalho e a concorrência são as duas únicas formas de planejamento capazes de enfrentar as dificuldades geradas pelo desenvolvimento moderno. Por último, o autor também rebate a idéia de que o avanço da tecnologia moderna necessite de monopólios. Essa afirmação pode até fazer sentido de um ponto de vista restrito, como por exemplo, o aperfeiçoamento de um produto, mas para toda a sociedade ela não faz sentido porque rompe com a liberdade e a variedade de alternativas que a concorrência possibilita. Uma sociedade planejada é capaz de fazer estradas melhor do que o sistema concorrencial, mas fará menos coisas porque empregará recursos em demasia nos bens que decidiu priorizar. Na verdade o desenvolvimento moderno só atingiu ao grau atual devido ao poder da concorrência que é muito superior ao de qualquer tipo de planificação.

Em seqüência é discutida a relação entre planificação e democracia. Lembra o autor que todo sistema coletivista se caracteriza por buscar a “organização intencional das atividades da sociedade em função de um objetivo social definido”.⁷¹ Nesse processo negam qualquer esfera autônoma em que os objetivos do indivíduo sejam soberanos e acreditam que devem submeter todos a execução do objetivo maior, por isso é que todo coletivismo pode ser chamado de totalitário. Na visão liberal é considerado que os indivíduos, todos sem exceção, não são capazes de perceber mais do que parte da realidade e, devido a isso, só são capazes de desenvolverem preocupação com um certo número limitado de interesses construindo uma escala de valores que sempre será parcial. Os fins sociais só surgirão quando ocorre concordância entre os fins individuais e serão limitados ao conteúdo dessa concordância. Conforme os pontos de concordância aumentam e levam a uma ação coletiva através do Estado a esfera da liberdade individual é diminuída e, para Hayek, não existe uma fronteira contínua entre ausência de ação coletiva pelo Estado e total controle, o que acaba por provocar, após um certo tamanho da esfera de ação do Estado, o controle de tudo. Dentro

⁷¹ Hayek, Friedrich A. O caminho da servidão, prefácio á edição inglesa de 1976, p.74.

dessa situação descrita é que Hayek procura estabelecer como ocorre a relação entre democracia e planificação. A planificação, ao ser adotada por uma sociedade democrática devido à existência de certo consenso em torno da própria necessidade de planificação irá ter como resultado a destruição da democracia. Tal fato ocorreria porque dificilmente existiria consenso forte o bastante para que o fim vago pelo qual se optou que fosse planificada a sociedade permitisse que se aceite democraticamente o plano. Como as objeções ao plano aflorariam no parlamento, todos sentiriam uma crescente necessidade de suprimir o debate, pois ele impede a implementação da planificação. Ao mesmo tempo, o grau de consenso que a planificação exigiria é alto demais o que acabaria por provocar que várias partes do plano fossem decisões de minorias que serão impostas ao resto da sociedade.

A relação entre planificação e Estado de Direito é analisada em seguida por Hayek. Define Estado de Direito como aquele em que “todas as ações do governo são regidas por normas previamente estabelecidas e divulgadas – as quais tornam possível prever com razoável grau de certeza de que modo a autoridade usará seus poderes coercitivos em dadas circunstâncias, permitindo a cada um planejar suas atividades individuais com base nesse conhecimento”.⁷² A argumentação do autor é simples, como a planificação exige que sejam tomadas decisões concretas pelo Estado é impossível manter o Estado de Direito com seu formalismo. Quando o governo precisa indicar quanto será produzido e por quem será consumido, ele claramente terá de tomar decisões discriminatórias, substantivas e ocasionais. Com isso toda a liberdade individual que o Estado de Direito permite é perdida devido ao arbítrio necessário ao funcionamento da planificação.

O próximo tema abordado pelo autor é o controle econômico. Nesta discussão Hayek procura mostrar que qualquer tipo de controle econômico leva ao estabelecimento do controle de toda a vida do indivíduo. Isto ocorre

⁷² Hayek, Friedrich A. O caminho da servidão, prefácio á edição inglesa de 1976, p.86.

porque a separação entre esfera econômica e as outras faces da vida de cada um é algo totalmente artificial. Essa artificialidade fica clara quando se percebe que não existem objetivos puramente econômicos na vida de qualquer um, com exceção do avarento compulsivo. Para Hayek, “rigorosamente falando, não existe ‘interesse econômico’, mas apenas fatores econômicos que condicionam nossos esforços pela obtenção de outros fins. A quilo que na linguagem comum se costuma definir por equívoco como ‘interesse econômico’ significa apenas o desejo de oportunidades, o desejo do poder de alcançar objetivos não especificados”.⁷³ A partir do momento em que fosse possível a um governo influenciar na esfera econômica da vida de cada um seria aberta a possibilidade de arbítrio total sobre a vida de cada um porque pelo controle dos meios de obtenção dos fins o governo estaria impondo todos os fins que os indivíduos teriam disponíveis para si. O papel da propriedade privada entra nessa mesma argumentação desenvolvida pelo autor, ou seja, sua supressão envolve perda de liberdade porque sem ela o governo obtém todo o controle econômico, e por conseqüência, todo controle sobre a vida das pessoas. As esperanças de melhor distribuição de renda e mesmo de uma maior justiça distributiva são destruídas pela razão que, em uma sociedade planejada, a insegurança do mercado é substituída por atribuições de status econômico arbitrários por parte dos governantes que acabarão sendo mais injustos do que o fato da concorrência ser cega. Hayek atribuí a fé na planificação econômica para resolver insatisfações com a distribuição de renda sendo feita pelos resultados obtidos no mercado e pela ilusão de que seria possível conseguir realizar uma avaliação do mérito, independente dos resultados obtidos, de cada um sem incorrer em arbitrariedades. Todo esse bloco de questões é suscitado pela insegurança econômica. O autor nos lembra que é possível fornecer duas formas de segurança econômica: a limitada e a absoluta. A primeira, que é compatível com a sociedade de mercado, pode ser alcançada por todos e numa

⁷³ Hayek, Friedrich A. O caminho da servidão, prefácio á edição inglesa de 1976, p.99.

sociedade suficientemente rica, como julga Hayek que era a Inglaterra da época. “Não há dúvida de que, no tocante a alimentação, roupas e habitação, é possível garantir a todos um mínimo suficiente para conservar a saúde e a capacidade de trabalho”.⁷⁴ O problema estaria na tentativa de se desenvolver uma segurança econômica que vise impedir reduções de renda contra perdas que impõem duras privações sem justificativa moral, algo comum no regime de mercado. Este tipo de reivindicação cai no campo da exigência por justa remuneração quanto ao mérito subjetivo e acaba por ser incompatível com a livre escolha de ocupação.

Hayek parte então para a discussão sobre que tipos de pessoas chegam ao poder nos regimes totalitários. Como a implementação do totalitarismo envolveria a utilização da força, a unidade de idéias e o apoio do maior número possível de pessoas a seleção dos participantes envolveria critérios negativos. Primeiro, quanto mais elevada a educação e a inteligência dos indivíduos é provável que mais se diferenciam seus gostos e opiniões e dificilmente concordarão sobre uma determinada escala de valores o que levaria a ter de se contar com os mais rudes. Segundo, caso o número de seguidores conseguidos não seja suficiente o caminho mais simples seria buscar o apoio dos mais dóceis e simplórios que, por não terem convicções fortes, estariam mais disponíveis a aceitar um sistema de valores que fosse apregoado com muita insistência. Terceiro, para conseguir adesão o demagogo terá muito mais facilidade se apelar para um programa negativo, de ódio a um inimigo ou inveja aos que estão melhores situados, o que causará as piores conseqüências. Como o uso da força e da arbitrariedade também não costuma ser algo construtivo para os indivíduos, apenas os piores chegarão ao poder. O autor indica também que o uso da mentira de forma irrestrita acaba por ser o caminho mais fácil para se chegar e continuar no poder diante das exigências da manutenção da mobilização totalitária. A criação de mitos, a distorção da verdade, a utilização de antigos

⁷⁴ Hayek, Friedrich A. O caminho da servidão, prefácio á edição inglesa de 1976, p.124.

termos com significados outros; todos esses eventos são quase que forçados dentro das necessidades de implementação da sociedade totalitária, por mais que sua motivação moral inicial seja do mais elevado padrão.

Por último, Hayek procura apresentar como o pensamento socialista de origem alemã, com a participação de homens como Fichte, Rodbertus, Lassalle, Sombart, pavimentou o caminho intelectual para a ascensão do nazismo. A discussão feita nesta passagem do livro é muito polêmica e breve sendo difícil avaliar o tipo de afirmação realizada pelo autor. Assim, acredito não fazer sentido procurar reproduzi-la aqui.

O livro termina com denúncias contra o possível alastramento dos ideais alemães sobre os ideais políticos ingleses, alertando para o possível estado das coisas no qual a Inglaterra ao final da segunda guerra estivesse seguindo o mesmo caminho que Alemanha percorreu ao final da primeira e, finalmente, com uma extrapolação de toda sua argumentação para a tentativa de se criar uma planificação internacional. Toda essa parte final é a mais ligada ao clima da guerra e as expectativas de Hayek sobre o ressurgimento de uma ordem política mais liberal ao fim da guerra.

Capítulo IV – Mises

Ludwig von Mises (1881-1973) é mais conhecido como o principal representante da “Escola Austríaca” de pensamento econômico durante o século XX, assim chamada devido ao fato de que seus dois mais famosos predecessores foram Carl Menger e Eugen Böhm-Bawerk, ambos austríacos e ligados a Universidade de Viena. A “Escola de Viena”, através de Menger, divide as honras de haver introduzido no ano de 1870 o estudo da economia pela análise da utilidade marginal junto com o inglês William Stanley Jevons.

Nascido em uma família de classe média, seu pai foi engenheiro civil das estradas de ferro nacionalizadas do Império Austro-Húngaro e Mises estudou na Universidade de Viena onde obteve a graduação e doutorou-se participando dos grupos e seminários de estudo promovidos por Böhm-Bawerk.

Mises teve várias obras importantes publicadas sendo a primeira delas seu trabalho de doutorado defendido em 1906, publicado em alemão em 1912 e em inglês em 1934 com o título que viria a ser mais conhecida, *The theory of Money and Credit*. Grande parte de sua obra passou pelo mesmo processo já que podemos dividir a carreira de Mises em três períodos. A primeira estende-se até o final da grande guerra de 1914 a 1918 na qual terminou os estudos, início sua carreira acadêmica e serviu no exército de seu país. A segunda é uma fase austro-suíça na qual trabalhou na Câmara de Comércio Austríaca e como consultor econômico do governo austríaco de pós-guerra, escreveu vários livros, lecionou na universidade de Viena, conduziu seminários e cursos particulares sobre economia já que era apenas livre-docente⁷⁵ em Viena, fundou em 1926 o Instituto Austríaco para pesquisa do Ciclo Econômico, lecionou no instituto Graduado de Estudos Internacionais em Genebra, onde passou a residir após 1934 com a ascensão de Hitler na

⁷⁵ Na Áustria daquele período o cargo de livre-docente era uma permissão para lecionar na universidade cursos livres pelos quais os alunos pagavam diretamente ao professor sendo esta a única forma de remuneração do professor que não recebia salários da universidade.

Alemanha já que previa problemas para seu país. A terceira fase inicia-se com sua vinda para os Estados Unidos em 1940 refugiando-se da guerra e o reinício de sua carreira dado que possuía boa reputação nos meios acadêmicos europeus, mas era totalmente desconhecido na América. Entre suas principais obras traduzidas ou publicadas diretamente em inglês estão, *Bureaucracy, Human Action, Theory and History, Omnipotent Government, The Anti-Capitalistic Mentality, Liberalism, Socialism e The Ultimate Foundations of Economic Science*.

Mises pode ser caracterizado como um aprofundador da “Escola Austríaca”. Por isso, deve-se entender que ele procurou radicalmente seguir seus princípios através da explicação dos fenômenos econômicos como resultados dos julgamentos de valor pessoais. Provem deste fato o nome também atribuído ao marginalismo de teoria subjetiva do valor frente a tradição anterior na teoria econômica, nomeada teoria do valor trabalho ou teoria objetiva do valor. A abordagem teórica de Mises e seu purismo na defesa dela fez com que suas opiniões fossem tomadas como irrealistas, apegadas a um certo modo de funcionamento da economia que não mais era possível, seja devido ao sucesso da planificação econômica socialista, seja devido ao sucesso da intervenção econômica de base keynesiana. A defesa radical de mercados operando sem qualquer intervenção dos governos, a defesa de moedas funcionando no padrão ouro e até da administração privada do dinheiro, o ataque ao processo de construção dos estados de bem-estar social; nada contribuiu muito para que durante a maior parte do século XX as opiniões de Mises fossem muito populares. Curiosamente, quando várias de suas idéias foram retomadas pelo movimento teórico e político que ficou conhecido como neoliberalismo⁷⁶ não foi Mises o eleito como seu principal teórico, mas sim seu ex-aluno Hayek.

⁷⁶ Apesar de toda a carga pejorativa que o termo neoliberal pode representar hoje em dia e também apesar do enorme grau de imprecisão ou falta de sentido com que muitas vezes o termo é utilizado, adotando-se a idéia de que neoliberal significa a retomada da defesa do liberalismo do século XIX e a tentativa de aperfeiçoá-lo matendo-se fiel a seus princípios, então Hayek e Mises, mais ainda, podem ser considerados como dois autênticos neoliberais.

Quando de sua morte em 1973 Mises havia recebido um razoável reconhecimento pelos defensores da retomada das idéias liberais, mas que no campo dos estudos acadêmicos ficou mais restrito aos analistas da história do pensamento econômico não sendo considerado, como o foi Hayek e depois Milton Friedman, um dos principais nomes a ser considerado pelos defensores ou oponentes do pensamento neoliberal.

A sociedade aberta em Mises

O livro *Liberalismo* contém os principais argumentos que podem ser utilizados para caracterizar como Mises compreende a sociedade aberta e como ele procura definir o que pode ameaçá-la. A argumentação nesta parte do trabalho será concentrada no livro.

O subtítulo do livro *Liberalismo* oferece a idéia principal que norteará a exposição feita por Mises das concepções políticas que julga mais acertadas, a saber, liberalism in the classical tradition; ou como foi traduzido para o português, liberalismo segundo a tradição clássica. Porém, como praticamente toda a obra de Mises, as discussões políticas que o autor mantém parecem ser subordinadas as discussões econômicas que ele sempre está disposto a sustentar. Assim, mesmo quando desenvolve argumentos sobre temas principalmente ligados a tradição de discussão política, como democracia, para citarmos um dos mais importantes, Mises parece estar mais preocupado com os impactos para a produção e reprodução da riqueza material da sociedade.

A ilustração da idéia acima apresentada aparece no próprio preâmbulo do livro em que o apresentador elabora uma lista com vinte e quatro questões que o livro procura elucidar. Vejamos a questão 1, por exemplo: “o sistema de livre mercado tem estado em operação plena e durante um longo período de tempo, mas tem-se mostrado inexequível”. A questão 2 é assim colocada: “o liberalismo sofre de uma fixação do desejo de aumento da produção e bem-estar material e, persistentemente, despreza as

necessidades espirituais do homem”; ou a questão 8, que apresenta o seguinte enunciado “que defesa poderá haver de um sistema sócio-econômico que produz tão grandes desigualdades de renda e consumo”⁷⁷. Seria cansativo apresentar as vinte e quatro questões para perceber a linha de orientação delas. O início do prefácio a primeira edição inglesa também não deixa dúvidas sobre qual deve ser o foco maior de preocupação de Mises: “a ordem social criada pela filosofia do Iluminismo atribuiu supremacia ao homem comum. Na qualidade de consumidor, o cidadão regular era chamado até a determinar, em última análise, o que deveria ser produzido, em que quantidade e com que finalidade , por quem; como e onde. Na qualidade de eleitor, era soberano no estabelecimento de diretrizes das políticas da nação”⁷⁸. As transições de Iluminismo para consumidor e deste para a qualidade de eleitor soberano na política ilustram com clareza quanto Mises liga a discussão política à econômica.

A concepção de liberalismo com que autor trabalha é realmente das mais tradicionais. A defesa da liberdade através do uso de leis iguais para todos, o papel importante da propriedade privada na vida dos indivíduos e na própria constituição da autonomia que ele necessita para manter sua liberdade, o governo representativo, o papel da tolerância no funcionamento de uma sociedade verdadeiramente liberal, a cessão de certa parte da liberdade individual em nome da defesa de um campo de liberdade comum que possa ser garantido pela ação do estado; entre outras concepções e lemas liberais são apresentados no texto de Mises.

Toda a estrutura política e os valores que orientam a estrutura política são apresentados por Miseses como “os fundamento da política econômica liberal”. Assim, mesmo que conceitos como governo representativo e tolerância façam parte das discussões políticas a muito tempo dentro do âmbito do pensamento liberal, Mises trabalha com eles como sendo fundamentos políticos para o bom funcionamento de uma sociedade de

⁷⁷ Spadaro, Louis. Preâmbulo ao livro de Mises, Ludwig Von, Liberalismo, p. viii.

⁷⁸ Mises, Ludwig Von. Liberalismo, p. XV.

mercado e parece escapar um da consideração sobre esses conceitos como questões substantivas válidas por si mesmas sem que seja necessário que eles garantam qualquer outro valor anterior, o que na forma de apresentar as idéias utilizada por Mises o peso do bom andamento do sistema econômico parece a questão de fundo mais significativa.

Mises apresenta uma defesa da propriedade privada que toca a linha de argumentação seguida por Locke no segundo tratado, mas a legitimação da propriedade acaba ocorrendo por valores diferentes daqueles aceitos por Locke. Para este último, a propriedade privada se justifica por ser resultado da incorporação do trabalho de cada indivíduo aos insumos que são oferecidos a todos pela natureza e que, portanto, não poderiam ser considerados propriedade particular sem que o indivíduo associasse seu trabalho a ele. Para Mises, a propriedade privada é requisito fundamental para estimular e orientar a produção dentro da sociedade de mercado o que possibilita uma maior riqueza social. Ela se justificaria eticamente a partir desse papel social já que “tudo o que sirva para preservar a ordem social é moral; tudo o que venha em detrimento dela é imoral”⁷⁹. Se a boa ordenação da sociedade envolve a existência da propriedade privada já que esta permite o aumento da produtividade e uma maior satisfação das necessidades do indivíduos, então a propriedade privada é boa.

Outro bom exemplo de sua concepção liberal apoiada no funcionamento mais produtivo da sociedade aparece quando Mises, ao discutir a liberdade, procura limpar o terreno de toda as confusões criadas pelas discussões em torno se todos os homens devem ser livres porque “Deus ou a natureza tenham destinado à liberdade todos os homens”⁸⁰ e criadas pelas “intermináveis discussões sobre se todos o homens estão destinados à liberdade e se já estão prontos para ela”⁸¹. Retruca Mises, “o que afirmamos é que somente um sistema baseado na liberdade para todos

⁷⁹ Mises, Ludwig Von. Liberalismo, p. 36.

⁸⁰ Mises, Ludwig Von, Liberalismo, p. 25.

⁸¹ Mises, Ludwig Von. Liberalismo, p. 24.

os trabalhadores garante a maior produtividade do trabalho humano, e é, por conseguinte, de interesse de todos os habitantes da terra. Condenamos a servidão involuntária, não a despeito do fato de que seja vantajosa para ‘os senhores’, mas porque estamos convencidos de que, em última análise, ela fere os interesses de todos os membros da sociedade humana, inclusive ‘os senhores’⁸². Assim, pode-se afirmar que Mises praticamente reduz liberdade a liberdade de participação no mercado de trabalho concorrencial.

A paz recebe novamente tratamento similar por parte do autor. O homem moderno deixa de ser o “zoón politicón” aristotélico que se caracteriza por sua auto-suficiência e passa a ser dependente da divisão do trabalho. Deste modo, os ganhos que a divisão do trabalho trazem em bem-estar para os homens acabam por desestimular a belicosidade humana e a paz, a ausência da guerra civil é marca da sociedade liberal.

As observações sobre a igualdade são repetição do mesmo argumento. Existiriam duas razões distintas para a manutenção da igualdade perante a lei. A primeira está fundamentada na necessidade de que se mantenha o trabalho humano livre para ser possível alcançar o máximo de produtividade. A segunda razão tange à manutenção da paz social, pois “é quase impossível preservar uma paz duradoura numa sociedade em que são diferentes os direitos e deveres das respectivas classes”⁸³, dado que devem ser evitadas quaisquer possibilidades de perturbação ao desenvolvimento da divisão do trabalho. A conclusão de Mises sobre a igualdade formal é sintomática:

“É, por conseguinte, bastante injustificável argüir de imperfeição a maneira pela qual o liberalismo defende o postulado da igualdade, baseando-se em que o liberalismo tenha criado apenas a igualdade perante a lei, e não a igualdade real. Todo o poder humano seria incapaz de tornar os homens realmente iguais. Os homens são e permanecerão sempre desiguais. São considerações sensatas e úteis, tais como as que aqui apresentamos, que

⁸² Mises, Ludwig Von. Liberalismo, p.25.

⁸³ Mises, Ludwig Von. Liberalismo, p. 31.

constituem o argumento em favor da igualdade de todos os homens perante a lei. O liberalismo nunca almejou algo além disso, nem exigiu mais que isso. Está além da capacidade humana tornar o negro num branco. Mas aos negros podem ser garantidos os mesmos direitos do branco, e daí pode ser-lhes oferecida a possibilidade do mesmo ganho, se produzirem a mesma quantidade”⁸⁴

Claramente, a igualdade para Mises reside na possibilidade de não ser discriminado no mercado de trabalho e com isso ter, talvez, possibilidades iguais de auferir renda. As desigualdades de renda em uma sociedade de mercado só existem devido aos diferentes talentos que são valorizados pela sociedade de modo variável. Assim, não existem privilegiados desde que o aparente privilégio a um indivíduo ou classe possa ser avaliado sob o critério de quanto aquelas pessoas contribuem para o bem-estar social.

A discussão em torno da democracia para Mises segue de algum modo uma linha de argumentação similar a anterior. A democracia é importante por atribuir igualdade entre seus cidadãos de modo a que cada um deles seja valorizado pelo que faz e não por qualquer outra forma de participação no poder político que crie distinção entre os indivíduos, ou seja, o cidadão passa a valer pelo que faz em não pelo que ele é por nascimento ou qualquer outra dignidade de nobreza. A democracia também aparece como importante para Mises porque ela permite que simultaneamente sejam construídos governos representativos e permite que esses governos possam ser trocados de forma pacífica dentro da sociedade evitando-se assim todas as perdas que a guerra civil representa para a sociedade. Como exemplo desta idéia vejamos o trecho a seguir: “não pode haver progresso econômico duradouro se o curso pacífico dos negócios for continuamente interrompido por lutas internas (...) o nível atual do desenvolvimento econômico nunca teria sido atingido se não houvesse sido encontrada uma solução para o problema das

⁸⁴ Mises, Ludwig Von. Liberalismo, p.31.

contínuas insurgências das guerras civis (...) nossa atual economia não mais poderia suportar tais convulsões”.⁸⁵

Como não pretendo ser exaustivo e como a argumentação de Mises utiliza-se de poucos argumentos para enfrentar as questões propostas como desafio ao pensamento liberal, acredito que ficou claro a forma como Mises argumenta em defesa da sociedade aberta em outros temas que julga importantes como: a relação estado e governo, a tolerância, os limites da ação governamental, entre vários outros.

A necessidade da existência de uma sociedade aberta é apresentada por Mises como resultado de uma necessidade lógica. Optar por uma sociedade organizada nos moldes socialistas é um erro técnico muito mais do que uma opção errada do ponto de vista de valores políticos. Para justificar esta idéia Mises apresenta seu argumento da impossibilidade de funcionamento de uma sociedade totalmente socializada devido à ausência do mercado como mecanismo que informa o quanto deve ser produzido para o sustento das pessoas com possibilidades crescentes de bem-estar. Segundo o autor, qualquer sociedade que procure ser totalmente planejada e com a existência de controle total da propriedade e da produção pelo estado apresentaria problemas de informação porque o mercado em seus mecanismos de interação dos vários indivíduos buscando seus interesses reflete em seu sistema de preços um acúmulo de informações impossível de ser obtido com precisão e processado por qualquer órgão de planejamento central. As sociedades socialistas existentes conseguem realizar seus planos porque coexistem com as sociedades capitalista e partem das informações dos sistemas de preços das sociedades capitalistas para tomar suas decisões de produção e alocação de recurso e bens. Esta idéia aparece de forma recorrente na argumentação de Mises contra o socialismo sendo mais ou menos desenvolvida conforme o quanto julgue necessário utilizá-la e reforçá-la.

⁸⁵ Mises, Ludwig Von. Liberalismo, p. 43.

Como concentra grande parte de sua argumentação em características técnicas do capitalismo que o tornariam a única forma aceitável de organização da sociedade para que os indivíduos alcancem o máximo de satisfação material possível, Mises se vê obrigado a defender o bom funcionamento do sistema de mercados perfeitos de todas as críticas que foram feitas tanto por correntes teóricas afastadas da linha principal ligada ao marginalismo como das críticas formuladas por economistas mais próximos ao marginalismo. De Marx e seus seguidores a economista como Joan Robinson com inserção dentro dos marshallianos, Mises refuta a todos com a simplicidade do seu extremo apego a Escola Austríaca sempre repetindo a mesma forma de defesa. Quando os mercados funcionam mal só pode existir uma causa para isso: a intervenção estatal ou qualquer outra barreira de natureza não econômica que impeça o bom funcionamento dos mercados. A solução para estes problemas serão sempre fundadas numa idéia subjacente: deixar a economia de mercado trabalhar livre e ampliar o escopo de atuação da mesma já que assim problemas como monopólios, concorrência imperfeita, falta de investimentos, crises cíclicas nas economias ou outros quaisquer de natureza econômica serão solucionados pela maior abertura da sociedade para a busca das soluções através do emprego dos mecanismos de mercado.

A importância dessa forma de entender o funcionamento da sociedade na discussão aqui realizada não está no campo da teoria econômica, campo pelo qual não se pretende enveredar. O interessante é que pela forma como Mises argumenta em suas obras de caráter mais “político” pode-se afirmar que o autor parece estabelecer uma relação direta e quase que total entre a liberdade de ação em mercados livres e a liberdade em todas as suas acepções políticas. Creio que a citação de um trecho mais longo ilumine a discussão acima:

“Na estrutura de uma economia de mercado não sabotada pelas panacéias dos governos e dos políticos, não existem grandes nem nobres mantendo a

ralé submissa, coletando tributos e impostos, banqueteadando-se suntuosamente enquanto os servos devem contentar-se com as migalhas. O sistema de lucro torna prósperos aqueles que foram bem-sucedidos em atender as necessidades das pessoas, da maneira melhor e mais barata possível. A riqueza somente pode ser conseguida pelo atendimento ao consumidor. Os capitalistas perdem suas reservas monetárias se deixarem de investir no tipo de produção que melhor satisfaz as solicitações do público. No plebiscito diário e contínuo no qual cada centavo dá direito a um voto, os consumidores determinam quem deve possuir e fazer funcionar as fábricas, lojas e fazendas. O controle dos meios materiais de produção é uma função social, sujeita à confirmação ou à revogação pelos consumidores soberanos.

O conceito moderno de liberdade é isto. Todo adulto é livre para moldar sua vida de acordo com seus próprios planos. Não é forçado a viver de acordo com o projeto de uma autoridade planejadora que impõe seu único esquema através da polícia, isto é, o aparato social de compulsão e coação. O que restringe a liberdade do indivíduo não é a violência ou a ameaça de uma violência de outrem, mas a estrutura fisiológica de seu corpo e a inevitável escassez natural dos fatores de produção. É óbvio que o critério do homem para moldar seu destino jamais poderá ultrapassar os limites estabelecidos pelas chamadas leis da natureza”⁸⁶.

O trecho acima nos revela controversos conceitos que claramente estão no centro do pensamento de Mises e são partes importantes e integrantes da concepção tradicional de liberalismo, quando este está voltado para as questões econômicas. O interessante aqui é que Mises, mesmo quando parece disposto a discutir problemas de caráter mais político do que econômicos, em sentido restrito, coloca sua argumentação de defesa do mercado como uma argumentação voltada para a defesa da liberdade como um todo. Na tradicional distinção entre liberdade dos antigos e dos

⁸⁶ Mises, Ludwig Von. A mentalidade anticapitalista, p. 9.

modernos Mises parece disposto a sustentar que a liberdade moderna é garantida e se expressa através do mercado e os homens serão mais livres quanto mais os mercados tiverem liberdade para atuar seja quanto a liberdade interna de um mercado, seja quanto ao número de processos e situações que ocorram dentro do mercado.

Uma outra linha de argumentação interessante seguida por Mises e que também interessa a todos os outros autores aqui analisados é a do caráter pacífico da sociedade aberta frente o caráter belicoso de outras formas de sociedade que se fundamentem, para Mises, em regimes políticos que procuram restringir ou controlar o mercado. Discutindo o que ele chama de política externa liberal Mises começa abordando os limites do Estado. Para ele os objetivos internos e externos da política liberal são os mesmos, eles visam a paz que é desejada por todos que buscam seus objetivos individuais.

Curiosamente, o autor também possui uma receita simples para explicar por quais motivos as sociedades liberais mantêm a paz. A primeira solução para os problemas gerados pela belicosidade, pelo nacionalismo e por todas as formas de apego à guerra é o respeito ao direito de autodeterminação. Como destaca Mises, “o direito de autodeterminação de que falamos não é o direito de autodeterminação das nações, mas, antes, o direito de autodeterminação dos habitantes de todo o território que tenha tamanho suficiente para formar uma unidade administrativa independente. Se, de algum modo, fosse possível conceder esse direito de autodeterminação a toda pessoa individualmente, assim teria sido”.⁸⁷ A segunda solução para os problemas relativos a paz é a quebra de todas as barreiras ao comércio internacional que cumpre o mesmo papel da divisão do trabalho em sua análise anterior. A divisão internacional do trabalho leva a que todos os indivíduos tenham seus interesses ligados a manutenção da paz porque sua perturbação diminui a produtividade e o bem-estar.

⁸⁷ Mises, Ludwig Von. Liberalismo, p. 109.

A forma como operam estas duas soluções é esclarecida pelo autor também de forma singela. A propriedade privada deve ser respeitada, mesmo em tempo de guerra, o que excluiria um importante motivo para realização de guerras. O respeito à autodeterminação implicaria em que a soberania sobre um território poderia ser facilmente transferida a outro governo desde que fosse de interesse de seus habitantes e desde que por outro lado fosse respeitada a autodeterminação dos mesmos na vida dentro desses territórios. Problemas de várias nacionalidades e línguas presentes na mesma região seriam facilmente solucionáveis desde que a liberdade fosse respeitada. O exemplo de respeito a liberdade de Mises é típico. “Ferrovias privadas, caso sejam suficientemente livres de interferências governamentais, podem atravessar os territórios de muitos Estados sem qualquer problema. Se não houver quaisquer restrições tarifárias nem limitações à movimentação de pessoas, animais ou bens, não haverá, neste caso, quaisquer conseqüências, se uma viagem de trem cruza, em poucas horas, com maior ou menor freqüência, as fronteiras do Estado”.⁸⁸ Quando se conseguisse atingir a situação na qual toda a superfície da terra fosse um único território econômico, vários problemas relativos a guerra e paz estariam solucionados.

Como já foi dito mais de uma vez, a argumentação de Mises segue praticamente a mesma linha em todos os momentos e perante qualquer problema. Liberdade da divisão do trabalho e de funcionamento dos mercados como um todo aliada a uma desvinculação dos indivíduos de qualquer laço político que não seja expressão de sua própria vontade, ou nas palavras do autor, de sua autodeterminação; são a solução para praticamente todos os males do mundo que podem ser remediados. Os males que não podem ser remediados pelas receitas liberais de Mises devem ser esquecidos, pois a busca por corrigi-los é mera utopia.

Desta forma os inimigos da sociedade aberta são muito mais facilmente distinguíveis em Mises do que em Popper. Para este último foi

⁸⁸ Mises, Ludwig Von. Liberalismo, p. 112.

necessário realizar todo um mergulho filosófico e beber praticamente nas fontes do pensamento grego para conseguir perceber quem realmente está disposto a trabalhar pela liberdade ou quem opera contra ela. Já para Mises a distinção entre amigos e inimigos da liberdade é feita através de um critério bem mais simples: quem ou o que contribua para a liberdade de mercado é amigo da sociedade aberta e quem contribua para restrições ou impedimentos à liberdade de mercado é inimigo da sociedade aberta.

Socialismo e Marx nas reflexões de Mises

O livro escrito por Mises que traz de forma mais simples a discussão sobre socialismo e as conseqüências das idéias de Marx é *A mentalidade anticapitalista*. Neste livro, o autor parte de suas concepções sobre o capitalismo e as características básicas que lhe atribui, a soberania do consumidor e o impulso ao aperfeiçoamento econômico que acabam por gerar significativos e constantes aumentos no bem-estar dos homens, para entender porque muitos dos beneficiários dessa situação se rebelam contra ela acreditando que a sociedade de mercado é fonte de todas as suas infelicidades.

O primeiro argumento defendido pelo autor trata dos ressentimentos e frustrações que a sociedade capitalista gera. Sua explicação parte da situação social anterior ao mundo capitalista na qual imperava as sociedades de status. Por serem sociedades sem qualquer mobilidade social e que determinam a situação social dos indivíduos através da loteria do nascimento, as sociedades de status geravam um enorme sentimento de resignação e aceitação dos problemas que cada indivíduo deveria enfrentar. Mises nos apresenta um quadro típico da situação de que se não há remédio para os males presentes, remediados eles estão. Dentro dessa situação ninguém é responsável por sua própria sorte e os indivíduos são levados a sentirem-se integrados a sua situação de status ao mesmo tempo em que acabam por gerar certo tipo de deferência por aqueles que ocupam posições

superiores na sociedade. Tal situação é rompida pela sociedade capitalista já que nela cada indivíduo ocupa a posição que alcançou pelos próprios esforços e com isso cada indivíduo que é mal sucedido em sua busca por bem-estar só pô de culpar a si mesmo.⁸⁹

Um segundo argumento apresentado pelo autor que está intimamente ligado ao anterior é de que se faz comumente críticas a sociedade capitalista por ela ter colocado o dinheiro acima de tudo, substituindo a valoração da virtude, da superioridade moral e cultural. Mises ressalta que esse tipo de crítica é realizado da mesma maneira por críticos conservadores e progressistas do capitalismo, sendo que eles somente se diferenciam na avaliação do antigo regime. A produção e busca por coisas fúteis e frívolas seriam uma das marcas do capitalismo e os melhores produtores destas coisas são as pessoas mais bem sucedidas na sociedade. Segundo o autor, estes críticos buscam formas mais justas de distribuição de riqueza. Entretanto, Mises contrapõe que no sistema capitalista não existe “um princípio absoluto de justiça, mas a avaliação por parte de seus semelhantes, que aplicarão somente o critério de suas necessidades, desejos e objetivos pessoais”.⁹⁰ Dessa forma, se as pessoas preferem refrigerantes, histórias de detetives, filmes de mistério, lutas de boxe ou goma de mascar ao invés de poesia e filosofia, para nos restringirmos a alguns exemplos de Mises, os indivíduos que valoriza poesia ou filosofia devem se contentar com uma remuneração menor ao se dedicarem a produzirem bens que são menos desejados pela maioria das pessoas. Caso não aceitem essa situação é lembrado que dentro de uma sociedade de mercado funcionando sem restrições qualquer um está livre para buscar produzir refrigerantes ou goma de mascar mais barato e melhor e, sem intervenção do governo no mercado, será culpa da própria pessoa o seu fracasso nesse intento.

Da situação na qual cada um é responsável por suas escolhas e pelos resultados pecuniários obtidos com elas muito ressentimento existirá. Mas,

⁸⁹ Vide Mises, Ludwig Von. A mentalidade anticapitalista, cap. I.

⁹⁰ Mises, Ludwig Von. A mentalidade anticapitalista, p. 14.

para Mises, o ressentimento será mais comuns entre intelectuais. Isto porque, enquanto as pessoas comuns convivem quase que a totalidade de seu tempo com indivíduos iguais a elas, os intelectuais costumam manter contato com pessoas que exercem atividades semelhantes a eles, mas que conseguiram ser muito bem sucedidas nestas atividades. Devido a proximidade das condições iniciais, profissionais como advogados, professores, artistas, escritores, jornalistas, arquitetos, cientistas e engenheiros, para seguir a lista de Mises; estão sujeitos a forte sentimento de humilhação quando percebem colegas muito mais bem sucedidos. Assim, “para compreender a aversão que o intelectual tem do capitalismo, convém lembrar que, na sua opinião, este sistema é encarnado por um certo número de companheiros cujo êxito ele inveja e a quem responsabiliza pela frustração de suas próprias vastas ambições. Sua veemente aversão ao capitalismo não passa de simples subterfúgio do ódio que sente pelo sucesso de alguns ‘colegas’”.⁹¹

Mises também atribui ao que ele nomeia por “a filosofia social do homem comum”⁹² algumas razões para o desenvolvimento da aversão ao capitalismo. Seu argumento parte de uma afirmação que pode ser classificada como elitista: “a coisa mais impressionante com relação à mudança sem precedentes das condições universais proporcionadas pelo capitalismo é o fato de ele ter sido realizado por um pequeno número de autores e por uma quantidade um pouco maior de homens de estado que assimilaram os ensinamentos desses autores”⁹³. Para o autor tanto os homens de negócios quanto as “massas indolentes” não tiveram ou têm uma boa percepção de seu funcionamento. Conclui que “a civilização ocidental adotou o capitalismo por recomendação de uma pequena elite”.⁹⁴

O estudo da economia seria algo árduo para a maioria das pessoas o que resultaria na ignorância sobre seu funcionamento resultando na

⁹¹ Mises, Ludwig Von. A mentalidade anticapitalista, p. 21.

⁹² Mises, Ludwig Von. A mentalidade anticapitalista, p. 35 e seguintes.

⁹³ Mises, Ludwig Von. A mentalidade anticapitalista, p. 36.

⁹⁴ Mises, Ludwig Von. A mentalidade anticapitalista, p. 37.

atribuição pelo indivíduo médio de todo o aperfeiçoamento das condições econômicas ao avanço das ciências naturais e da tecnologia. Deste modo, tal avanço é percebido como algo automático de modo similar ao avanço contínuo das ciências naturais e de suas aplicações tecnológicas. Essa situação levaria os indivíduos a não perceberem as contribuições fundamentais da organização liberal da sociedade a este fenômeno, sem as quais o progresso conseguido não teria sido alcançado. Dessa situação nasceria o caldo cultural para a aceitação das idéias de Marx. Afirma Mises:

“As doutrinas de Marx foram bem aceitas simplesmente porque adotaram essa interpretação popular dos acontecimentos e a recobriram com um véu pseudofilosófico que as tornou agradáveis tanto ao espiritualismo hegeliano quanto ao rude materialismo. No esquema de Marx, as ‘forças materiais produtivas’ são uma entidade sobre-humana independente da vontade e das ações dos homens. Seguem seu próprio caminho que é determinado pelas impenetráveis e inevitáveis leis de um poder mais alto. Transformam-se misteriosamente e forçam a humanidade a ajustar sua organização social a essas transformações; porque as forças materiais produtivas evitam apenas uma coisa: ser aprisionadas pela organização social da humanidade. A matéria essencial da história consiste na luta das forças materiais produtivas para se livrarem das algemas sociais pelas quais estão agrilhoadas”.⁹⁵

Para o autor faz parte do credo de todos os partidos políticos de esquerda a crença no automatismo do progresso. Porém, o progresso depende das condições institucionais que o possibilitem, que são as condições fornecidas pela sociedade de livre mercado, e da ação de três classes progressistas dentro da sociedade, “os que poupam, os que investem em bens de capital e os que elaboram novos métodos para a aplicação dos

⁹⁵ Mises, Ludwig Von. A mentalidade anticapitalista, p. 38.

bens de capital”.⁹⁶ Além disso, a entrada de qualquer um nas fileiras de uma dessas três classes está aberta ao esforço e talento e, como sempre, Mises desconsidera que existam situações de privilégio de alguns para participar em qualquer uma das três classes porque seja qual for o aparente privilégio inicial ele será corroído pela livre concorrência. Mas novamente as pessoas comuns não avaliam a situação deste modo e atribuem aos ‘administradores’ do progresso a condição de sanguessugas devido ao fato de que não percebem a dificuldade e importância das tarefas daquelas três classes. A má compreensão do processo levaria a que os grandes negócios fossem os mais criticados pelo homem comum apesar deles serem os responsáveis pelo advento da moderna produção em massa que procura satisfazer as necessidades das massas. Os principais beneficiários da situação descrita seriam os homens comuns e “as posses dos ricos não são a causa da pobreza de ninguém. O processo que torna algumas pessoas ricas é, ao contrário, o corolário do processo que aumenta a satisfação das necessidades de muitos. Os empresários, os capitalistas e os tecnólogos prosperam na medida em que melhor atendam aos consumidores”.⁹⁷ Para Mises a junção desse enorme mal-entendido com a inveja e rancor de algumas pessoas que até são mais esclarecidas forma o que ele nomeia como “a frente anticapitalista” na qual, por ilusão ou má vontade, todos se colocam contra a sociedade capitalista.

No restante de sua argumentação Mises analisa a literatura sob o capitalismo e algumas objeções não econômicas ao mesmo. Infelizmente, por falta de espaço e tempo, não é possível seguir a curiosa e algumas vezes divertida argumentação do autor sobre o desenvolvimento mais recente da literatura e seus impactos na construção do sentimento anticapitalista. No trato das objeções não econômicas Mises empunha mais uma vez sua massa, monta em seu cavalo de argumentação e dispara distribuindo pancadas contra os infiéis.

⁹⁶ Mises, Ludwig Von. A mentalidade anticapitalista, p. 41.

⁹⁷ Mises, Ludwig Von. A mentalidade anticapitalista, p. 43.

Contra o argumento de que o capitalismo não traz a felicidade o autor até admite que devem existir alguns monges budistas para quem os bens materiais são descartáveis, mas para a maioria das pessoas buscar “a melhoria das condições externas de vida é inato”⁹⁸ e a difusão das melhorias de vida depende do capitalismo e não é prejudicado por seu funcionamento.

Contra o materialismo provocado pelo capitalismo Mises argumenta que, apesar da concentração do processo na melhoria das condições materiais seria burrice não admitir o quanto que foi produzido de importante em artes e ciência durante os últimos cento e cinquenta anos e que as críticas ao que foi produzido muitas vezes sofrem do problema da subjetividade que é inerente a apreciação artística.

Contra os que alegam ser a sociedade capitalista injusta o autor argumenta que a pior das ilusões é acreditar que a natureza conferiu a cada indivíduo certos direitos. A riqueza não é um estoque oferecido pela natureza do qual alguns apanharam mais do que a parte que lhes era devida, mas sim resultado do esforço dos que poupam e investem aumentando a produtividade e o próprio capital disponível. Assim, o que foi conseguido pelo esforço de poupadores e capitalistas é resultado dos ganhos de produtividade marginal do capital e de seu acúmulo, sendo que os ganhos de produtividade marginal do capital afetam diretamente a produtividade marginal do trabalho. A distribuição da riqueza em uma sociedade de mercados concorrenciais perfeitos também é perfeita na medida em que sempre estará ajustada as produtividades marginais de capital e trabalho. Com esse argumento técnico, Mises resolve a questão.⁹⁹

Contra os que acusam a sociedade burguesa de permitir uma liberdade apenas formal Mises reforça, inicialmente, a necessidade da presença do Estado como dispositivo social de coerção e pressão que garanta a preservação da colaboração pacífica entre as pessoas. Como resultado da

⁹⁸ Mises, Ludwig Von. A mentalidade anticapitalista, p. 73.

⁹⁹ Não pretendo aqui procurar elucidar aos não economistas o que Mises realmente argumentou nessa afirmação. Mas gostaria de adiantar que, do ponto de vista da teoria econômica marginalista seu argumento é perfeito. O problema reside na aceitação ou não dos preceitos da Escola Austríaca.

presença do Estado surge a necessidade de garantir que seus governantes não utilizem os poderes de coerção de que dispõem para transformar todos os outros em pessoas submissas a eles. Assim, “o conceito político de liberdade individual é: liberdade contra a ação arbitrária do poder policial”.¹⁰⁰ O autor descarta o que considera como tentativas de deturpar o sentido do conceito de liberdade por parte de socialistas alegando que somente sob o liberalismo é possível divergir politicamente daqueles que detêm o poder. Para concluir sua defesa da liberdade burguesa Mises defende que as principais conquistas da sociedade ocidental, tanto do ponto de vista material quanto do espiritual, são dependentes da existência e manutenção da liberdade como defendida pelo liberalismo.

Outras duas obras escritas por Mises que evidentemente devem ser abordadas na discussão sobre socialismo e o pensamento de Marx são *Socialism* e *Theory and History*. Entretanto, ambas as obras não fazem parte dos trabalhos de Mises voltados para a divulgação de suas idéias visando o grande público. Devido a este fato, a complexidade das mesmas aumenta em muito sem que necessariamente a análise detida, como fizemos com *A mentalidade anticapitalista*, aumente proporcionalmente dentro da utilização de espaço que será dedicada ao autor.

Procurando resumir os argumentos de *Socialism* com enorme brevidade, nele o autor se propõe realizar uma análise econômica e sociológica do socialismo. Para tanto, na primeira parte o autor procura realizar uma análise comparada entre posições liberais e socialistas sobre propriedade e posse de bens e a fundamentação filosófica que justifique a propriedade privada ou a coletiva para depois passar a discutir a organização política do Estado sob o socialismo. Por último, Mises faz considerações sobre a organização social da família em uma sociedade socialista. Esta parte claramente é o momento sociológico da obra na argumentação de Mises.

¹⁰⁰ Mises, Ludwig Von. *A mentalidade anticapitalista*, p. 85.

Na segunda parte do livro é feita uma detalhada análise econômica da comunidade socialista. Ela está dividida em três subpartes para análise, sendo a primeira o estudo da comunidade isolada do resto do mundo, a segunda subparte o estudo da comunidade em contato com o resto do mundo e a terceira subparte uma classificação do ponto de vista econômico dos possíveis sistemas socialista ou pseudosocialistas. Esta segunda parte apresenta a conclusão que o socialismo não se sustenta por si só na manutenção das condições de vida ocidentais atuais se isolado do mundo e parte para analisar os problemas que devem ser enfrentados por uma sociedade socialista em contato com o capitalismo. O teor de toda a argumentação gira em torno da insustentabilidade do socialismo devido a impossibilidade do sistema socialista sustentar uma sociedade moderna sem a existência do mercado, dos cálculos econômicos que o mercado possibilita e do dinamismo social em direção ao progresso que ele incita.

Na terceira parte Mises procura traçar uma análise da inevitabilidade do socialismo. Novamente a argumentação está dividida em duas subpartes. Na primeira o autor avalia elementos da evolução social como possíveis condutores ao socialismo, tais como individualismo, conflitos sociais, luta de classes e o papel da concepção materialista da história para a caminhada rumo ao socialismo. Novamente é defendida a idéia de que a sociedade não caminha necessariamente para o socialismo, mas sim efetua equívocos na interpretação do funcionamento da sociedade ao procurar caminhar nesta direção. Na segunda subparte é realizada um análise mais específica da idéia de que a concentração de capitais e os monopólios são uma caminhada em direção ao socialismo. A caminhada em direção ao socialismo é descartada após acuradas análises pelo poder da livre concorrência, desde que está não sofra interferências governamentais.

Na quarta parte o socialismo é avaliado enquanto um imperativo moral. As relações entre o pensamento socialista e o eudemonismo, o ascetismo e o cristianismo são consideradas. Os argumentos apresentados por Mises são os mesmos que já discutimos acima ao expor o livro *A mentalidade*

anticapitalista. Desse modo, o autor nega um verdadeiro valor ético ao socialismo que seja superior aos resultados do funcionamento da sociedade de mercados livres.

A quinta parte do livro é nomeada como destruição. Nela o avanço do pensamento e das prática de cunho socialistas são apresentadas como destruindo a sociedade capitalista e todos os benefícios que Mises procura mostrar que ela oferece. As razões para que a destruição seja tentadora aos homens comuns são as mesmas apresentadas em *A mentalidade anticapitalista*. A análise do método de destruição é a análise dos mecanismos que marcam a construção do estado de bem-estar social como por exemplo legislação trabalhista, a participação dos sindicatos e as políticas de seguro desemprego. Ainda são considerados alguns fatores que possam levar os indivíduos a se oporem à ascensão do socialismo.

Na conclusão o autor avalia historicamente o socialismo moderno e apresenta seu veredicto: o socialismo representa uma crise para a sociedade ocidental, pois provocará seu declínio material e diminuirá as possibilidades de avanço em geral.

Não contente ainda com a quantidade de assuntos abordados, Mises apresenta um apêndice e um epílogo. No apêndice faz mais uma intervenção na discussão sobre a possibilidade de cálculo econômico no socialismo criticando a afirmação de que ele seria possível e volta a defender sua argumentação em torno da impossibilidade do cálculo econômico sob o sistema socialista.¹⁰¹ No epílogo realiza forte crítica ao intervencionismo destacando seu caráter ditatorial, antidemocrático e socialista; apresenta a Rússia soviética como enorme ameaça a liberdade e a aproxima do nazismo e do fascismo como facilitadora da ascensão dos mesmos. Cabe notar aqui que a edição original do livro *Socialism* é de 1936, mas o epílogo foi adicionado as edições posteriores a 1951.

¹⁰¹ Apenas como curiosidade, gostaria de destacar que neste apêndice encontra-se a única referência bibliográfica, por mim observada, indicando a utilização de um trabalho de Max Weber por Mises, a saber, *Economia e sociedade*. O destaque deve-se a que em várias partes de seus trabalhos Mises parecer desenvolver temas que estão fortemente presentes na obra de Weber.

Para o livro *Theory and History*, nem a apresentação sumariada do trabalho, como feita para *Socialism*, parece possível. As quatro partes que o compõem são: Valores, Determinismo e Materialismo, Problemas Epistemológicos da História, O Progresso da História. No que cabe afirmar aqui, Mises defende posições não deterministas a respeito do estudo da história e do efetivo andamento do processo histórico. No livro ele procura realizar uma fundamentada negação do caráter científico do materialismo histórico de Marx enquanto capacidade de realizar previsões históricas como a do advento do socialismo/ comunismo. Cabe notar também que o livro representa um esforço bem mais pormenorizado do que aquele realizado por Popper em *A miséria do historicismo*, ainda que de teor semelhante.

Mises e a burocracia

As discussões feitas por Mises no livro *Bureacracy* afastam-se um pouco de alguns temas desenvolvidos pelos outros autores sobre burocracia considerados no trabalho. O livro de Mises é uma clara defesa da administração privada frente a administração pública.

No desenvolvimento de seus argumentos o autor constrói a oposição entre administração privada e administração burocrática. A primeira vista essa forma de argumentar poderia parecer distante da tradição de análise da ação burocrática construída por Weber. Contudo, a distinção que Mises estabelece pode ser facilmente compreendida como uma classificação que se localiza dentro do âmbito da ação racional burocrática weberiana. A administração para o lucro ou privada (profit management) representa a utilização da burocracia como meio de controle administrativo para se obter lucro, enquanto a administração burocrática representa a utilização da burocracia como meio de controle para se obter resultados não voltados para o lucro. Evidentemente, Mises considera em suas análises a administração burocrática como a expressão material dentro do governo dos objetivos socialistas.

O fenômeno da burocratização, a partir da forma como o classificou Mises, aparece como notável ameaça ao funcionamento do capitalismo. Dentro deste contexto, a utilização da administração burocrática é tomada como expressão de ineficiência econômica. Desse modo, a burocratização também é apresentada contribuindo para a diminuição do bem-estar dos indivíduos e como uma intervenção injusta. Isto porque, como já foi discutido acima, intervenções no livre funcionamento dos mercados geram a impossibilidade de que os indivíduos possam alcançar as metas que desejam. Os esforços realizado pelos indivíduos para alcançarem seus objetivos particulares em uma sociedade sob influência da burocracia deixam de depender apenas do bom ou mau desempenho individual dentro do mercado e passam a ser prejudicados por arbitrariedades de natureza política.

A discussão mais interessante desenvolvida pelo autor está na parte em que se avaliam as implicações sociais, políticas e psicológicas da burocratização da sociedade capitalista. A burocratização é compreendida como uma ameaça a liberdade por apresentar a tendência de se expandir indefinidamente; por procurar decidir pelo indivíduo como deve ser conduzida sua vida; por criar situações de dependência nas sociedades modernas – como a situação em que os eleitores de uma democracia são ao mesmo tempo burocratas e, por isso, levados a escolherem politicamente o contínuo aumento do poder governamental para que tenham indiretamente mais poder, o que ameaça a liberdade política de todos –; por criar, nas palavras do autor, uma burocratização da mente na qual os indivíduos deixam de valorizar a liberdade e passam a considerar a tutela burocrática como o modo mais certo de funcionamento da sociedade, o que abre caminho para o totalitarismo. O texto de Mises é recheado de exemplos retirados da história alemã a partir de 1870 como uma escalada em direção à defesa do coletivismo contra uma sociedade fundamentada no indivíduo. Esta situação é apresentada pelo autor como a abertura para a aventura nazista dentro da sociedade alemã e como uma ameaça presente em qualquer tipo de sociedade fascista ou em qualquer tipo de sociedade

socialista / comunista. O perigo do desaparecimento da iniciativa individual e do empreendedorismo são os maiores problemas que a expansão da administração burocrática para além do controle do aparato governamental de coerção e compulsão podem oferecer.

Conclusão

Ao discutir algumas das idéias políticas de Popper, Schumpeter, Hayek e Mises procurei destacar seis temas:

- I. A definição do conceito de sociedade aberta e como ele aparece recorrentemente nos quatro autores;
- II. A crítica ao socialismo;
- III. A crítica mais específica a Marx enquanto o mais influente pensador socialista ou colaborador para a defesa política do que Popper nomeou de sociedade fechada;
- IV. A defesa em maior ou menor grau da economia de mercado;
- V. A aproximação em maior ou menor grau a posições liberais no campo político;
- VI. A discussão sobre o papel e, principalmente, o funcionamento da burocracia no mundo atual.

Dado o modo como cada um dos autores procura argumentar e defender suas idéias políticas nem sempre foi possível fazer a apresentação dos autores seguindo tema a tema em separado. Assim, inicialmente pretendo repassar com brevidade o que foi atribuído a cada autor procurando destacar os temas e comparar os autores.

Sobre a definição do conceito de sociedade aberta

O termo sociedade aberta foi cunhado por Popper. Como sempre é destacado por qualquer comentarista, sua concepção de sociedade aberta é uma decorrência de suas concepções sobre epistemologia. Popper faz as seguintes observações em sua autobiografia intelectual:

“The Poverty e The Open Society foram meu esforço de guerra. Eu entendi que a liberdade poderia colocar-se, outra vez, como problema central, especialmente sob a renovada influência do marxismo e da idéia de

‘planejamento’ (ou ‘dirigismo’) em larga escala; assim, esses livros pretendiam ser uma defesa da liberdade contra as idéias totalitárias e autoritárias e uma advertência contra o perigo das superstições historicistas. Ambos os livros e, especialmente, *The Open Society* (sem dúvida o mais importante) podem ser vistos como obras de filosofia política.

Brotaram ambos da teoria do conhecimento exposta em *Logik der Forschung* e de minha convicção de que nossas concepções, freqüentes vezes inconscientes, acerca da teoria do conhecimento e de seus problemas centrais (‘Que podemos saber?’, ‘Até que ponto é certo nosso conhecimento?’) são decisivas para orientar nossa atitude em relação à nós mesmos e à política”.¹⁰²

Uma sociedade que evolui e resolve problemas devido à abertura para o método crítico é a concepção principal de Popper. Defesa do indivíduo, respeito às tradições e as instituições tradicionais, reformismo, igualdade perante a lei, liberdade de iniciativa, entre outras, são características que Popper permite que sejam percebidas ao longo de sua argumentação. A adequação a uma democracia liberal é grande para o conceito de sociedade aberta.

Mas em Schumpeter, é possível encontrar a concepção de sociedade aberta? A defesa apresentada por Schumpeter da democracia como competição entre grupos que visam serem eleitos somada à suas críticas ao que nomeou de doutrina clássica da democracia e sua argumentação de que está oferecendo sugestões para que seja possível ao futuro socialismo se desenvolver com democracia em sua ordem política parecem indicar que não. Entretanto, a apresentação dos motivos da queda do capitalismo devido à incapacidade de manter a “superestrutura sociopsicológica” trazem um quadro intrigante, já que a sociedade capitalista que caminha para o socialismo tem vários elementos da sociedade aberta. Se Schumpeter parece

¹⁰² Popper, Karl. *Autobiografia intelectual*, p. 123.

acreditar que a democracia liberal não é mais capaz de se sustentar, pode-se afirmar que a sociedade aberta já existiu até um passado recente.

Em Hayek parece ser até desnecessário apontar que em Os fundamentos da liberdade ele está fazendo uma apresentação da sociedade aberta. Em alguns momentos sua argumentação sobre a sociedade liberal e suas características parece aperfeiçoar a argumentação de Popper e nos apresentar um quadro mais límpido do que é a sociedade aberta do que o original. Porém em outros momentos fica a dúvida se a sociedade aberta de Hayek não vai um pouco além no campo econômico já que em Hayek o mercado, a concorrência e o capitalismo concorrencial estão muito mais presentes que em Popper.

Em Mises a dúvida que paira sobre a sociedade aberta de Hayek é resolvida em bem pouco tempo. Mises claramente está descrevendo a sociedade aberta quando discute o Liberalismo segundo a tradição clássica. Mas acredito que também é claro que a ênfase em Mises é no capitalismo, nos aspectos econômicos da situação. É pela ruptura das condições institucionais que sustentam o capitalismo que a sociedade aberta vai ruir.

Devido aos elementos destacados em cada autor parece ser possível afirmar que um bom grau de concordância entre todos a respeito da sociedade aberta pode ser apontado.

A crítica ao socialismo

Popper é veemente em sua crítica ao socialismo. Apesar de conseguir enxergar razões morais, éticas e humanistas com que simpatiza em alguns socialistas, para Popper, o socialismo claramente apresenta um problema de método. O historicismo, o holismo, o utopismo, o esteticismo; defeitos é o que não faltam no socialismo. Popper acredita que os resultados do socialismo são muito perigoso por destruir a liberdade, por isso vale a pena propor a luta sem quartel contra o socialismo e todas as outras forma de totalitarismos.

Schumpeter percorre caminho diferente. O autor se apresenta em Capitalismo, socialismo e democracia com um discurso contemporizador. Não que uma sociedade socialista aparente ser sua opção predileta, mas “quando alguém quer cometer suicídio é bom ter um médico à mão”.¹⁰³ Provavelmente é por isso que Capitalismo, socialismo e democracia está recheado de conselhos aos socialistas para construir um socialismo viável. Mesmo assim, muitas críticas que Popper apresenta com ferocidade contra o socialismo também são indicadas por Schumpeter.

As críticas apresentadas por Hayek ao socialismo são praticamente as mesmas desenvolvidas por Popper. A diferença talvez esteja mais na ênfase. Enquanto Popper se enfurece, Hayek procura manter o equilíbrio na argumentação apesar de discordar do socialismo mais do que o próprio Popper. Isto porque, devido a sua visão mais voltada para preocupações com a economia, o leque de argumentos contra o socialismo é ampliado por, pelo menos mais um argumento forte que, neste caso, tem sua origem em Mises e a defesa de que um sistema socialista é inviável sem a presença do sistema capitalista devido a necessidade de existência do sistema de preços para possibilitar o planejamento econômico.

Novamente em Mises, as preocupações políticas com o socialismo parecem menores se comparadas à crítica econômica. Em alguns momentos de sua argumentação a adoção do socialismo parece uma limitação cognitiva do interlocutor. Em sua argumentação as críticas de caráter moral, ético ou político são suplantadas pela constatação de que o capitalismo é tecnicamente superior enquanto sistema econômico.

As considerações dos autores sobre o socialismo não são muito diferentes, o que muda neles é o modo de encarar os resultados do socialismo. Popper não aceita o socialismo por acreditar que ele destrói a capacidade de progresso do homem. Schumpeter, por acreditar que o

¹⁰³ Palavras de Schumpeter a um amigo quando inquirido sobre sua participação na comissão de nacionalização da indústria alemã em 1919. Vide Heilbroner, Robert. A história do pensamento econômico, p.276.

socialismo é inexorável procura caminhos para torná-lo mais próximo de seus valores e do que considera viável. Hayek novamente parece que se divide entre Popper e Mises em suas objeções ao socialismo. Já Mises procura se manter fiel a tradição da Escola de Viena e apresentar as razões pelas quais o socialismo é um erro intelectual dentro da teoria econômica, mesmo que ele pareça compartilhar dos sentimentos de Hayek e Popper sobre o socialismo.

A crítica mais específica a Marx

Como já foi dito acima, Popper classifica Marx como um intelectual movido por motivos nobres, mas que escolheu uma solução errada para os problemas que busca solucionar. Procura indicar elementos corretos e errados na argumentação de Marx e muitas vezes parece disposto a perdoar mais Marx do que os outros alvos de sua crítica, Platão, por quem mantém muita admiração, mas que lhe parece ser o grande articulador da sociedade tribal / fechada. A influência puramente negativa é Hegel a quem Popper só atribui idéias e ações movidas por valores que detesta.

Schumpeter também parece nutrir uma boa dose de respeito por Marx. Considera-o excelente sociólogo, economista original e um astuto propagandista de suas idéias. Schumpeter parece incomodado com o lado profético de Marx que parece desonesto intelectualmente, mas que apresenta muito menor culpa do que seus futuros discípulos.

Hayek pouco se refere a Marx diretamente. Entretanto, na maior parte dos casos em que está desenvolvendo sua argumentação contra o socialismo, ao contrário de Popper que parece ter em mente alguns culpados pela defesa da sociedade fechada, Hayek parece argumentar contra Marx. Como sua avaliação do socialismo é negativa, a avaliação de Marx também deve seguir o mesmo padrão.

Mises, por ser o herdeiro mais puro da Escola Austríaca, tem o exemplo de seu mestre, Bohn-Bawerk que desenvolveu todo um esforço

intelectual procurando refutar Marx. Mises se vê como continuador dessa refutação e, do mesmo modo que com relação ao socialismo, é o autor entre os quatro que mais longe parece estar de estabelecer alguma empatia por Marx apesar de, como em Hayek, poucas referências diretas a Marx surgirem em seus textos.

Em dois de nossos quatro autores Marx é figura chave nas suas preocupações com o socialismo. Já para Hayek e Mises, faz parte da formação que receberam ter Marx como um inimigo intelectual por quem não se pode desenvolver simpatias. Cabe ressaltar que Schumpeter, apesar de ter obtido sua formação em Viena, por temperamento e por brilhantismo sempre seguiu suas próprias opiniões. Assim, Marx é um adorado rival para Schumpeter. No geral, seja por ato ou por omissão, Marx está muito presente na argumentação dos quatro autores.

A defesa em maior ou menor grau da economia de mercado

Popper, ao discutir a sociedade aberta, claramente a associa com as sociedades comerciais em sua origem e com a sociedade liberal que sempre representou a defesa da economia de mercado ou concorrencial. Entretanto, Popper não emprega muito de sua argumentação para discussões de política econômica. Ao discutir a mecânica social fragmentária por vezes parece aceitar graus de intervenção na economia na busca de minorar os sofrimentos que não costumam ser muito bem aceitos dentro da tradição liberal mais tradicional.

Schumpeter, ao discutir o socialismo e seus defeitos, também fica distante de qualquer posição liberal tradicional. Por outro lado não se pode afirmar que Schumpeter aceite a economia socialista. Em seus comentários Schumpeter procura defender alterações dentro da ordem socialista, mas que seriam pautadas por suas concepções sobre economia que possuem um alto grau de originalidade.

Hayek apresenta momentos surpreendentes ao se analisar este tópico. Como já foi afirmado acima, ele oferece destacado papel às preocupações de ordem econômica e desenvolve muitos argumentos de defesa da concorrência e dos mercados livres. Porém, com mais frequência do que era de se imaginar, realiza defesa de intervenções na economia visando aperfeiçoamentos nos mercados e até demonstra aceitar alguns elementos de intervenção econômica visando solucionar falhas de mercado que parece incompatíveis com a tradicional imagem de arauto do neoliberalismo.

Já Mises merece o prêmio de defensor principal dos mercados totalmente livres e sem intervenção. O remédio que oferece para todos os problemas econômicos é sempre o mesmo: menos regulamentação, deixem os mercados operarem livremente.

Para um grupo composto por três economistas e um filósofo era razoável se esperar que Popper fosse o mais vago entre os quatro ao tratar de assuntos econômicos. De modo similar, dentro de um grupo de três economistas austríacos seria surpreendente se Schumpeter não apresentasse o maior número de idéias não usuais. Mesmo no caso de Schumpeter pode-se afirmar que existe uma forte defesa da economia de mercado. A diferença reside em como Schumpeter compreende que funciona a economia de mercado. Se a liberdade de mercado for abrir espaço para que continuem existindo condições para que a inovação e os empresários inovadores ainda tenham como prosseguir com o desenvolvimento econômico, então ele não foi menos inflexível do que Mises na defesa do mercado.

A aproximação em maior ou menor grau a posições liberais no campo político

Dentro deste tópico acredito que nem valha a pena desenvolver comentários separados para cada autor. Popper, Hayek e Mises adotam claramente posições políticas liberais. Mises e Hayek se esmeram em

procurar fortalecer uma volta a concepções políticas liberais que desde o final do século XIX estão em declínio. Se Popper ao discutir economia pode ser interpretado como um social-democrata moderado, nas discussões políticas se mostrou bem mais tradicional e próximo às posições liberais. Novamente quem parece de mais difícil análise é Schumpeter. Em sua argumentação contra a doutrina clássica da democracia podem ser encontradas várias críticas à democracia que afetam a concepção liberal. Seu ataque a racionalidade do eleitor, sua tentativa de destruir a noção de que exista uma vontade geral, o caráter manipulatório que atribui à disputa política; todos esses seus argumentos são conflitantes com a tradição liberal. No entanto, gostaria de destacar que o modo de argumentar utilizado por Schumpeter e a forma como ele desenvolve sua argumentação em Capitalismo, socialismo e democracia permitem que ele procure uma linha de defesa das posições liberais diferenciada em relação a de seus compatriotas. Enquanto todos os três autores partiram para o enfrentamento direto do socialismo reforçando a diferença entre suas concepções e as socialistas, procurando também denunciar todos os problemas que percebiam no socialismo/ coletivismo Schumpeter procurou ludibriar seus inimigos. A aceitação de sua argumentação de que está procurando garantir a possibilidade de manutenção de um processo democrático dentro da ordem socialista, como a aceitação de que suas opiniões sobre o socialismo viável e a administração da produção, muito provavelmente levaria à que a ordem socialista fosse tão perturbada por sua concepção de liderança que rapidamente deixaria de poder ser considerada socialista.

A discussão sobre o papel e, principalmente, o funcionamento da burocracia no mundo atual

A discussão feita por Popper a respeito da mecânica social gradual, sobre o papel das instituições e a maneira de utilizá-las envolve problemas que trazem o tema da burocracia à tona. A concepção que Popper nos

apresenta de mecânica social, seja a defendida por ele, seja a utópica, tem em seu desenvolvimento concepções a respeito de ação técnica dentro da sociedade. Isto está presente tanto na idéia de como pode agir o governo para intervir na sociedade quanto na idéia, que ele irá desenvolver melhor em outros textos,¹⁰⁴ de que o caminho a ser seguido pelas ciências sociais é o caminho da economia com sua capacidade técnica de realizar uma certa engenharia social. Além desses temas a simples oposição entre sociedade aberta e fechada no mundo atual envolve concepções sobre burocracia e legitimidade na ação delas.

Schumpeter desenvolve por outro caminho discussão próxima a de Popper. Quando em *Capitalismo, socialismo e democracia* passa a discutir a forma de levar adiante governos e administração socialistas que sejam viáveis, o que para Schumpeter significa, simplificada, que no socialismo é necessário superar as concepções simplificadas sobre o problema, como a idéia de que seria possível abandonar a administração das pessoas para passar a administração das coisas, ou como qualquer tipo de democracia econômica, já que Schumpeter considera todas inviáveis. Outro tema indicado por Schumpeter é o papel das democracias em sua estabilidade quando ele aponta como um dos requisitos para o bom funcionamento das democracias burocracias responsáveis e neutras.

Hayek segue Popper na maior parte de suas preocupações, principalmente depois que Popper esclareceu melhor o conceito de mecânica social gradual. Hayek sentiu-se mais tranquilo quando ambos desfizeram a impressão que a mecânica social de Popper tinha alguma base científicista, crítica que Hayek fez em alguns artigos sobre metodologia da economia e da ciência em geral onde procura combater científicismo, crença de que se possa fundamentar ações e decisões de caráter político ou que caem no campo do valores com se fossem resultado de decisões técnicas fundamentadas em conhecimento consolidado.

¹⁰⁴ Vide Popper, Karl. *A lógica das ciência sociais*, pp. 13-34.

Mises adota uma visão diferente ao trabalhar com a idéia de burocracia. A separação por ele proposta entre administração para o lucro e administração burocrática, que ocorreria quando o governo entra na atividade econômica típica do setor privado traz mais uma vez a tona seu mote predileto, o da superioridade das soluções através do mercado diante das tentativas de solução por intervenção governamental.

Evidentemente, além do que foi dito aqui sobre o assunto, é claro que a concepção liberal que os autores compartilham de funcionamento político e social da sociedade leva a formas de agir e limites clássicos sobre a intervenção da burocracia, esfera pública e esfera privada entre outros temas.

A motivação inicial deste trabalho foi avaliar até que ponto seria possível afirmar que os quatro autores estudados reagiram de forma muito similar à crise enfrentada pelas democracias liberais e pelo liberalismo de forma mais geral dentro do quadro de ascensão de regimes antiliberais da primeira metade do século passado. Acredito que a resposta seja positiva, ainda que parcial. Positiva devido ao fato que a reação política de cada um dos autores foi realmente muito parecida, não só em termos de conteúdo como até temporalmente. Parcial devido ao fato que o trabalho aqui apresentado se limitou a uma análise interna dos autores e mesmo essa análise foi parcial considerando-se o número de temas e a complexidade dos assuntos por eles desenvolvidos. Para poder fortalecer a idéia desenvolvida no trabalho seria necessário fazer incursões nos campos da história das idéias e da sociologia do conhecimento¹⁰⁵ para obter elementos o bastante a ponto de afirmar que também existiu uma “Escola Austríaca” de filosofia política na qual, curiosamente, novamente Schumpeter faz o papel de rebelde.

¹⁰⁵ Apesar da ojeriza demonstrada por Popper contra tal método de estudo. Vide todos seus comentários negativos sobre Karl Manheim e a sociologia do conhecimento em Popper, Karl. A sociedade aberta e seus inimigos., especialmente cap. 23 do Vol 2.

Bibliografia

- Barry**, Norman P. *Hayek's Social and Economic Philosophy*. London, MacMillan Press, **1979**.
- Beckerath**, Herbert von (1950). Joseph A. Schumpeter como sociólogo, in: Seymor E. Harris (ed.) *Schumpeter, científico social*. Barcelona, Ediciones de Occidente, **1965**.
- Bottomore**, Tom. *As Elites e a Sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar, 2ª edição, **1974**.
_____. Introdução in: *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, **1984**.
- Boudon**, Raymond. *A ideologia: ou a origem das idéias recebidas*. São Paulo, Editora Ática, **1989**.
- Brian**, L.C. *The Self, the Individual and Community: liberalism in the political thought of F. A. Hayek and Sidney and Beatrice Webl*. Oxford, Clarendon Press, **1987**.
- Butler**, C. *Hayek. His Contribution to the Political and Economic Thought of Our Time*. London, Temple Smith, **1983**.
- Conforth**, Maurice. *The Open Philosophy and the Open Society*. London, Lawrence and Wishart, 1977.
- Costa**, Rubens Vaz da. Introdução in: *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo, Abril S. A., **1982**.
- Crespigny**, Anthony. "F.A. Hayek: liberdade para o progresso" in.: *Filosofia política contemporânea*. Org. Anthony Crespigny e Keneth R. Minogue, Brasília, UNB, pp.73-92, **1979**.
- Dahl**, Robert A. *Um Prefácio à Teoria Democrática*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, **1989**.
_____. *Um Prefácio à democracia econômica*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editores, **1990**.
_____. *La democracia y sus críticos*. Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica, **1992**.
_____. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo, EDUSP, **1997**.
- Elster**, Jon. *Ulises y las sirenas: estudios sobre racionalidad e irracionalidad*. Cidade do México, Fondo de Cultura económica, **1989a**.
_____. *Sour grapes*. Cambridge, Cambridge University Press, **1983**.
_____. *The multiple self*. Cambridge, Cambridge University Press, **1986**.
_____. *Solomonic judgements*. Cambridge, Cambridge University Press, **1989b**.
_____. *The cement of society: a study of social order*. New York, Cambridge University Press, **1989c**.
- Friedman**, Milton. *The methodology of positive economics. Essays in Positive Economics*, Chicago, University of Chicago Press, **1953**.
- Gray**, J. *Hayek on Liberty*. Oxford/ New York, Basil Blackwell, **1986**.
- Haberler**, Gottfried (1950). Joseph Alois Schumpeter, 1883-1950 in: Seymor E. Harris (ed.) *Schumpeter, científico social*. Barcelona, Ediciones de Occidente, **1965**.
- Hayek**, Friedrich A. *O Caminho da Servidão*. Rio de Janeiro, Instituto Liberal, 5 edição, **1990**.

- _____. *Individualism and Economic Order*. Indiana, Gateway Edition, **1948**.
- _____. *The Constitution of Liberty*. London, Routledge and Kegan Paul, **1960**.
- _____. *Studies in Philosophy, Politics and Economics*. London, Routledge and Kegan Paul, **1967**.
- _____. *New Studies in Philosophy, Politics, Economics and History of Ideas*. London, Routledge and Kegan Paul, **1980**.
- _____. *Democracia, Justicia y Socialismo*. Madrid, Unión Editorial, **1985**.
- _____. *Derecho, Legislación y Libertad*. (3 vol.), Madrid, Unión Editorial, **1979 1982 1985**.
- Heilbroner**, Robert. *A história do pensamento econômico*. São Paulo, Nova Cultural, **1996**.
- Hunt**, E.K. *História do pensamento econômico*, Rio de Janeiro, Editora Campus, 7ª edição, **1989**.
- Lipset**, Seymour M. *O homem político*. Rio de Janeiro, Zahar editores, **1967**.
- Macpherson**, C. B. *A Democracia Liberal: Origens e Evolução*. Rio de Janeiro, Editora Zahar, **1978**.
- Magee**, Bryan. *As idéias de Popper*. São Paulo, Cultrix, 4 edição, **1989**.
- Merquior**, José G. *A natureza do processo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, **1982**.
- _____. *As regras do jogo in: As idéias e as formas*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, **1981**.
- Michels**, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília, Editora UnB, **1982**.
- Mill**, John Stuart. *Considerações sobre o governo representativo*. Brasília, Editora UNB, **1987**.
- _____. *Sobre a liberdade*. São Paulo, Editora Martins Fontes, **1999**.
- Mosca**, Gaetano. *The Ruling Class*. New York, McGraw-Hill, **1939**.
- Neiva**, Eduardo. *O Racionalismo Crítico de Popper*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, **1999**.
- Pareto**, Vilfredo. *The Mind and Society: A Treatise on General Sociology*. New York, Harcourt, Brace, **1935**.
- _____. *Tratado de sociologia geral (exertos) in: Pareto, coleção os grande cientistas sociais*. Editora Ática, **1987**.
- Peluso**, Luís Alberto. *A Filosofia de Karl Popper*. Campinas, Papyrus & PUCAMP, **1995**.
- Perona**, Ángeles J. *Entre el Liberalismo y la Socialdemocracia: Popper y la "sociedad abierta"*. Barcelona, Anthropos, **1993**.
- Popper**, Karl. *A Lógica da Pesquisa Científica*. São Paulo, Cultrix, 12 edição, **2006**.
- _____. *A Sociedade aberta e seus Inimigos*. Belo Horizonte, Itatiaia, 3 edição **1998**.
- _____. *Conhecimento Objetivo*. Belo Horizonte, Itatiaia, **1999**.
- _____. *Conjecturas e Refutações*. Coimbra, Almedina, **2003**.
- _____. *Lógica das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 3 edição, **2004**.
- _____. *Autobiografia Intelectual*. São Paulo, Cultrix & EDUSP, **1977**.
- _____. *O Racionalismo Crítico na Política*. Brasília, UNB, **1981**.

- _____. *A Miséria do Historicismo*. São Paulo, Cultrix & EDUSP, **1980**.
- Prado**, Eleutério F. S. Conceitos de ação racional e os limites do enfoque econômico. *Revista de Economia Política*, vol. 13, nº1(49), p. 5-37, janeiro-março, **1993**.
- Quinton**, Anthony. "Karl Popper – Apolítica sem Essência" in: *Filosofia Contemporânea*, Crespignay & Minogne (org.), Brasília, UNB, **1979**.
- Rothbard**, Murray. *O Essencial Von Mises*. Rio de Janeiro, José Olympio & Instituto Liberal, 2 edição, **1984**.
- Sartori**, Giovanni. *A teoria democrática revisitada; Volume I: o debate contemporâneo*. São Paulo, Editora Ática, **1994**.
- Schumpeter**, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, **1984** (Edição original em inglês, 1942).
- _____. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo, Abril S. A., **1982** (Edição original em inglês, 1934).
- _____. As classes sociais num meio etnicamente homogêneo in: *Imperialismo e classes sociais*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, **1961a**.
- _____. Sociologia dos imperialismos in: *Imperialismo e classes sociais*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, **1961b**.
- _____. Max Weber's work in: Richard Swedberg (ed.) *The economics and sociology of capitalism*. Princeton, Princeton University Press, **1991** (Edição original em inglês, 1920).
- _____. (1940). The meaning of rationality in the social sciences in: Richard Swedberg (ed.) *The economics and sociology of capitalism*. Princeton, Princeton University Press, **1991** (Edição original em inglês, 1940).
- Sen**, Amartya. Rational behavior. *The new palgrave: a dictionary of economics*, edited by: John Eatwell, Murray Milgate & Peter Newman. London, The Macmillan Press, p.861-869, **1987**.
- Shionoya**, Yuichi. The science and ideology of Schumpeter. in: Mark Blaug (ed.) *Pioneers in economics, Frank Knight (1885-1972), Henry Simons (1899-1946) & Joseph Schumpeter (1883-1950)*. England/USA, Edward Elgar Publishing Company, **1992**.
- Smithies**, Arthur. Memorial: Joseph Alois Schumpeter, 1883-1950. in: Seymour E. Harris (ed.) *Schumpeter, científico social*. Barcelona, Ediciones de Occidente, **1965**.
- Streissler**, E. (editor). *Roads to Freedom*. London, Routledge and Kegan Paul, **1969**.
- Swedberg**, Richard. The Man and his Work in: Richard Swedberg (ed.) *The economics and sociology of capitalism*. Princeton, Princeton University Press, **1991**.
- Tocqueville**, Alexis de. *A democracia na América*. São Paulo, editora Martins Fontes, **2000**.
- _____. O antigo regime e a revolução. Brasília, editora UNB, 4ª edição, **1997**.
- Usher**, A. P. Implicaciones históricas de la teoría del desarrollo económico, in: Seymour E. Harris (ed.) *Schumpeter, científico social*. Barcelona, Ediciones de Occidente, **1965**.
- Vernon**, Richard. "A grande sociedade e a sociedade aberta: o liberalismo de Hayeck e Popper" in: Documentação e Atualidade Política, n 10, Maio **1980**.
- Von Mises**, Ludwig. *A Mentalidade Anticapitalista*. Rio de Janeiro, José Olympio & Instituto Liberal, **1987a**.
- _____. *Bureaucracy*. New Haven, Yale University Press, **1962**.

_____. Liberalismo: segundo a tradição clássica. Rio de Janeiro, José Olympio & Instituto Liberal, **1987b**.

_____. *Socialism: an Economic and Sociological Analysis*. London, Jonathan Cape Thirthy Bedford Square, **1951**.

_____. *Theory & History*. London, Jonathan Cape Thirthy Bedford Square, **1958**.

_____. *A Ação Humana*. Rio de Janeiro, Instituto Liberal, **1990**.

Weber, Max. *Parlamento e Governo na Alemanha Reordenada*. Petrópolis, Vozes, **1993**.

_____. *Ciência e Política: Duas Vocações* (5ª ed.). São Paulo, Cultrix, **1985**.

_____. *Estudos políticos -Rússia 1905 e 1917*. Rio de Janeiro, Azougue editorial, **2005**.

Wright, David McCord. La filosofía política de Schumpeter, in: Seymour E. Harris (ed.) *Schumpeter, científico social*. Barcelona, Ediciones de Occidente, **1965**.